

Emprego, família e actividades comunitárias: uma relação mais equilibrada para mulheres e homens

Portugal

M. Guerreiro, CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisbon

[Sociedade portuguesa, políticas sociais e emprego nos serviços às famílias](#)

[Os serviços prestados às famílias: análise de quatro concelhos da área metropolitana de Lisboa](#)

[Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos](#)

[Conclusões](#)

[Bibliografia](#)

[Anexos](#)

A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho é um organismo autónomo da União Europeia que visa, através de investigação e diálogo, contribuir para a formulação de futuras políticas para a melhoria do ambiente de vida e de trabalho. Para obter mais informações consulte a página da Fundação na Internet: <http://www.eurofound.ie/>

O presente relatório está apenas disponível em formato electrónico e não foi submetido ao processo normal de controlo editorial da Fundação.



FUNDAÇÃO EUROPEIA
para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

1. Sociedade portuguesa, políticas sociais e emprego nos serviços às famílias

A análise das relações existentes em Portugal entre emprego, família e actividades comunitárias, as quais constituem o tema do presente estudo, exige que nos detenhamos brevemente nos principais traços sociais caracterizadores do país e na configuração de alguns dos processos sociais que nele foram introduzindo mudanças.

1.1. Um contexto de profundas e rápidas mutações sociais

A sociedade portuguesa tem sido palco nas últimas três décadas de um importante conjunto de mudanças sociais. Tais mudanças têm a ver não apenas com as dinâmicas que atravessam as sociedades em geral como também estão muito particularmente relacionadas com dois marcos políticos importantes na história do país – a revolução de 25 de Abril de 1974, por um lado, e, por outro, a integração na União Europeia em 1986.

Ao primeiro está associada a queda do regime político ditatorial e a implementação da democracia, com as inerentes transformações nos valores, nas expectativas e nos modos de vida da população portuguesa. Ao segundo liga-se todo um vasto leque de políticas e orientações no sentido de aproximar Portugal das restantes sociedades europeias, a nível do desenvolvimento económico e sócio-cultural.

1.1.1. Uma sociedade tradicional no passado recente

Até à década de 60 Portugal era um país essencialmente agrícola. Quase metade da população activa portuguesa trabalhava no sector primário (43,6%), distribuindo-se a restante pelos sectores secundário (28,9%) e terciário (apenas 27,5%) (quadro 1.1). Perto de um terço da população vivia ainda no interior rural do país. Uma outra característica da população portuguesa de então, que ainda hoje constitui um traço estrutural da sociedade portuguesa, era o nível baixo de escolaridade (quadro 1.2). Mais de 30% dos portugueses, principalmente as mulheres, eram analfabetos, e menos de 1% da população da altura atingira o ensino médio ou superior (0,8%) (Machado e Costa, 1998:20).

Ocorreram por esta época movimentos populacionais na procura de melhores condições de vida. Por um lado tais movimentos deslocaram populações para o exterior do país, sendo alguns países da Europa, como a França ou a Alemanha, receptores de largos contingentes de emigrantes portugueses. Por outro, fizeram afluir aos centros urbanos e industrializados nacionais - sobretudo na área de Lisboa - grandes fluxos de pessoas, pelo que ocorreram importantes fenómenos de urbanização e, simultaneamente, de litoralização das populações e das actividades.

No plano da vida familiar, Portugal registava pelos anos 60 uma percentagem de 17,1% de agregados familiares com mais de 5 pessoas, sendo a dimensão média das famílias portuguesas de 3,8 (quadro 1.3). Os agregados domésticos de famílias complexas atingiam os 15,4%. A taxa de natalidade em 1960 situava-se nos 24,1‰, das mais elevadas da Europa, sendo o índice de fecundidade de 3,2. O número de filhos nascidos fora do casamento era de 9,5%. Os casamentos católicos atingiam os 90,7% e o divórcio não estava previsto na lei portuguesa. Era escasso o número de mulheres com actividade profissional, em pouco ultrapassando os 13% (quadro 1.4).

A análise das dinâmicas ocorridas a partir desta década mostra que a sociedade portuguesa se transformou muito rapidamente, pelo menos nalguns aspectos, apresentando actualmente uma diversidade de perfis que nuns casos a aproximam das sociedades mais modernizadas e noutros lhe mantêm certas particularidades, ou mesmo retardamentos, em termos de modernidade.

1.1.2. Recomposição territorial e ocupacional

Um olhar sobre a actualidade mostra, assim, que do ponto de vista demográfico, o volume da população portuguesa estacionou, depois de ter registado um pico de crescimento em meados da década de 70, com o retorno de alguns emigrantes e dos portugueses até então residentes nas ex-colónias portuguesas em África.

A nível da ocupação do território, a faixa litoral do país, do Norte ao Algarve, acolhe presentemente cerca de 80% da população residente em Portugal e só nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto vivem quase metade dos portugueses (49,3%) (Machado e Costa, 1998:18-21) .

A par das movimentações espaciais ocorreram movimentações na estrutura ocupacional. Nestas últimas décadas a população activa portuguesa recompôs-se e redistribuiu-se noutros moldes pelos diferentes sectores de actividade. O sector agrícola diminuiu drasticamente o seu peso. A indústria teve algum crescimento até aos anos 80, quando chegou a ocupar 38,7% da população activa, mas a partir daí tem decrescido o seu contributo na criação de emprego, sendo o sector terciário aquele que ocupa presentemente a maioria da população em Portugal (quadro 1.1).

Os dados do Inquérito ao Emprego referentes ao ano de 1997 apontam para um volume de população empregada nos serviços na ordem dos 56%, na indústria na casa dos 32% e na agricultura de pouco mais de 13% (Comission Européenne, 1999:161). Estes valores colocam Portugal acima da média europeia no que respeita ao volume do emprego na agricultura e na indústria, onde para o conjunto da UE se registam, respectivamente, 5% e 29,4% de empregados naqueles sectores, enquanto, por outro lado, o país está aquém dos valores médios europeus registados para o sector terciário, que ocupa 65,6% de activos no conjunto dos países da União Europeia (Comission Européenne, 1999:161; Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999:117-119).

Na opinião de certos autores, terá constituído um impulso de primordial importância para o crescimento do emprego no sector terciário em Portugal, para além do aumento das actividades de serviços prestados aos particulares e às empresas pela iniciativa privada, a implantação a partir do 25 de Abril de 1974 de políticas sociais estatais até então amplamente deficitárias. Afirmam estes mesmos autores que “embora o chamado Estado-Providência não tenha nunca alcançado em Portugal a expressão que teve e tem noutros países europeus, as políticas progressivamente postas em prática, à escala nacional, em domínios como a educação, a saúde e a segurança social, traduziram-se na criação de grande número de empregos, como se pode verificar observando a evolução de grupos profissionais como os professores, os médicos ou os trabalhadores sociais, entre vários outros” (Machado e Costa, 1998:31).

1.1.3. Escolarização a ritmo rápido mas em atraso

No que à escolaridade diz respeito, o panorama português também acusa algumas mudanças, se bem que a recuperação do atraso existente neste domínio não se vislumbra ainda a breve

trecho. Com efeito, os dados do último Recenseamento Geral da População, de 1991, referem a existência de 11% de analfabetos, o que coloca Portugal muito aquém dos seus parceiros europeus e ao nível da situação em que alguns deles, como por exemplo os escandinavos, se encontravam no final do século XIX (Todd, 1990:131 e segs.). Isolando o grupo etário acima dos 50 anos, em 1991 ainda encontramos em Portugal perto de 40% de mulheres e de 25% de homens analfabetos (figura 1.1).

Contudo, importa referir que houve uma evolução muito significativa deste indicador. De há 30 anos para cá o processo de escolarização tem crescido exponencialmente. A escolaridade obrigatória situa-se presentemente nos 9 anos de ensino. Apesar de haver taxas de abandono importantes durante a escolaridade obrigatória, é cada vez maior o número de jovens que prolongam o seu percurso escolar até 11 ou 12 anos de escolaridade e também daqueles que frequentam o ensino universitário. Dos jovens com 15-19 anos, 73,8% frequentam um nível de ensino ou formação, o mesmo acontecendo com 40,5% dos pertencentes ao escalão etário dos 20-24 anos (Comission Européenne, 1999).

Um fenómeno interessante que se começou a verificar nos últimos anos é o da maior escolaridade das mulheres, por comparação com o sexo masculino. Embora nos grupos de idades acima dos 50 anos as mulheres tenham taxas de analfabetismo muito superiores às dos homens dos mesmos escalões etários (Guerreiro e Romão, 1995), as mulheres jovens tendem a estar em maior proporção nos níveis mais avançados do ensino secundário e no ensino superior. Aliás, Portugal regista o índice mais elevado de feminização do ensino superior (130) (Eurostat, 1999a), no conjunto dos países da União Europeia o qual ainda era mais alto em 1991 (151 raparigas para 100 rapazes) (Eurostat, 1995), altura em que estava menos disseminada a rede de universidades privadas. Os Censos Populacionais desse ano registavam na população dos 20-24 anos perto de 67% de mulheres para 33% de homens na população diplomada com ensino superior (figura 1.2).

1.1.4. O crescimento do emprego feminino

A par do aumento do sector terciário assistiu-se a uma participação progressiva das mulheres no mercado de trabalho, a qual em certas décadas, praticamente duplicou (quadro 1.4). De uma taxa de actividade feminina¹ de 13% em 1960 está-se em 1997, de acordo com os dados constantes no Plano Nacional de Emprego, com 43% (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999:112). Calculada com base no conjunto da população em idade de trabalhar, modalidade utilizada pelo Observatório do Emprego da Comissão Europeia, a taxa de actividade feminina situava-se, em 1997, nos 63,6% e a taxa de emprego nos 58,6% (Comission Européenne, 1999).

Por outro lado, a taxa de actividade masculina, relativamente ao conjunto da população de todas as idades, apresenta um certo decréscimo. De perto de 64% em 1960 desce para os 57% em 1997. Assim, globalmente pode dizer-se que a taxa de actividade em Portugal tem crescido sobretudo com o contributo da participação feminina na vida profissional.

Grande parte das mulheres trabalha no sector dos serviços, a exemplo do que acontece noutros países. Segundo o referido Observatório do Emprego, os serviços são o sector de actividade mais feminizado em Portugal. Contavam em 1997 com uma taxa de emprego feminino de 64,6% para uma taxa de emprego masculino de 48,6%. Confirma-se, com estes valores, o que vários estudos têm referido, no que respeita à segregação horizontal do mercado de trabalho,

¹ Calculada relativamente ao conjunto da população de todas as idades.

que remete as mulheres para determinados sectores de actividade, e dentro destes para determinadas ocupações muito específicas, nomeadamente na área dos cuidados pessoais, aspecto a que voltaremos mais adiante.

Uma outra particularidade a referir no que respeita à inserção profissional das mulheres portuguesas é a da pequena expressão do trabalho a tempo parcial. Com essa situação não regulamentada até recentemente (Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1999), e também devido aos baixos salários médios praticados no país, Portugal é dos parceiros da União Europeia com menor incidência de trabalho em tempo parcial. Embora em crescimento, não ultrapassava os 15% em 1997, sendo de 9,9% a média do trabalho a tempo parcial para ambos os sexos (Comission Européenne, 1999).

1.1.5. Mudança e diversidade nas relações familiares

A taxas de escolaridade mais elevadas, a percursos escolares mais prolongados, bem como a maiores dificuldades dos jovens na obtenção de um emprego estável, corresponde uma idade mais tardia para entrada na vida adulta e para constituição da própria família (Lewis, S. et al, 1999). Os indicadores demográficos apontam como médias de idade para o 1.º casamento dos homens 28,8 anos e das mulheres 26,2, quando em 1960 estes valores eram, respectivamente, de 26,9 e 24,8 anos.

A taxa de nupcialidade em Portugal é das mais elevadas da Europa (6,7%° em 1998) (Eurostat, 1999b) e os casamentos católicos continuam a ser maioritários (66,5% em 1996) (quadro 1.3), embora este último indicador esteja em decréscimo. As taxas de divórcio por seu lado sobem, mas assumem valores muito abaixo da média europeia (1,3%°).

Os nascimentos diminuíram drasticamente situando-se a taxa de natalidade em 11,1% no ano de 1996, ainda que pareça estar a inflectir no sentido de uma ligeira subida a partir daquela data (11,4% em 1998) (Eurostat, 1999a). Os filhos nascidos fora do casamento, continuam a aumentar desde os anos 70, situando-se nos 20% em 1998 (Eurostat, 1999a). As famílias monoparentais não parecem ter tido um grande crescimento, nem tampouco os agregados domésticos de famílias complexas decresceram significativamente, podendo muitos deles albergar no seu seio núcleos monoparentais.

A estes indicadores associam-se, como atrás se viu, elevadas percentagens de mulheres a exercerem profissão em regime de tempo completo e sem interromperem a respectiva actividade profissional enquanto têm crianças pequenas (figura 1.3).

Este parece ser, aliás, um traço distintivo da sociedade portuguesa actual por comparação quer com as muito mais baixas taxas de actividade feminina nos outros países do sul da Europa, quer com as muito mais elevadas percentagens de trabalho a tempo parcial das mulheres com filhos em diversos países europeus situados mais a norte (quadro 1.5).

Note-se ainda que nas famílias portuguesas os cônjuges do sexo masculino realizam muito poucas tarefas domésticas (Knüppel, 1995; Guerreiro e Ávila, 1998). Para algumas famílias portuguesas parece ainda funcionar a rede de entreajudas familiares femininas. Outras poderão contar com apoio doméstico profissionalizado. Mas numa grande parte dos casos, se as solidariedades de parentesco não funcionam e se não dispõem de recursos financeiros suficientes que lhes permitam adquirir serviços no mercado, recaí sobre as mulheres a acumulação do trabalho profissional com o trabalho familiar.

Por fim, para concluir este conjunto de referências enquadradoras, refira-se também o crescimento da população idosa (quadro 1.6) e de agregados domésticos de pessoas sós em idade avançada com necessidade de obtenção de cuidados, os quais, em muitos casos, já não podem ser assegurados por familiares, por vezes ausentes, outras vezes em fase activa e exigente dos respectivos trajectos profissionais, sem disponibilidade para atender às necessidades dos parentes idosos.

Os dados aqui apresentados procuram situar a sociedade portuguesa no contexto europeu e evidenciam que em muitos aspectos seguimos o que se passa noutros países, se bem que com atrasos, e noutros apresentamos especificidades decorrentes de características estruturais, a nível social, económico e cultural.

1.2. As políticas nacionais

A análise da evolução do emprego no âmbito dos serviços prestados às famílias requer algumas referências, forçosamente breves, à evolução da segurança social em Portugal, susceptíveis de permitir compreender as dinâmicas sociais associadas ao surgimento de grande parte dos serviços e actividades criadores de emprego nesta área.

1.2.1. Um sistema de segurança social incipiente

Em primeiro lugar importa lembrar o estado incipiente em que se encontrava a Segurança Social quando em Portugal ocorreu a revolução de Abril de 1974. O sistema da Segurança Social beneficiou de importantes desenvolvimentos a partir de 1962 mas em 1974 estava longe de abranger todos os grupos e situações sociais. Designadamente não previa na maior parte das situações a atribuição de prestações da previdência social nem de subsídio de desemprego aos trabalhadores desempregados (Comissão do Livro Branco da Segurança Social, 1998: 54).

No que diz respeito, de maneira mais específica, à prestação de serviços domésticos, só em 1973, através do Decreto-Lei n.º 81/73 foi definido um regime contributivo para este grupo profissional e a atribuição de alguns benefícios sociais como subsídio de doença, subsídio de maternidade, pensão de invalidez, pensão de velhice, subsídio por morte e pensão de sobrevivência (Santos et al, 1998: 69-70).

Foi também em 1973 que através do Decreto-Lei n.º 484/73, de 27 de Setembro, as mulheres empregadas passaram a beneficiar de um subsídio para cobertura das faltas ao trabalho por razões de assistência inadiável a filhos menores de 3 anos. Em cada ano civil a duração máxima do subsídio por cada filho era de 15 dias (Maia, 1985).

1.2.2. O alargamento do sistema da segurança social após a revolução de Abril

No período imediatamente posterior à revolução de Abril de 1974, o I Governo Provisório delineou nas suas orientações programáticas constantes do Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, o amplo leque de medidas que se propunha desenvolver no campo da política social, no sentido de substituir a pluralidade de sistemas sectoriais de previdência e assistência por um “sistema unificado de segurança social” (Comissão do Livro Branco da Segurança Social, 1998: 55). O Decreto-Lei n.º 217/74 instituiu uma pensão social para as pessoas de mais de 65 anos não abrangidas pela previdência social. O Decreto-Lei n.º 411/74, de 5 de Setembro estendeu aos trabalhadores desempregados o direito às prestações da previdência social – assistência médica e medicamentosa, na doença e na maternidade para o próprio e seus familiares, abono de família e prestações complementares – que até então deixavam de

receber se estivessem em situação de desemprego, e em 1975 (Decreto-Lei nº. 169-D/75, de 31 de Março) estipulou-se, em moldes provisórios, a atribuição de um subsídio de desemprego à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem desempregados (Maia, 1985).

Foi a Constituição da República Portuguesa de 1976, no seu artº. 63º, que passou a definir a extensividade da segurança social a todos os cidadãos, e pela primeira vez previu a protecção no desemprego para os cidadãos portugueses.

Foi também nesse ano que o Decreto-Lei nº. 112/76, de 7 de Fevereiro, alargou para 90 dias o período de interrupção da actividade profissional das mulheres por ocasião do parto.

No que ao serviço doméstico diz especificamente respeito, a sua integração no regime geral da segurança social ocorreu em 1978, embora com um regime contributivo especial (Comissão do Livro Branco da Segurança Social, 1998: 56), reconhecendo a própria lei ser elevado o conjunto de encargos resultantes da aplicação da taxa do regime geral de contribuições².

O modo de funcionamento deste regime veio a propiciar a ocorrência de situações de fraude, como mais tarde se veio a reconhecer, devido precisamente ao valor acessível propiciador de uma espécie de seguro facultativo³:

O decreto em causa introduziu algumas modificações à legislação então em vigor, actualizando em moldes significativos a respectiva base de incidência contributiva, não sem atender, em nome dos princípios de solidariedade social, à necessidade de moderar os encargos daí advindos para a economia familiar.

Apesar das alterações referidas naquele decreto, não deixou contudo de haver consequências decorrentes do fenómeno de utilização indiscriminada deste regime contributivo. Segundo o texto da lei, tornava-se com efeito uma forma extremamente económica de ter acesso às prestações da segurança social.

Tratou-se de uma situação ainda actualmente com repercussões a nível do emprego declarado nesta actividade profissional. Note-se, por exemplo, que se previa como período mínimo de trabalho para efeitos de pagamento da contribuição para a previdência social apenas 20 horas por mês, o que por si só sugere a possibilidade de, nos casos em que o serviço seja prestado a mais do que um grupo doméstico, somente parte do tempo ser declarado, e o restante tempo de trabalho prestado em regime informal. Na verdade durante a recolha de informação empírica de terreno feita para esta pesquisa foi possível verificar tal ocorrência, entre muitas outras que fazem desta actividade uma das que registam grande volume de trabalho informal (Comissão das Comunidades Europeias, 1998:2).

Assim, alegando-se a incapacidade de controle das situações laborais concretas e admitindo-se a possibilidade de ocorrências de fraude neste sector, não se contempla para esta actividade profissional, no regime contributivo específico que a enquadra, a atribuição de subsídio de desemprego. Este só será concedido a quem faça contribuições pelo regime geral.

² Decreto-Lei nº. 180-C/78, de 15 de Julho.

³ Decreto-Regulamentar nº. 43/82, de 22 de Julho.

1.2.3. A protecção social e o combate ao desemprego

Até à revolução de Abril de 1974, as iniciativas de carácter social estavam sobretudo relacionadas com a intervenção da Igreja e das Misericórdias. Estas instituições, em estreita articulação, foram no passado e são ainda no presente agentes fundamentais da acção social em Portugal (Capucha, 1995:59)

A partir de finais dos anos 70 surge a criação de outro tipo de serviços, substitutivos dos cuidados usualmente prestados por aquelas instituições, quando as famílias não reúnem condições para os assegurar aos seus membros.

1.2.3.1. Famílias de acolhimento

Sem o intuito explícito de criação de emprego nestes domínios, o Decreto-Lei n.º 288/79 prevê a “colocação familiar”, isto é, o acolhimento temporário de crianças e jovens “em situação de carência relativamente às famílias de origem” por famílias consideradas idóneas. Para o efeito são atribuídas prestações pecuniárias periodicamente objecto de actualização e reconhece-se ser uma modalidade de protecção social à infância e à juventude profundamente humanizante. A Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 39/91, de 10 de Outubro, retomam o conceito para o estender ao acolhimento de pessoas idosas e de pessoas com deficiência, enquanto em 1992 um outro Decreto propõe reformular e aperfeiçoar os anteriores diplomas, reiterando que o acolhimento familiar apela à solidariedade das famílias e das pessoas”⁴.

1.2.3.2. Amas e creches familiares

A crescente presença das mulheres portuguesas na vida profissional deu lugar à necessidade de criação de serviços de guarda e cuidado de crianças nos períodos em que os pais se encontram a trabalhar. Fazendo-se sentir a lacuna de equipamentos dirigidos a crianças entre os 3 meses e os 3 anos de idade (creches), as quais requerem cuidados que implicam elevadas despesas a nível de tais equipamentos, o Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio prevê a figura das amas e das creches familiares como novas modalidades de guarda de crianças, mediante retribuição e enquadramento técnico dado por Centros Regionais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades ligadas à infância. Não deixa de ser curiosa a preocupação de especificar a necessidade de não existirem laços de parentesco entre a ama e a criança.

1.2.3.3. As instituições particulares e as cooperativas de solidariedade social

É também de final dos anos 70, altura em que se tornava necessário criar infraestruturas para apoiar as famílias na prestação de cuidados a crianças e a idosos dada a grande afluência feminina ao mercado de trabalho, o Decreto-Lei n.º 519-G2/79 que enquadra as instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos. Estas são vistas com o “objectivo de facultar serviços ou prestações de segurança social”. O Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, por sua vez, alarga o âmbito do anterior diploma a outras áreas reconhecidas como necessidades sociais dos indivíduos e das famílias. No entender das autoridades governamentais, a resposta a estas necessidades pode passar pela generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado social organizado.

⁴ Decreto Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro.

Refere ainda este Decreto-Lei proceder à eliminação da forma jurídica "cooperativa de solidariedade social", não justificável depois da publicação do Código Cooperativo⁵, apresentando a seguinte definição para as instituições que enquadra e contabiliza nesta data em 1570 unidades:

São instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços: a) Apoio a crianças e jovens; b) Apoio à família; c) Apoio à integração social e comunitária; d) Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez; (...)
(Decreto-Lei n.º. 119/83, de 25 de Fevereiro)

Note-se, porém, que foi entretanto publicado um novo Código Cooperativo onde é instituído o ramo das cooperativas de solidariedade social:

como mais um instrumento a que a sociedade civil poderá recorrer no combate à pobreza e à exclusão social. A solidariedade exerce-se assim em muitas áreas, que encontram resposta privilegiada na generosidade, voluntariado e intervenção muito própria do sector cooperativo.
(Decreto-Lei n.º. 7/98, de 15 de Janeiro)

A análise das disposições legais atrás referidas evidencia sobretudo a vertente solidária e protecionista que está presente na filosofia de criação destas instituições. O mesmo se verifica numa recente Resolução do Conselho de Ministros relativamente às “redes de solidariedade e protecção social” cujo objectivo é:

efectuar o reconhecimento público da identidade e valores desta realidade, fomentar a formação de uma consciência colectiva e responsável dos diferentes problemas sociais que atende e incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local.
(Resolução do Conselho de Ministros n.º. 197/97, de 18 de Novembro)

Prevendo-se a existência de remunerações ou de subsídios por parte do estado às entidades prestadoras destes serviços, em toda a legislação atrás referida é sublinhado essencialmente o carácter solidário subjacente ao desenvolvimento das actividades, sem que transpareçam aqui preocupações ligadas à criação de emprego.

Seguindo a reflexão de um dos autores portugueses que mais se tem debruçado sobre estas matérias importa que haja um aprofundamento das responsabilidades sociais do estado a par de um maior envolvimento e responsabilização das organizações não governamentais de solidariedade social. Isto no intuito de:

estimular as dinâmicas que se geram nas orlas mais organizadas e institucionalizadas da sociedade, mas também de reforçar os laços que as unem ao Estado, razão porque quase poderemos vir a chamar-lhes “para-estatais”.
(Capucha, 1995: 21-22)

⁵ Decreto-Lei n.º. 454/80, de 9 de Outubro.

Ainda na opinião deste especialista, estas instituições:

formam ou filiam-se em aparelhos estruturados e longamente sedimentadas, com fronteiras nem sempre nítidas em relação ao Estado, altamente profissionalizados e burocratizados e, além disso, componentes importantes dos sistemas de exercício do poder, ou de divisão de trabalho de dominação e de influência das políticas públicas.
(Capucha, 1995: 22)

Por outro lado, as políticas inicialmente dirigidas à criação de emprego não faziam referência explícita à importância dos serviços a prestar às famílias, e algumas delas, nomeadamente, mencionavam em concreto não se aplicarem determinados incentivos ao emprego em serviços domésticos.

1.2.3.4. As políticas de emprego

Principalmente desde 1986 – ano da entrada de Portugal para a União Europeia – existem políticas dirigidas à criação de emprego, no seguimento da Resolução nº. 86/C 340/02 do Conselho dos países das Comunidades Europeias. É, na verdade, dos anos 80 a maior preocupação com a necessidade de criar mais postos de trabalho, de combater o desemprego e a exclusão social daí decorrente.

Saliente-se o Decreto-Lei nº. 257/86, de 27 de Agosto, visando “o aumento do volume de emprego estável”, bem como um programa de carácter experimental de apoio à contratação de jovens menores de 25 anos e desempregados de longa duração com mais do que aquela idade. Juntamente com o Decreto-Lei Nº. 64-C/89, de 27 de Fevereiro, prevêem estes diplomas, através de programa dinamizado pelo IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional isentar as entidades empregadoras do pagamento de contribuições para a segurança social até montantes a determinar⁶. Entre 1990 e 1994 foram apoiados cerca de 300 mil postos de trabalho nestas condições, sobretudo de população jovem (97%) (OEFP, 1995) ainda que a popularidade da medida tenha vindo a decrescer (MTS/SESS, 1996: 69 e segs.)⁷.

Porém, são entidades patronais excluídas destes incentivos as que paguem contribuições com base de incidência fixada por lei, nomeadamente os agregados familiares que contratam serviços domésticos, ainda que estes sejam essencialmente prestados por mulheres com as características daquelas que engrossam os contingentes do desemprego de longa duração, com forte incidência no conjunto do desemprego português.

Com efeito, é muito recente na sociedade portuguesa a reflexão sobre as possibilidades de criação de emprego decorrentes da participação das mulheres na vida profissional, tal como o é a discussão aprofundada das questões da conciliação entre trabalho e vida familiar.

Procurando em breves traços enunciar o conjunto dos principais programas de criação de emprego dos últimos anos, que directa ou indirectamente estão relacionados com a criação de serviços anteriormente realizados no seio das famílias, destaquem-se os seguintes:

⁶ Veja-se igualmente o Decreto-Lei nº. 125/91, de 21 de Março, e o Decreto-Lei nº. 89/95, de 6 de Maio, bem como a Portaria nº. 247/95, de 29 de Março.

⁷ Isentando do pagamento de contribuições as empresas geradoras de emprego líquido, tal disposição poderá ter dado azo à “renovação” da força de trabalho nas organizações, incentivando eventualmente situações de pré-reforma dos trabalhadores mais idosos.

- Iniciativas Locais de Emprego (ILE) - a que se referem vários diplomas (Decreto-Lei n.º. 445/80, de 4 de Outubro, Decreto-Lei n.º. 247/85, de 12 de Julho, Decreto-Lei n.º. 165/85, de 16 de Maio e o Despacho Normativo n.º. 46/86. Este último despacho define as ILEs como entidades de natureza privada, associativas, cooperativas, que entre outros aspectos sejam possuidoras de capacidade empresarial, contribuam para o desenvolvimento local e reduzam o desemprego. Nestes diplomas, porém, não se faz alusão específica à importância da criação de serviços de apoio à vida familiar. No entanto, a Portaria n.º. 1019/95, de 21 de Agosto, vem privilegiar os apoios dirigidos a desempregados, a jovens à procura do primeiro emprego e aqueles que contribuam para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho. Nota-se aqui uma progressiva aproximação ao reconhecimento de novas necessidades sociais, independentemente de serem ou não as das famílias carenciadas economicamente. Os dados a que se teve acesso para os anos 97, 98 e 99 (até Julho), evidenciam que das cerca de 4000 pessoas envolvidas na promoção de projectos, 1/3 desenvolvem actividades em áreas próximas das que aqui estamos a analisar, designadamente, serviços pessoais, serviços domésticos, alimentação, reparações, limpeza, etc. (quadros 1.7 e 1.7A).
- Criação do Próprio Emprego (CPE e ACPE) - Enquadrada pelo Decreto-Lei n.º. 79-A/89, de 13 de Março, pela Portaria n.º. 365/86, de 15 de Julho, pela Portaria n.º. 476/94, de 1 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º. 247/95, de 29 de Março, prevê incentivos para o desenvolvimento de projectos de emprego através da criação de actividades de carácter económico e ou social, que podem estar articuladas com ILEs.
- Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL) - no seguimento do preconizado pelo *Livro Branco do Crescimento, Competitividade e Emprego*, da Comissão Europeia, e consagrado através do Decreto-Lei n.º. 34/95, de 11 de Fevereiro. Este programa visa dinamizar e apoiar a criação de pequenas empresas e de actividades que contribuam para a criação de emprego e dinamização da economia das comunidades locais. É aqui feita referência explícita ao objectivo de criação de serviços de proximidade, nomeadamente no âmbito do apoio social a crianças, a idosos e a deficientes.
- Regime de Incentivos às Microempresas (RIME) - Procura concretizar medidas previstas no programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local. De âmbito muito vasto, e de acordo com a este programa prevê, entre muitas outras actividades, a possibilidade de serem criados serviços de base local e de proximidade, definidos como:

(...) as actividades que, visando a melhoria da qualidade de vida, sejam economicamente viáveis, mobilizem recursos e iniciativas locais e favoreçam a fixação das populações, em especial dos jovens, a criação de postos de trabalho e se enquadrem (numa determinada) tipologia de projectos

(Resolução do Conselho de Ministros n.º. 57/95, de 18 de Maio⁸)

Dessa tipologia, consta de forma explícita, a realização de projectos relacionados com a prestação de serviços às famílias.

Tratou-se, na verdade, de um programa com grande êxito que criou significativo número de pequenos empreendimentos e de postos de trabalho, embora não tivesse sido possível aceder aos dados que permitiriam conhecer, para o conjunto do país⁹, qual o montante de emprego nos sectores abrangidos por este estudo.

⁸ A este respeito ver também a Resolução do Conselho de Ministros n.º. 154/96, de 17 de Setembro.

⁹ A nível local, ver capítulo 2.

- Programas ocupacionais (POC) - Não proporcionando directamente a criação de emprego, estes programas, a que se referem as Portarias n.º. 1324/93 e 247/95, inscrevem-se no conjunto de medidas que o governo português delineou nos últimos anos para em parceria com outras entidades combater o desemprego. Apoiando projectos de entidades várias, procura-se deste modo facilitar o processo de reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, proporcionando-lhes formação e contacto com a vida profissional. Se os promotores dos projectos vierem a criar postos de trabalho, poderão contratar algumas das pessoas que ocuparam durante o período de duração do projecto em causa. Em 1998, de acordo com o relatório de actividades da respectiva Comissão, estes programas abrangeram um total de 45.409 indivíduos, na sua maioria mulheres, dos quais cerca de 40% terão encontrado entretanto um emprego. As instituições de apoio a crianças e a idosos são grandes utilizadoras deste programa.

1.2.3.5. Uma nova articulação entre solidariedade e emprego

A análise das *Grandes Opções do Plano*¹⁰ que o actual governo tem procurado implementar são reveladoras de uma orientação que pretende maior entrosamento entre as dimensões da solidariedade social e do emprego. Isso evidencia-se, nomeadamente, no texto das *Grandes Opções* referentes a 1996 quanto à intenção de criar o Rendimento Mínimo Garantido¹¹, no intuito de assegurar a todos os cidadãos um nível mínimo de subsistência, mas com a obrigatoriedade do estabelecimento de um programa de inserção social para todos os beneficiários (Capucha, 1998).

No texto das *Grandes Opções do Plano de 1997* é feita alusão de forma muito explícita à importância da criação de emprego relacionado com as necessidades sociais das pessoas e das famílias. Nele pode constatar-se a aposta nos “filões intensivos em emprego” relacionados com serviços de proximidade e necessidades sociais, tendo por base os incentivos às iniciativas empresariais, as políticas activas de emprego e a solidariedade social.

A consubstanciação destas intenções aparece expressa numa pluralidade de medidas, de um modo ou de outro reunidas em dois importantes instrumentos da política de emprego entretanto criadas: o Mercado Social de Emprego e o Plano Nacional de Emprego.

- Mercado Social de Emprego (MSE) - Com a característica particular de, simultaneamente, contribuir para a solução do problema do desemprego e para a satisfação de necessidades sociais a que o mercado não dá resposta, foi instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º. 104/96. Esta Resolução cria a Comissão para o Mercado Social de Emprego, composta por um conjunto de entidades relacionadas com as actividades neste âmbito integráveis¹². Incluindo várias das medidas atrás referidas de forma integrada, vêem-se aqui consagrados como prioridades o apoio domiciliário a pessoas dependentes; os infantários, creches e jardins de infância; a segurança nas escolas e a prevenção da toxicod dependência; as unidades de cuidados continuados bem como outras actividades ligadas ao ambiente, ao lazer, à cultura e ao desenvolvimento local.

¹⁰ Lei 10-A/96, de 23 de Março, Lei n.º. 52-B/96, de 27 de Dezembro, Lei n.º. 127-A/97, de 20 de Dezembro e Lei n.º. 87-A/98, de 31 de Dezembro.

¹¹ Criado pela Lei n.º. 19-A de 29 de Junho

¹² Actividades ocupacionais, ILEs, Escolas-Oficinas, Empresas de Inserção, Centros ou Unidades de Emprego Protegido, Actividades enquadráveis pelo dispositivo Cheque-Emprego-Serviço, Actividades exercidas por modalidades de economia social, como sejam as cooperativas de produção e de serviços.

Note-se, porém, que não aparecem aqui explicitados como prioridade serviços domésticos essenciais à reprodução quotidiana da existência social, designadamente os serviços de tratamento de roupas e de limpeza das habitações bem como as tarefas relacionadas com a preparação de alimentos, apesar de ser feita referência à modalidade do cheque-serviço no quadro dos serviços de proximidade, modalidade esta ainda não implementada.

- Plano Nacional de Emprego (PNE) - Elaborado em 1998 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/98, de 6 de Maio) é este o instrumento da política de emprego que presentemente integra e desenvolve o vasto conjunto das medidas de combate ao desemprego. Em cada um dos seus quatro pilares (melhorar a empregabilidade; desenvolver o espírito empresarial; incentivar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas; reforçar as políticas de igualdade de oportunidades) o PNE reúne um conjunto de estratégias de promoção do emprego e da formação, com reflexos no desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente em termos de melhoria das condições de vida e de trabalho e da igualdade entre mulheres e homens.

Adaptando as directrizes europeias às características e especificidades nacionais, muitas delas descritas na primeira parte deste capítulo, a grande aposta está a ser feita no domínio da formação, no sentido de colmatar lacunas estruturais do país, não só no que respeita à população jovem como também aos desempregados de longa duração, que em Portugal sobressaem no volume dos desempregados, muitos deles mulheres. As iniciativas INSERJOVEM e REAGE, são aqui essenciais, propondo-se o IEFP encontrar uma resposta aos jovens desempregados no prazo de 6 meses e aos desempregados adultos no prazo de 1 ano. De destacar igualmente a Iniciativa ENDURANCE, para o desenvolvimento da formação ao longo da vida e o Programa S@ber +, enquanto nova estratégia para a formação profissional.

A promoção do emprego, em estreita simbiose com o desenvolvimento regional e local é uma outra prioridade, sendo aqui de destacar as redes regionais, os pactos territoriais de emprego e o Programa de Desenvolvimento Cooperativo (PRODESCOOP)¹³, este último com um estatuto fiscal favorável à criação de emprego.

No plano da modernização da organização do trabalho destaca-se a revisão da respectiva legislação, tendo sido elaboradas propostas de lei regulamentadoras do trabalho temporário e a tempo parcial.

As estratégias de promoção da igualdade de oportunidades, que atravessam todas as linhas de acção do PNE, sublinham a necessidade de mudança de atitudes, de publicitação de boas práticas favoráveis à integração das mulheres num mercado de trabalho dessegregado, e de desenvolvimento de competências profissionalizantes tanto para mulheres como para homens, em áreas de apoio à vida familiar¹⁴.

¹³ Portaria n.º 52-A/99, de 22 de Janeiro.

¹⁴ No âmbito das actividades da CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, está em elaboração o programa de formação *Técnicas de Apoio à Vida Familiar*, abarcando conteúdos relacionados com os trabalhos familiares diversos (manutenção, reparações e limpeza da casa e do vestuário, gestão doméstica, cuidados a crianças e a idosos, preparação de alimentos). O público-alvo, entre outro, será o da população desempregada de ambos os sexos e de todas as faixas etárias. Este programa é composto por um conjunto de unidades modulares capitalizáveis e integráveis em moldes flexíveis noutra formação de nível similar constante dos programas de formação profissional reconhecidos oficialmente em Portugal.

Por outro lado apontam para a necessidade de criação de mais infraestruturas e serviços com qualidade, especializados no cuidado de crianças, de idosos e deficientes.

Quanto aos estabelecimentos de educação pré-escolar¹⁵, está previsto virem a acolher cerca de 68% de crianças da faixa etária correspondente, o que por si só se prevê seja um factor indutor da criação de grande quantidade de postos de trabalho¹⁶, por um lado, e, por outro, da conciliação entre vida profissional e vida familiar dos pais e mães das crianças abrangidas.

O apoio a idosos envolve uma pluralidade de modalidades, decorrentes da maior ou menor dependência do idoso, da sua localização geográfica e também dos seus recursos económicos. Por um lado destaca-se aqui o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)¹⁷, implementado recentemente mas progressivamente com maior abrangência, o qual de entre as diversas valências inclui o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (MS e MSSS, 1997). Por outro lado, existem respostas inovadoras que começaram recentemente a ser activadas em regime experimental, com possibilidade de posteriormente serem alargadas ao país. É o caso de uma medida inscrita no plano regional de emprego do Alentejo, região com muito desemprego feminino (68,5% no total do desemprego da região) e com uma população bastante envelhecida. Trata-se da rede AJUDA, criada pela Portaria n.º 250/99, de 8 de Abril. Envolvendo a componente de formação para prestadores/as de serviços familiares, a serem prestados no domicílio ou em estabelecimentos a crianças e a idosos, este programa prevê a possibilidade de o/a formando/a recorrer a apoios para criar a sua própria iniciativa empresarial e prestar serviços em regime ambulatorio. Perante uma carteira de clientes idosos que previamente deverá angariar junto da sua rede de relações de vizinhança, os serviços oficiais competentes conceder-lhe-ão os apoios financeiros necessários ao lançamento da actividade.

Um dos pontos inovadores deste programa é o de deixar de entender o apoio domiciliário a idosos apenas na óptica da acção social destinada a populações economicamente destituídas. As entidades oficiais estão na verdade a dar-se conta de que as famílias com recursos económicos não têm a quem recorrer para obtenção destes cuidados. Está, assim, previsto haver uma tabela de participações da Segurança Social proporcionais às disponibilidades económicas das famílias e das pessoas em causa, para que o serviço a todos possa ser prestado.

1.3. Serviços às famílias e emprego

As mudanças sociais referidas no primeiro ponto deste relatório, ocorridas na sociedade portuguesa designadamente a nível das dinâmicas familiares e dos papéis masculinos e

¹⁵ Na sequência dos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e de acordo com a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro), no sentido de se universalizar o acesso à Educação Básica, que só abrangia em 1996 cerca de 56% das crianças do grupo etário dos 3-5 anos.

¹⁶ Um cálculo grosseiro baseado no rácio trabalhador/criança, tomando por referência o número de 45.000 crianças potencialmente envolvidas, conclui da possibilidade de criação de 5400 postos de trabalho – 1800 educadoras de infância e 3600 auxiliares de educação. A este valor poderá ainda ser adicionado o número correspondente ao conjunto de trabalhadores encarregados da logística dos estabelecimentos, o que se calcula em mais 3600 pessoas, aproximadamente.

¹⁷ Criado pelo Despacho Conjunto de 1 de Julho de 1994 entre os Ministérios da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, o seu funcionamento efectivo parece datar sobretudo de 1996. Ver Despacho Conjunto de 4 de Julho de 1996 entre os Ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, que determina a afectação a este programa de 25% dos resultados líquidos obtidos no JOKER pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

femininos, fizeram-se repercutir no modo de realização de todo um conjunto de tarefas de produção antroponómica (Bertaux, 1977)¹⁸, fenómeno, aliás, conhecido de outras sociedades. Tais tarefas, anteriormente quase em exclusivo a cargo da família, tendem a ser externalizadas e desempenhadas noutras esferas do social.

Este fenómeno, por sua vez, também gerou alterações sociais diversas, tais como aquelas que têm a ver com novas formas de solidariedade social para além da solidariedade tradicionalmente envolvida nas relações de parentesco, e com novas ocupações profissionais.

Nos pontos anteriores foram referidas as grandes alterações a nível da composição sócio-profissional da população portuguesa, alterações essas que envolvem, por um lado, o surgimento de novas profissões para desempenho de funções anteriormente não profissionalizadas e desempenhadas sem remuneração no seio da família e, por outro, a feminização da população activa, com a canalização de muitas das mulheres entretanto ingressadas no mercado de trabalho para essas novas actividades profissionais ligadas a serviços familiares. Também se deu brevemente conta das modalidades organizativas que a solidariedade social exterior às relações familiares tem assumido em Portugal, no quadro das formas que o estado-providência aqui tem assumido bem como no que habitualmente se designa por organizações não governamentais (ONG) ou por 3º sector.

Procurar-se-á agora analisar, a um nível mais específico, qual a evolução do emprego em Portugal nas actividades de apoio à família, tanto as desempenhadas no âmbito de instituições estatais, como em instituições não governamentais sem fins lucrativos ou em instituições privadas com fins lucrativos, desde que impliquem trabalho remunerado.

Para o efeito, importa enunciar previamente qual o conjunto de actividades e serviços que aqui podem estar em causa e em que contextos organizativos exteriores ao grupo doméstico se desenvolvem, para posteriormente se dar conta das dinâmicas de emprego neste domínio suscitadas.

1.3.1. Necessidades familiares e serviços que lhes dão resposta

É certo que as relações sociais se transformam e com elas as configurações familiares. Também é certo que um mesmo agrupamento familiar passa por várias mutações consoante o ciclo de vida dos seus membros e a essas mutações correspondem diferentes necessidades. Mas tais necessidades também mudam no tempo, à medida que os processos sociais ocorrem e impõem novos estilos de vida, do mesmo modo que muda a forma de serem satisfeitas.

À luz destes pressupostos e em moldes sintéticos, o quadro seguinte apresenta uma inventariação das principais necessidades estruturadoras da vida das famílias nas suas diferentes fases, fazendo-lhe corresponder os vários serviços disponíveis para os prestar externamente ao grupo familiar:

¹⁸ Por produção antroponómica entende o autor todo o conjunto de actividades necessárias à reprodução física e cultural da existência humana.

Quadro 1.3.A: *Necessidades e serviços familiares*

NECESSIDADES		SERVIÇOS
Alimentação		Restaurantes; Pastelarias; Bares; Cantinas; Lojas de “Pronto a Comer”; Refeições ao domicílio; Cantinas; Serviços domésticos profissionalizados.
Habitação	Limpeza	Serviços domésticos profissionalizados; Serviços de limpeza (empresas).
	Manutenção	Serviços de reparação diversos; Vigilância; Jardinagem; Tratamento de animais.
Roupa	Doméstica	Serviços domésticos profissionalizados; Lavandarias e engomadoras (lojas e serviço ao domicílio); Trabalhos de costura (lojas e serviço no domicílio).
	Vestuário	Serviços domésticos profissionalizados; Lavandarias e engomadoras (lojas e serviço ao domicílio); Trabalhos de costura (lojas e serviço no domicílio).
Cuidados pessoais	Crianças	Serviços domésticos profissionalizados; <i>Baby sitting</i> ; Amas; Creches; Infantários; Centros de Tempos Livres; Transportes; Organização de festas.
	Idosos	Serviços domésticos profissionalizados; Centros de dia; Lares de idosos; Residências de idosos; Apoio domiciliário; Tele-alarme; Enfermagem; Transportes.
	Deficientes	Serviços domésticos profissionalizados; Terapia e enfermagem; Centros ocupacionais e de reabilitação; Transportes.
Gestão doméstica	Compras	Serviços domésticos profissionalizados; Centros de compras telefónicos e informáticos; Entregas no domicílio; Comércio de produtos congelados.
	Burocracia	Serviços de contabilidade e gestão

Nuns casos trata-se de serviços mais tradicionalmente implantados na sociedade, noutros o seu surgimento é recente ou ainda praticamente desconhecido, embora com fortes potencialidades futuras. Alguns deles dirigem-se a segmentos restritos da população com maior poder económico, outros estão mais generalizados. Muitos deles estão a registar uma procura crescente, por vezes não correspondente à oferta, enquanto outros correspondem a situações residuais de anteriores conjunturas da nossa sociedade. Outros, ainda, reemergem adaptados aos novos imperativos da vida familiar de final do século. É essa a análise que se vai procurar fazer mais adiante.

1.3.2. Formas sociais dos serviços familiares

Os serviços de apoio à vida familiar podem abranger uma grande diversidade de modalidades organizativas, envolvendo entidades com diferentes estatutos jurídicos, e dependendo do tipo de serviço familiar a ser prestado.

Analisando agora apenas os serviços que constituíram objecto deste estudo – cuidados a crianças, cuidados a idosos e limpezas – os mesmos podem agrupar-se do seguinte modo:

Quadro 1.3.B: *Formas sociais dos serviços familiares*

Serviço	Estatuto	Institucional	Individual
Cuidados a crianças		-Estatal (Formal) -Empresarial (Dominante formal) -3º sector (Formal)	-Empregadas domésticas (Dominante formal) -Amas na casa da família (Formal e informal) -Amas no seu próprio domicílio (Formal e informal) -Baby-sitters (Dominante informal)
Cuidados a idosos		-Estatal (Formal) -Empresarial (Formal e informal) -3º sector (Formal)	-Empregadas domésticas (Formal e informal) -Ajudante familiar (Dominante informal) -Dama de companhia (Dominante informal) -Enfermeiros/as (Dominante formal)
Limpezas		-Empresarial (Formal e informal)	-Empregadas domésticas (Dominante informal)

À excepção dos serviços prestados por instituições estatais ou do 3º sector, onde sobressaem as instituições particulares de solidariedade social, as misericórdias e outras associações da igreja (Capucha, 1995), cuja actividade é desenvolvida em moldes formais, as formas sociais de prestação destes serviços podem envolver fortes componentes de trabalho informal, embora em graus diferentes. O trabalho informal ocorre principalmente nas prestações a título individual e naquelas que não envolvem cuidados pessoais, como acontece no sector das limpezas. Nos cuidados prestados a pessoas o trabalho informal parece estar mais implantado nas actividades de carácter menos permanente, como é o caso das baby sitters, das damas de companhia e das ajudantes familiares prestadoras de cuidados a idosos, principalmente se esses cuidados forem prestados durante a noite ou em períodos delimitados no tempo.

Um outro aspecto a considerar é o facto de serem essencialmente as instituições estatais e as do 3º sector aquelas onde o trabalho está mais regulamentado através de acordos contratuais, embora as primeiras evidenciem, comparativamente com as segundas, um pequeno volume de postos de trabalho nestas áreas.. É nos estabelecimentos públicos que mais facilmente se encontram exemplos de boas práticas não só do ponto de vista dos utentes da organização em causa como também das condições propiciadas aos respectivos trabalhadores.

As modalidades de prestação a título individual, sobretudo aquelas que não correspondem a actividades desenvolvidas a tempo inteiro, parecem ser na maior parte das vezes actividades informais que complementam rendimentos provenientes de uma primeira actividade profissional desempenhada em moldes formais, a qual garante as contribuições para a Segurança Social necessárias à obtenção dos respectivos benefícios sociais, nomeadamente subsídio de doença, subsídio de desemprego, pensão de reforma, abono de família, entre outras.

1.3.3. O peso dos diferentes sectores

No quadro 1.8. identificam-se as modalidades em que se desdobram os serviços prestados a nível institucional bem como o peso das instituições estatais face ao dos restantes prestadores. Estes dados evidenciam claramente que é diminuta, nunca acima dos 10%, a proporção de situações em que o estado isoladamente assegura estes serviços. Isoladamente, o estado apenas surge com uma parcela mais significativa de serviços (cerca de 30%), mas ainda assim minoritária, no que concerne às residências de idosos, modalidade, aliás, que abrange uma

fatia insignificante de utentes – 4 centenas –, face ao conjunto dos idosos carentes de cuidados, como se pode ver no quadros 1.9 e 1.10.

É, com efeito, o conjunto das organizações não governamentais de solidariedade social quem, em parceria com o estado, garante maioritariamente o apoio a crianças e a idosos, cobrindo em geral perto de 90% da oferta existente, envolvendo em 1996 cerca de 180.000 crianças e de 75.000 idosos¹⁹.

Exceptua-se, aqui, no entanto a oferta de creches. Uma ideologia bastante generalizada em Portugal e fortemente enraizada a nível institucional e técnico, é apologista de que as crianças com menos de 3 anos devem ser cuidadas em exclusivo pela família (Guerreiro, 1997). Tal facto tem tido repercussões nas políticas de oferta dos equipamentos infantis para esta faixa etária. Isoladamente ou em parceria o estado apenas presta este serviço a 4247 crianças²⁰, quando em Portugal há mais de 300 mil crianças destas idades (INE, 1996).

São as empresas privadas que garantem este serviço a mais de metade (4962)²¹ das crianças de idade inferior a 3 anos cujas famílias recorrem a creches, mas ainda assim a cobertura é muito baixa, se atendermos aos dados atrás evidenciados, que mostravam terem as mães portuguesas uma das mais elevadas taxas de actividade profissional a nível europeu, sem interrupção dessa actividade quando as crianças são pequenas (figura 1.3). É o recurso a amas, muitas delas em regime informal, que contribui para solucionar este problema de escassez de oferta de creches.

A nível dos serviços de limpeza, sobretudo das limpezas do espaço doméstico, quando não prestados por trabalhadores isoladamente, são essencialmente oferecidos por empresas, mas parece tratar-se ainda de uma oferta pouco ajustada às necessidades das famílias.

1.3.4. A evolução do emprego nos serviços às famílias

A pluralidade de situações identificadas quanto à prestação de serviços às famílias reflecte-se de diferentes modos nos dados estatísticos que a seguir vão ser analisados. Por um lado encontram-se tendências decrescentes no que respeita a certas actividades, enquanto noutras a evolução é positiva e acelerada. Por outro lado a emergência de novas actividades e de novas profissões e o decréscimo de outras ao longo das últimas décadas levou a frequentes alterações das classificações oficiais, impedindo em muitos casos comparações cronológicas, tarefa tanto mais difícil quanto mais se pretendeu ir a um nível bastante fino de desagregação das séries estatísticas.

Recorreu-se, portanto, à consulta de uma pluralidade de fontes estatísticas, no intuito de verificar se as tendências evolutivas que umas registavam também se encontravam nas outras, apesar de obedecerem a metodologias de recolha de informação bastantes díspares.

1.3.4.1. Os serviços pessoais e domésticos segundo os Censos e o Inquérito ao Emprego

Uma primeira leitura que neste capítulo importa fazer é a dos dados obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística a partir dos Censos e do Inquérito ao Emprego. O nível mais elevado de desagregação a que foi possível chegar em 1998 foi de 3 dígitos, do mesmo modo que se tornou difícil para anos anteriores a 1991 a obtenção de estatísticas das profissões em análise

¹⁹ Estatísticas da Segurança Social de 1996.

²⁰ Estatísticas da Segurança Social, IGFSS, 1996.

²¹ Idem.

com esta desagregação. A comparação é, assim, feita entre os dados do último Recenseamento Geral da População (1991) e os do Inquérito ao Emprego de 1998, para as profissões dos serviços pessoais e domésticos (quadros 1.11, 1.12, 1.13 e 1.14).

Este conjunto de profissões aumentou bastante nestes últimos anos, tendo passado de um contingente de 562 milhares em 1991 para 706 mil trabalhadores em 1998. Duas das profissões aqui incluídas, a dos trabalhadores dos serviços domésticos e outros serviços de limpeza, com 263 mil profissionais, e a dos cozinheiros, empregados de mesa e outros trabalhadores dos serviços de restauração, com 190 mil, representam mais de metade das ocupações aqui incluídas. Em terceiro lugar, por ordem de grandeza, situam-se os vigilantes de crianças, ajudantes familiares e trabalhadores similares, com perto de 90.000 profissionais.

Verifica-se, por outro lado, a perda de importância ou a estabilização de certas profissões, como é o caso dos porteiros e distribuidores, com uma quebra de 20 milhares de activos, dos enfermeiros, que baixam de 29 600 para pouco mais de 20 mil, e dos educadores de infância que, curiosamente, parecem ter estabilizado perto dos 15 milhares.

O peso do conjunto destas profissões no total do emprego em Portugal tem vindo a crescer, representando actualmente cerca de 15% no conjunto da população a exercer actividade profissional (quadro 1.12). A proporção no total da população empregada dos dois maiores sub-grupos profissionais, os trabalhadores dos serviços domésticos e de limpeza, por um lado, e os cozinheiros e outros empregados de restauração, por outro, é de 5,6% e 4%, respectivamente.

Em termos de divisão sexual do trabalho verifica-se ser uma área acentuadamente feminizada, com 575 mil mulheres e 130 mil homens. No total do emprego do país em 1998 estes valores representam 27% da população feminina empregada e apenas 5% da população masculina. E este desequilíbrio corresponde a uma tendência em reforço. À excepção do sub-grupo dos porteiros e distribuidores, mesmo esse maioritariamente feminino (54,1% de mulheres para 45,9% de homens) todos os outros sub-grupos viram os contingentes femininos aumentados e alguns deles totalmente feminizados, como acontece com o dos (as) educadores (as) de infância.

Por outro lado, no quadro 1.13 vê-se que está em processo de atenuação a diferença existente entre o volume global de emprego masculino e feminino. De 60% de empregados homens para 40% de mulheres em 1991, passou-se a 55,5% e 44,5%, respectivamente.

Para além destas profissões há também um outro grupo de profissões onde se incluem prestadores de serviços pessoais e domésticos, na área da manutenção, embora só uma minoria preste serviços às famílias, na maior parte das vezes em regime informal e em acumulação com um emprego formal (quadro 1.15). Como se pode ver são profissões fortemente masculinizadas, ao contrário das anteriores, e no total representam 4% do emprego em 1998.

1.3.4.2. Os quadros de pessoal das empresas segundo as estatísticas do Ministério do Trabalho e Solidariedade

As estatísticas obtidas nesta fonte não permitiram uma análise com maior recuo no tempo do que 1993, devido a alterações várias nas nomenclaturas das classificações. Por outro lado não é possível nesta fonte estatística obter dados sobre trabalhadores do serviço doméstico, uma vez que as famílias não estão obrigadas a declarar as pessoas que têm como empregadas.

Analisa-se assim a evolução do volume de trabalhadores em estabelecimentos de educação pré-escolar, de lavagem e limpeza de têxteis e peles e de pequenas reparações (quadro 1.16). Os dados respeitantes a trabalhadores empregados em serviços de fornecimento de refeições só estavam disponíveis para 1997.

No que aos trabalhadores do ensino diz respeito, verifica-se uma evolução numérica positiva, por um lado, compreensível se se atender à expansão que recentemente se iniciou no ensino pré-escolar referida em pontos anteriores deste trabalho. Por outro lado também aqui se nota o reforço da feminização desta área de emprego.

Igual tendência se vê no conjunto das pessoas que exercem actividade na acção social. Apesar de aumentar numericamente o número de homens e o de mulheres, os homens viram reduzido o seu peso relativo nesta actividade (de 13,5% passaram a 9,8%) e as mulheres viram-no aumentado (de 86,5% para 90,2%).

Já os serviços de reparação fazem parte das ocupações em nítida regressão numérica, particularmente no campo dos aparelhos eléctricos. Curiosamente, aqui está a aumentar a proporção de mulheres empregadas, bem como na reparação de relógios e objectos de joalharia. No total deste sub-conjunto, passa-se de uma proporção de 86,5% de homens e de 13,5% de mulheres em 1993, para 81,2% e 18,8% respectivamente, em 1997.

As lavandarias, por seu turno, registam um grande incremento, evidenciando a necessidade que as famílias estão a sentir de externalizar tarefas anteriormente desempenhadas no interior do grupo doméstico, seja pelos membros da família, sobretudo do sexo feminino, seja por empregadas domésticas internas, situação até ao final dos anos 60 muito comum para as famílias de classe média e média alta.

1.3.4.3. Os trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos segundo as estatísticas da Segurança Social

É possível analisar a evolução do número de trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos a partir das estatísticas da segurança social (quadros 1.17 e 1.18). São números que sofrem grandes oscilações de ano para ano, o que pode significar tanto interrupções no emprego como no pagamento das respectivas contribuições. Em todo o caso, com as devidas precauções analíticas, pode referir-se que este sub-grupo profissional tem mantido nos últimos 20 anos um contingente na ordem das duas centenas de milhar, valor que grosso modo se aproxima do dos dados do INE, embora as categorias profissionais aqui incluídas não se recubram completamente.

Trata-se mais uma vez de profissões com forte componente de participação feminina mas, curiosamente, em processo de masculinização. Desde princípios dos anos 80, altura em que os dados passaram a ser especificados por sexo, até agora, regista-se uma proporção decrescente de mulheres: de 84,1% em 1983 baixa para 75,2% em 1996.

Já o sub-grupo do pessoal doméstico, por seu turno, apresenta uma quase completa presença feminina, com 98,4% de um total de 134 903 profissionais nesta actividade, contabilizados para 1996.

Aqui, nota-se uma ligeira tendência decrescente do número de empregados ao longo dos últimos 20 anos, embora com oscilações, como a da subida de 9200 trabalhadores de 1995

para 1996. Importa também atender ao facto de parte do pessoal doméstico estar incluído no grupo mais amplo, se os trabalhadores tiverem optado pelo regime contributivo geral para poderem beneficiar do total das prestações, nomeadamente subsídio de desemprego, benefício não contemplado no regime especial do trabalho doméstico.

1.3.4.5. Os trabalhadores em estabelecimentos de apoio à infância e à terceira idade segundo as estatísticas da Segurança Social

É possível também analisar a evolução do emprego proporcionado pelos serviços de apoio à infância e aos idosos com base nas estatísticas da Segurança Social (quadros 1.9 e 1.10). No campo da infância e juventude o número de trabalhadores quase triplicou. De um total de perto de 10,5 milhares de trabalhadores em 1980, aumentou para cerca de 30,7 milhares, valores estes com tendência para crescerem. Não só os candidatos a utentes, em lista de espera, na ordem dos 24 mil, o evidenciam, como as próprias políticas sociais vão nesse sentido, conforme atrás se referiu, particularmente no que respeita a trabalhadores em creches e jardins de infância.

Ainda mais do que os serviços dirigidos à infância, os da terceira idade têm visto crescer exponencialmente o número de trabalhadores desde a década de 80. São actualmente 5 vezes mais as pessoas que exercem a sua actividade profissional prestando cuidados a idosos. Dos cerca de 4 mil trabalhadores de há 20 anos os estabelecimentos de apoio à população idosa passaram a empregar à volta de 20 mil pessoas. A lista de espera de candidatos a utentes regista números impressionantes: 27 932 indivíduos, que representam um terço da capacidade actualmente instalada.

Mas se se descer no nível de análise e se se tiver em conta não os valores que incluem os centros de dia, que prestam apoio a grande volume de idosos com algum grau de autonomia, mas apenas os lares, a que normalmente se recorre quando o idoso já atingiu um notório grau de incapacidade e dependência, verifica-se ser ainda maior a atenção que estes números devem merecer, pois trata-se de um serviço prestado actualmente a 37 800 pessoas e há em lista de espera cerca de 26 mil idosos, o que prenuncia a necessidade de criação de muitos postos de trabalho.

2. Os serviços prestados às famílias: análise de quatro concelhos da área metropolitana de Lisboa

Os serviços de apoio às famílias assumem, consoante as necessidades sociais locais, formas diferentes no que respeita ao tipo de actividades desenvolvidas e às entidades prestadoras. Nesse sentido, através do estudo empírico de duas localidades com características distintas, procurou-se analisar a oferta dos serviços que asseguram várias actividades relacionadas com a gestão dos quotidianos familiares. Tomando em conta este critério e simultaneamente o número de residentes abrangido – aproximadamente 300 mil –, foram seleccionados quatro concelhos da área metropolitana de Lisboa. Os concelhos de Cascais e Oeiras, com semelhanças no que toca às características sociográficas da população residente e no tipo de oferta e procura de serviços, e os concelhos de Loures e Vila Franca de Xira igualmente com alguns pontos comuns entre si e distintos dos outros dois, como adiante se verá.

Com recurso a um conjunto de fontes documentais e estatísticas faz-se de seguida a caracterização destas duas localidades do ponto de vista do emprego em serviços familiares – Local A (Cascais e Oeiras) e Local B (Loures e Vila Franca de Xira). A dificuldade na obtenção de dados estatísticos desagregados a nível de concelho, obrigou à utilização de uma pluralidade de fontes, no sentido de se complementarem umas às outras. São, assim, aqui utilizados, embora sem proporcionarem comparações entre si, dados recolhidos na Direcção Geral de Segurança Social, do Departamento de Estudos, Planeamento e Prospecção e do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade, bem como dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

As dificuldades de recolha de informação revelaram-se maiores no apuramento de entidades empregadoras ligadas aos serviços domésticos, uma vez que não existe informação organizada e disponível sobre o assunto. Neste caso, a única solução para avaliar o seu peso no conjunto dos serviços prestados às famílias foi o recurso às listas telefónicas locais.

2.1. Caracterização socioeconómica dos concelhos de Cascais, Oeiras, Loures e Vila Franca de Xira

O concelho de Vila Franca de Xira situa-se a caminho de Lisboa no sentido norte-sul, numa zona limítrofe ao concelho de Loures e está dividido em 11 freguesias. A área geográfica ocupada pelo concelho de Loures é contígua, na parte oriental ao concelho de Vila Franca de Xira e, tomando a direcção norte-sul, situa-se imediatamente antes de chegar a Lisboa. Este concelho está dividido em 25 freguesias. O concelho de Oeiras faz fronteira com a zona ocidental do concelho de Lisboa e está situado entre este e o de Cascais. Oeiras possui 9 freguesias e Cascais tem 6. Ambos são possuidores nos seus limites de um conjunto assinalável de praias que atraem muitos turistas.

Algumas especificidades na evolução histórica destes concelhos ajudam de certa forma a caracterizá-los. No concelho de Loures, por exemplo, o forte processo de industrialização com início nos anos 40 trouxe uma rede significativa de equipamentos e infraestruturas servidos pelas vias de circulação da rede viária e dos caminhos de ferro. Com estas condições é a partir dos anos 50 que se assiste a um grande crescimento populacional tanto através de movimentos migratórios provenientes do interior como devido à diminuição da emigração. A localização geográfica deste concelho, com facilidade de acesso à capital, favoreceu a localização de muitas famílias com actividades profissionais em Lisboa. Uma das consequências desse

crescimento abrupto foi a construção desordenada e clandestina, uma vez que o parque habitacional existente não estava preparado para tão grande procura. O concelho de Loures é, assim, actualmente, apesar de alguns traços de ruralidade que ainda possui, uma das maiores zonas dormitório limítrofes à capital.

O concelho de Vila Franca de Xira combina características urbanas com alguma ruralidade. Neste caso, o sector agrícola tem um peso superior a qualquer outro dos concelhos estudados, sendo Loures o que mais se lhe aproxima, apesar de, aqui, as actividades agrícolas serem desempenhadas essencialmente em moldes familiares, não se encontrando, por isso, nas estatísticas oficiais.

Uma característica distintiva entre as duas áreas estudadas é o destaque assumido pela actividade turística, sobretudo em Cascais, o que salienta este concelho, mesmo a nível nacional, no sector do turismo. Segundo os dados do INE relativos a 1996, estão registados 45 equipamentos hoteleiros, com um total de 3.221 quartos e uma lotação para 7.343 hóspedes, números só ultrapassados por Lisboa (Garcia, 1998:17).

Relevantes, ainda, são os números que indicam circular em à volta de 300.000 residentes ocasionais por ano, neste concelho com cerca de 200.000 residentes. Assim, a actividade turística vive não só dos turistas nacionais e internacionais mas também do largo contingente de utilizadores turísticos pendulares, isto é, de frequentadores assíduos e esporádicos. O peso considerável da actividade turística no conjunto das actividades económicas de Cascais define também o tipo de oferta de serviços, notando-se uma forte expansão de agentes turísticos, especialmente de serviços de restauração e lazer.

No que respeita à distribuição da população activa por sector de actividade, verifica-se um forte domínio do sector terciário (quadro 2.1). Entre 1960 e 1991, a evolução deu-se de forma semelhante para estes quatro concelhos, reflectindo, de um modo geral, a evolução verificada para o país. Em três décadas, o sector primário teve uma quebra drástica em favor de um aumento exponencial do sector terciário. Para os concelhos de Cascais e Oeiras, esta evolução ainda é mais vincada, representando 75% e 77,1%, respectivamente, da ocupação do total de residentes activos. O concelho de Vila Franca de Xira, apesar das mesmas tendências gerais, é o que ainda apresenta um sector secundário com peso superior comparativamente com os restantes. Em 1991 o emprego em actividades ligadas à indústria representava 41,2%, contra 57,2% nos serviços e 1,6% em actividades no sector agrícola.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho entre os anos 60 e 90 registou-se de forma intensa nos quatro concelhos e deu-se sobretudo no sector terciário. A percentagem de mulheres activas nos concelhos de Cascais e Oeiras rondava os 20% em 1960, e em 1991 já representava 44,2% e 45,5%, respectivamente. Nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira o peso das mulheres no total da população empregada subiu de aproximadamente 15% para 42,2% no primeiro caso e para 39,7% no segundo.

O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho reflecte-se também no aumento do desemprego. De acordo com os censos de 1991, o desemprego feminino é grande responsável pelo engrossar do número total de desempregados. O número de mulheres activas sem emprego é superior ao dos homens nos quatro concelhos analisados, sendo esta discrepância mais significativa nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira do que em Cascais e Oeiras (Quadros 2.2 e 2.3).

Uma análise mais detalhada dos números relativos à evolução da população residente entre 1960 e 1998 (quadro 2.4) destaca o relevante aumento do número de residentes no concelho de Loures, comparado com o verificado para o concelho de Oeiras – um crescimento de 243,6% e 69,7% respectivamente. Uma das razões que explicará o reduzido aumento do número de residentes neste último concelho, é o facto da Amadora, até então uma freguesia populosa de Oeiras, se ter tornado município em finais da década de 70. Em termos absolutos, Loures destaca-se dos restantes concelhos em número de residentes, com mais do dobro da população dos restantes.

Analisando a composição etária da população dos quatro concelhos, verificam-se algumas alterações que lhes são comuns, principalmente no que respeita ao envelhecimento geral da população residente e à diminuição da representatividade dos segmentos mais novos. Importa salientar, no entanto, que os concelhos de Cascais e Oeiras registam, em termos relativos, maior número de residentes idosos do que os restantes (quadros 2.5 a 2.8).

No concelho de Oeiras verifica-se grande aumento do número de residentes com 65 anos ou mais: de 5,7% em 1960, esta faixa etária passa para 10,5% do total da população em 1991, e para 13% seis anos depois. Assiste-se, paralelamente, a uma diminuição do segmento mais jovem da população. Se em 1991 os residentes com menos de 15 anos representavam 18,3%, em 1997 representam somente 14,9%. O concelho de Cascais apresenta a mesma evolução relativamente ao número dos residentes com mais de 65 anos: de 6,3% do total da população deste concelho passam a representar 14% em 1997. Em termos absolutos, o aumento do número de residentes com menos de 15 anos entre 1960 e 1997 é positivo, embora o peso deste grupo etário represente apenas 17% da população em 1997, comparado com os 24,3% de 1960.

No concelho de Loures os residentes com mais de 65 anos representavam 4,8% da população em 1960, mas são 11,2% do total de residentes em 1997. No que respeita à população com menos de 15 anos constata-se uma perda de representatividade: de 20% em 1991 passam para 16% em 1997. O concelho de Vila Franca de Xira é o que revela crescimento mais significativo entre 1960 e 1997. No entanto, à semelhança do registado para os anteriores concelhos, entre 1991 e 1997 verifica-se um decréscimo do peso do número de residentes com menos de 15 anos. Quanto aos residentes com mais de 65 anos, a tendência é semelhante à encontrada para os outros concelhos: se em 1960 representam 6,9% da população, em 1997 quase atingem 11%.

O nível de escolaridade é um dos indicadores distintivos da população dos quatro concelhos. Cascais e Oeiras apresentam níveis superiores de escolaridade comparativamente com os restantes (quadros 2.9 a 2.12). Existem, porém, determinadas evoluções que são comuns aos quatro concelhos e ao país na sua globalidade, nomeadamente no que respeita ao aumento geral da escolaridade da população, que se traduz num aumento do número de residentes com cursos médios ou superiores. Outras características transversais aos quatro municípios são a diminuição do número de residentes que 'não sabem ler nem escrever', e o forte aumento da escolarização das mulheres.

No concelho de Oeiras, a percentagem de residentes com curso médio ou superior em 1960 era de 2% e em 1991 de 18,7%. Semelhante evolução ocorre em Cascais que, de uma representação de 2,7% em 1960, regista 15,3% em 1991. Muito significativo é o aumento do volume de mulheres com cursos médios ou superiores. Dos 18,7% em 1991, no concelho de Oeiras, 47,5% são mulheres. Para o mesmo ano, em Cascais, a percentagem é de 46,6%.

Trinta anos antes, a discrepância entre a percentagem de homens e mulheres no ensino médio e superior era muito acentuada, não representando as mulheres mais do que 23,8%, em Oeiras e 19,1%, em Cascais.

Os concelhos de Vila Franca de Xira e Loures, apresentam números inferiores quanto à evolução da escolaridade. O número de residentes com curso médio ou superior em Loures passa de 0,5% em 1960 – 480 residente num total de 87 415 –, para 8,2% em 1991. Vila Franca de Xira regista percentagens inferiores. Em 1960, 0,4% dos residentes têm cursos médios ou superiores, e trinta anos depois estes representam 6%. Tanto nos concelhos de Loures como no de Vila Franca de Xira, a percentagem de mulheres no ensino médio e superior em 1991 ultrapassa a registada para os homens, representando já, em ambos os casos, mais de metade dos residentes com escolaridade média ou superior. São tendências que acompanham o que se passa a nível nacional, já que o número de mulheres a frequentar o ensino superior tem sido, para os anos mais recentes, tal como se verificou no capítulo 1, superior ao dos homens. Paralelamente ao crescimento do número de residentes com cursos médios ou superiores, também se assiste a uma diminuição da taxa de analfabetismo em todos os concelhos.

A composição dos agregados familiares também se alterou no período que decorre entre os anos 60 e 90. De um modo geral, assiste-se a uma redução dos agregados com mais de 5 elementos e a um aumento dos núcleos familiares com 1 ou 2 membros. Esta tendência é mais vincada nos concelhos de Oeiras e Cascais do que nos de Loures e Vila Franca de Xira. Enquanto nos primeiros estes núcleos familiares representam em 1991 mais de 40%, neste últimos não chegam aos 35% do total das famílias (quadros 2.13 e 2.14).

Finalmente, um outro indicador que assume diferenças significativas nos quatro concelhos é o dos grupos profissionais. Nos concelhos de Cascais e Oeiras, mas principalmente neste último, estão mais representadas as profissões intelectuais e científicas, as profissões técnicas intermédias e os empregados administrativos. Aliás, é nestes concelhos, na habitualmente chamada "linha de Cascais", que reside grande parte dos altos funcionários do Estado e da classe política e militar portuguesa. Representam, ao todo, 50% do total de residentes neste concelho. O concelho de Cascais apresenta uma distribuição mais uniforme pelos diferentes grupos profissionais, salientando-se os trabalhadores não qualificados dos vários sectores de actividade, bem como o pessoal dos serviços de protecção e segurança e serviços pessoais e domésticos (quadros 2.15 a 2.18).

Nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira destacam-se as profissões ligadas à produção no sector industrial. Em Loures este sector representa 20% do total das actividades profissionais do concelho, e em Vila Franca 22%. No entanto, é também grande nestas localidades o volume de empregados executantes. Uma diferença significativa, porém, distingue estes dois concelhos: enquanto o grupo profissional mais representado em Loures é o dos empregados administrativos, no concelho vizinho são os trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria e comércio.

2.2. Breve caracterização da oferta dos serviços prestados às famílias

A caracterização e evolução do tipo de oferta de serviços e equipamentos de apoio a crianças e idosos nos quatro concelhos teve como principal suporte estatístico a informação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Além desta fonte importa também salientar os depoimentos dos responsáveis pelas instituições empregadoras contactadas, assim

como outros informadores nomeadamente os responsáveis pelos centros de emprego e centros regionais da Segurança Social. Para a avaliação e evolução do emprego nos serviços de apoio às famílias residentes nos quatro concelhos, procedeu-se a uma análise das estatísticas disponíveis nos Quadros de Pessoal do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (DEMTS).

Resta sublinhar que apesar dos estudos de caso aqui apresentados não serem representativos, eles reflectem as tendências do país. No que toca à prestação de serviços de limpezas domésticas conforme se disse no capítulo anterior, é o sector privado das empresa e dos trabalhadores isolados que domina em larga extensão. As quatro entidades contactadas são empresas privadas com fins lucrativos. No caso dos cuidados pessoais – tanto os cuidados a crianças como a idosos – são sobretudo as IPSS que registam um maior número, seguidas a alguma distância pelas instituições públicas, e a larga distância pelas instituições com fins lucrativos e cooperativas. Os estabelecimentos com fins lucrativos a nível de equipamentos dirigidos a crianças e idosos, têm maior expressão em Oeiras e Cascais, onde há maior poder de compra do que nos outros concelhos estudados.

Local A - Cascais e Oeiras

2.2.1. As empresas e instituições prestadoras de serviços às famílias

De um modo geral, os concelhos de Oeiras e Cascais revelam entre os anos de 1992 e 1997 um aumento significativo do número de equipamentos de cuidados a crianças e a idosos (quadros 2.19 a 2.24). Em Cascais são sobretudo as creches que maior crescimento registam (de 2 estabelecimentos em 1992 passam para 10 em 1997), e em Oeiras é a categoria creches e jardins de infância que tem maior expressão (de 8 passam para 17). Também os equipamentos de cuidados a idosos aumentam o número de unidades no período analisado. Em Oeiras os lares passam para mais do dobro (de 5 para 13). Os centros de dia (de 7 para 11), o apoio domiciliário (de 8 para 12) e os centros de convívio (de 4 para 9) revelam também acréscimos significativos comparativamente com os totais contabilizados para 1992. O concelho de Cascais, por seu lado, não evidencia um aumento tão nítido da oferta de equipamentos para idosos, salientando-se o decréscimo do número dos centros de dia, mas o aumento do número de serviços de apoio ao domicílio.

Uma incursão na oferta por tipo de entidade prestadora dos serviços de apoio a crianças e idosos, confirma a predominância de instituições do chamado 3º sector, onde se incluem as IPSS e as cooperativas. As instituições oficiais, assim como as instituições com fins lucrativos, seguindo esta ordem de prioridades, registam alguma oferta nos cuidados a crianças e idosos mas com reduzida expressão. No concelho de Oeiras, o aumento do volume de equipamentos deve-se sobretudo ao aumento do número de IPSS (de 59 em 1992 passam para 92 em 1997), incluindo aqui algumas instituições privadas (de 16 crescem para 27), sobretudo creches, centros de actividades de tempos livres e lares. No concelho de Cascais, o aumento do total da oferta de serviços e equipamentos de cuidados pessoais (de 86 passam para 105) deve-se principalmente ao engrossar do número de creches e de serviços de apoio domiciliário – de 2 para 10 e de 6 para 9, respectivamente, entre 1992 e 1997. No primeiro caso, são as entidades com fins lucrativos as principais responsáveis pelo aumento da oferta (as creches privadas passam de 2 estabelecimentos 9).

Relativamente ao número de utentes por estabelecimento nos serviços de apoio domiciliário prestados pelas IPSS nos dois concelhos, para o ano de 1992, o seu número excedia a capacidade efectiva dos equipamentos – em Cascais para uma capacidade total de 170,

registam-se 213 utentes e em Oeiras 162 contra 184, respectivamente, desfasamento esse corrigido em 1997 nas duas localidades. Também os centros de dia no concelho de Cascais, e os lares em Oeiras, registavam excesso de utentes em 1992. Em 1997, todavia, aumenta o número destes equipamentos e dá-se um reajustamento entre oferta e procura. Em Cascais os centros de dia passam de 12 para 14 e em Oeiras de 7 para 11. Em Oeiras, o número de lares aumenta de 11 para 13 e em Cascais de 6 para 7. Curiosamente, o número de utentes decresce ligeiramente de 459 para 442. Em Cascais a relação entre capacidade e número de utentes está equilibrada, ainda que no limite.

Recorrendo a uma análise das páginas amarelas locais para uma avaliação não só da quantidade de serviços de cuidados pessoais existentes mas também de outros relacionados com actividades domésticas, verifica-se que os concelhos de Cascais e Oeiras apresentam serviços distintos dos da localidade B. A maior diferença reflecte-se, por exemplo, no que respeita à oferta de empresas de organização de festas (quadro 2.25). Em Cascais e Oeiras representam 12,1% e 15% respectivamente, no total das actividades consideradas, contra 2,3% e 3,1% nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira. Também os serviços de construção e conservação de jardins, revelam uma discrepância assinalável entre os locais A e B: 14 em Cascais e 5 em Oeiras e apenas 4 em Loures e 1 em Vila Franca de Xira.

As actividades representadas em maior número são as ligadas à reparação de electrodomésticos. Outras, parecem ter uma presença semelhante em todos os locais, salientando-se também, em ambos os concelhos, a oferta de serviços de limpeza de casas e escritórios (representam 7,1% em Cascais e 9% em Oeiras do total de serviços considerados para cada concelho). Em termos absolutos, de acordo com o total de actividades registadas nas páginas amarelas, são as localidades de Cascais e Loures as que apresentam uma maior oferta de serviços no âmbito dos cuidados pessoais e domésticos (um total de 182 para Cascais e de 173 para Loures). Uma análise entre a oferta total destes serviços por concelho e o número de residentes, corrobora a escassez dos serviços de apoio às famílias. Numa escala de 1 para 1000, o concelho de Oeiras regista 0,7 serviços por residente e o de Cascais 1,1.

Completando a análise ao volume de equipamentos de cuidados pessoais existentes nas localidades em estudo, os dados disponíveis na Carta Social do Departamento de Estudos Prospecção e Planeamento do MTS, mostram que são os equipamentos e serviços para crianças e jovens os que registam maior número, num total de 41 para Cascais e 40 para Oeiras, logo seguidos dos equipamentos para idosos, com 25 estabelecimentos para ambos os concelhos (quadro 2.26). A Carta Social contempla também serviços e equipamentos de apoio a toxicodependentes e a pessoas infectadas com o vírus da sida, reveladores de novas necessidades sociais de algumas famílias. O concelho de Cascais conta com um destes equipamentos.

As listas de espera nos infantários públicos e IPSS e as mensalidades onerosas dos infantários privados²², obrigam os residentes com menores recursos económicos a procurar outro tipo de soluções para a guarda dos filhos. Segundo informação fornecida pela directora do Centro Regional de Segurança Social de Cascais, são muitas as mulheres que tomam conta de crianças em suas próprias casas sem declararem os seus rendimentos com esta actividade às

²² Enquanto nas IPSS as mensalidades são calculadas a partir do rendimento do agregado familiar, atingindo nalguns casos perto de Esc. 40.000, alguns estabelecimentos privados com fins lucrativos têm mensalidades que atingem Esc. 50.000 por criança, podendo por vezes ultrapassar este valor, se incluir serviços adicionais como transporte, ginástica, dança, etc., ou se os pais recolherem a criança depois do horário fixado.

entidades oficiais competentes. No entanto parecem não ser estes os concelhos onde tal situação se verifica com maior intensidade.

A falta de formação e de qualidade das instalações onde o serviço das amas é por vezes prestado, levou a Segurança Social a exigir certificações específicas para o desempenho destas funções. Nesse sentido, exigiu que os trabalhadores(as) que pretendessem ser amas, frequentassem cursos específicos promovidos por entidades competentes, como é o caso da Cruz Vermelha Portuguesa²³.

Segundo a responsável pelo Centro Regional da Segurança Social de Cascais é cada vez maior a procura de certificações por mulheres que gostariam de ser amas. No entanto a própria Segurança Social não consegue dar resposta a tantos pedidos, uma vez que os critérios exigidos são rigorosos. Por outro lado, a manutenção das condições exigidas obriga a uma inspeção regular e a Segurança Social não dispõe de recursos humanos suficientes para fazer as devidas averiguações com a periodicidade exigida.

Os infantários e creches privados com fins lucrativos também têm aumentado numericamente, segundo opinião de algumas responsáveis por este tipo de equipamentos. Entre as razões possíveis realçam os melhores rendimentos auferidos pelos residentes, comparativamente com os de outras localidades e a escassez na oferta, aliada a uma procura crescente. As famílias com rendimentos mais elevados, além de optarem por infantários privados, procuram também outras estratégias para a guarda de crianças nomeadamente recorrem à contratação de empregadas domésticas, que trabalham diariamente na casa dessas famílias, tendo a seu cargo toda a limpeza da casa, refeições e o cuidado das crianças. Na opinião daquelas entrevistadas, apesar da procura por esta solução ser comum, o problema reside sobretudo em encontrar “trabalhadoras de confiança”. Não existe uma oferta organizada para este tipo de empregos, sendo fundamentalmente o conhecimento e recomendação de terceiros, amigos ou vizinhos, que funcionam como garantia de qualidade aos pais. Na análise de alguns autores, a confiança do utilizador dos serviços domésticos ganha-se através de uma pessoa conhecida ou através da garantia dada por um código deontológico ou por um organismo profissional (Duriez, B., 1996). Ora em Portugal a empresarialidade e o profissionalismo nestes domínios ainda é demasiado incipiente para na maior parte dos casos poder assegurar essa confiança que o consumidor familiar requer.

Um outro serviço de apoio às famílias que tem surgido com mais frequência nos últimos anos é o das engomadoras e lavandarias. São comuns as lojas do tipo "franchising" como a "5 à Sec", ou mesmo pequenas empresas familiares com serviço de lavandaria e engomadoria ao domicílio. Por outro lado, menos frequentes mas também relevantes são as pequenas empresas de limpeza de casas particulares e escritórios.

A análise dos serviços às famílias nas duas localidades é completada com a exemplificação de casos tipo, envolvendo estabelecimentos de diferentes naturezas jurídicas.

²³ Decreto-Lei 158/84 de 17 de Maio.

Caso 1 A – Centro Social e Paroquial (inovador)

O Centro Social e Paroquial, uma IPSS, é um dos casos considerados inovadores. Foi fundado por iniciativa da paróquia em 1967, quando criou dois jardins de infância e uma creche, para colmatar as carências deste tipo de equipamentos no concelho. Além das mensalidades dos utentes, calculadas a partir dos rendimentos do agregado familiar, este estabelecimento é financiado pela própria paróquia mas também pela Segurança Social. Tem como responsável máximo o padre da paróquia, presidente de uma direcção constituída por elementos que prestam voluntariado. Esta parece ser, aliás, uma das características de muitas IPSS. A direcção é normalmente composta por pessoas que têm ou tiveram algum relacionamento com a instituição e exercem funções geralmente administrativas ou jurídicas, sem qualquer remuneração.

Uma das razões porque se considera este caso inovador reside no facto desta instituição estar atenta às necessidades da comunidade e procurar dar-lhes resposta. Perante a escassez de equipamentos de apoio a idosos, inaugurou em 1998 um centro de dia, um lar para idosos e uma valência de apoio domiciliário. A qualidade dos serviços prestados fá-la ser considerada como um dos melhores estabelecimentos congéneres do país, o que em parte explica o grande número de utentes em lista de espera²⁴: 300 candidatos para um lar de idosos com capacidade máxima de 50; 30 candidatos a apoio no domicílio, com capacidade máxima de 30, e 75 crianças para os dois infantários e creche. A mensalidade máxima paga por utente no infantário e na creche é de Esc. 32.450 e a mínima de Esc. 3.100. A maioria dos utentes paga Esc. 18.000. No entanto há também casos de utentes que não pagam qualquer mensalidade. São crianças cuja família está abrangida pelo rendimento mínimo garantido e que vêm recomendadas pela Segurança Social.

Um outro factor que situa este caso nos exemplos de boas práticas é o da preocupação que os seus dirigentes demonstram relativamente conciliação da vida familiar e da vida profissional dos trabalhadores da instituição. Um exemplo é o que respeita à colocação de familiares dos trabalhadores no estabelecimento, tanto idosos como crianças. A responsável pelo apoio domiciliário, refere poder ter o pai idoso como utente do centro, o que facilita muito o desempenho da actividade profissional. Conta ainda que teve flexibilidade de horário permitida pela direcção do Centro para poder cuidar da mãe em casa quando esta precisou de cuidados. Uma outra trabalhadora refere igualmente que ter o filho no infantário do Centro “é grande ajuda”.

Caso 2 A – Cooperativa de ensino “Bons Dias” (inovador)

Um dos exemplos inovadores na área da prestação de cuidados a crianças é a Cooperativa de Ensino "Bons Dias". Foi criada em 1987 para dar resposta às necessidades sentidas por um grupo de moradores. Começou por ser um centro de apoio a crianças após o horário escolar. Acolhia então 40 crianças. Através de um programa de apoio ao emprego do IEFP a cooperativa constituiu-se enquanto ILE e criou 10 postos de trabalho. Actualmente conta com um berçário, uma creche, um jardim de infância, um centro de actividades de tempos livres e um programa de apoio alimentar a famílias carenciadas.

²⁴ No concelho de Cascais, dos 53 lares de idosos registados na Segurança Social, 15 foram classificados com "bom funcionamento"; 28 com "funcionamento regular" e 10 com "mau funcionamento". No concelho de Oeiras, dos 32 lares registados, 10 foram classificados com "bom funcionamento"; 19 com "funcionamento regular" e 3 com "mau funcionamento", (quadro 2.46).

O desenvolvimento de actividades de foro social permitiu o estabelecimento de um protocolo com o Centro Regional de Segurança Social de Cascais. As actividades desta cooperativa envolvem várias componentes do processo educativo para além das já referidas, designadamente desenvolve acções de formação de professores, educadores e auxiliares de educação. Presta igualmente serviços de observação e acompanhamento psicológico, educacional e terapêutico a crianças e adolescentes.

Esta instituição também se pode considerar inovadora pelo tipo de recursos que utiliza na sua gestão, principalmente no recrutamento de trabalhadores. Recorreu numa primeira fase ao programa ILE, criando 10 postos de trabalho; numa segunda fase empregaram mais 5 trabalhadores, entre os quais 3 técnicos de educação através de outros programas de inserção profissional – Ocupação de Tempos Livres para Jovens, Apoio a Trabalhadores Desempregados e Coopemprego²⁵. Trabalham actualmente na instituição 40 pessoas, entre funcionários, técnicos e responsáveis.

Todas as valências têm lista de espera, embora não muito extensa, quando comparada com outros casos. O recrutamento de pessoal obedece a um processo "extremamente rigoroso". Para as funções onde é exigida formação superior recorrem a estágios profissionais, normalmente com a duração de 9 meses. Para as funções menos qualificadas é exigido um estágio não remunerado de uma semana. Se o candidato tiver o perfil adequado é feito um contrato de seis meses. Quase todos os trabalhadores têm contratos efectivos, embora também se verifiquem situações de contratos a termo e de prestação de serviços em regime de trabalho independente.

Tanto os técnicos de educação como os profissionais menos qualificados são submetidos com regularidade a acções de formação. A formação profissional é, aliás outro dos serviços prestados à comunidade pela Cooperativa. Através do projecto Integrar, esta instituição tem preparados cursos de formação profissional para adolescentes e jovens em risco.

A exigência nas qualificações profissionais dos seus trabalhadores destaca-se através do nível de escolaridade das auxiliares de educação. A maioria tem o 12º ano de escolaridade, o que não se verifica vulgarmente noutras instituições na mesma área de actividade. Segundo depoimentos das trabalhadoras pagam salários acima da tabela legal e os horários são de 40 h semanais.

Caso 3 A – Engomadoria “Marluz” (inovador)

Esta empresa de serviços domésticos, em expansão a partir de uma ILE, representa bem um caso de criação do próprio emprego e da própria empresa por uma desempregada de longa duração, e simultaneamente, a criação de outros postos de trabalho. É, pois, um exemplo de empresarialidade feminina.

Esta mulher teve de fazer um processo de reconversão profissional. Com 40 anos de idade, e com uma licenciatura em línguas, regressou do Brasil e não conseguiu emprego. Inscreveu-se no Centro de Emprego de Cascais e iniciou um curso de formação para desempregados com mais de 45 anos, com o objectivo de criar o próprio emprego. O curso teve a duração de

²⁵ Antigos programas de inserção profissional de jovens e desempregados de longa duração do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

quatro meses com oito horas diárias, dando direito ao ordenado mínimo nacional e a um subsídio de almoço. No fim apresentou um projecto no âmbito do projecto das Iniciativas Locais de Emprego (ILE).

A primeira versão do projecto incluía um conjunto de "serviços de proximidade": entre os quais pequenas reparações domésticas (canalizadores, electricistas e carpinteiros), serviços pessoais de apoio a idosos e a crianças fora do horário escolar, engomadoria e decoração. O centro de emprego acabou por apoiar apenas uma parte do projecto, nomeadamente as actividades de engomadoria e de decoração doméstica (confecção de cortinados etc.). A empresária obteve um financiamento inicial de Esc. 10.000.000 (50% a fundo perdido e 50% de empréstimo) e em 1998 o estabelecimento entrou em funcionamento com cinco empregadas para a engomadoria.

O salário das empregadas foi fixado pelo centro de emprego. Deste modo, a remuneração das engomadeiras foi estipulada em Esc. 60.000 líquidos. Não obstante o salário previsto, a empregada entrevistada nesta empresa tem contrato efectivo de trabalho e recebe Esc. 80.000, ou seja, além do salário fixado por tabela, mais Esc. 20.000 de subsídio de almoço. "É difícil encontrar pessoas que saibam engomar por 60 contos", explicou a empresária.

De acordo com a legislação das ILE, os trabalhadores contratados deverão iniciar a actividade com um contrato de trabalho a prazo e no fim do período de experiência assinam um contrato efectivo de trabalho. Nesta empresa, uma das engomadeiras entrevistadas tem um contrato a tempo parcial por sua conveniência pessoal. As empregadas têm direito aos benefícios previstos pela segurança social, a transporte em carrinha da empresa e a subsídio de almoço. Trabalham 40 horas semanais com horário fixo entre as 10 horas e as 17 horas, à excepção da trabalhadora a part-time.

O sucesso da empresa, motivado pela procura crescente dos serviços prestados, tem gerado novas perspectivas de expandir o negócio, sobretudo para os serviços de limpeza e pequenas reparações domésticas. O alargamento da oferta de serviços, principalmente os dedicados à limpeza doméstica, procura responder às solicitações feitas pelas clientes da engomadoria.

2.2.2. Os trabalhadores dos serviços prestados às famílias

Uma vez que o capítulo seguinte se debruçará com mais pormenor na análise da natureza e condições de exercício de actividade dos trabalhadores nos serviços pessoais e domésticos, optou-se antes aqui por, através das estatísticas disponíveis no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, abordar a evolução do número de trabalhadores nos diferentes serviços prestados às famílias num período correspondente a cinco anos. Convém porém, lembrar que a informação fornecida por este organismo contempla apenas as empresas e instituições com quadros de pessoal. Ou seja, o que é analisado é o trabalho declarado e por conta de outrem das entidades que preenchem este inquérito. No entanto, pareceu útil uma avaliação das tendências no que respeita à evolução do número de empregados ao serviço de actividades de apoio às famílias

Uma análise do número de trabalhadores ao serviço em actividades ligadas à prestação de cuidados pessoais e serviços domésticos, nomeadamente reparação de bens pessoais e domésticos, cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio ensino pré-escolar e básico e actividades de acção social, mostra uma tendência para o avolumar de trabalhadores ao serviço destas actividades (quadros 2.28 e 2.29). A sua representatividade no total das pessoas ao serviço no dois concelhos é superior à média nacional (3,2%), representando 4,5% em

Oeiras e 5,6% em Cascais para o ano de 1997. Em ambos os concelhos, a reparação de bens pessoais e domésticos regista uma taxa de variação negativa: 45,3% para Oeiras e 32,9% para Cascais. Entre os vários sectores de actividade que apresentam uma variação positiva, o sector do ensino pré-escolar e básico é aquele que revela um maior crescimento (49,2% em Oeiras e 26,4% em Cascais).

Em ambos os concelhos, e pela análise do conjunto destes domínios de actividade, verifica-se que são actividades maioritariamente desempenhadas por mulheres. Se no total de pessoas ao serviço registadas por esta fonte estatística nos dois concelhos, no ano 1997, as mulheres representam 39,4% em Oeiras e 45,5% em Cascais, já nas actividades aqui em análise os valores ascendem aos 87,4% e 86% respectivamente. O ensino pré-escolar e básico é dos serviços mais feminizados, como se tinha visto no capítulo 1 - 93,6% de mulheres em Oeiras e 93,3% em Cascais. A acção social é o segundo sector com maior representação de mulheres, revelando percentagens que rondam os 90% para ambos os concelhos. Quanto ao sector de reparação de bens pessoais e domésticos, nota-se para ambos os concelhos um decréscimo de trabalhadores ao serviços destas actividades embora se mantenha como uma das áreas de actividade significativamente masculinizada onde as mulheres, à semelhança do registado para o país, estão sub-representadas. Não se verifica contudo, no intervalo dos anos analisados, qualquer aproximação do número de mulheres aos totais encontrados para os homens, como se verificou para o país no ano de 1997.

Curiosamente, ao contrário do verificado para o país nestes apuramentos estatísticos, o número de trabalhadores ao serviço de actividades relacionadas com educação pré-escolar diminuiu entre os anos de 1993 e 1997 no concelho de Cascais (quadros 2.30 e 2.31). A adopção de diferentes critérios de classificação por este departamento de estatística nos dois anos assinalados, assim como o facto de depender do número de quadros de pessoal preenchidos que lhes são enviados pelas entidades empregadoras, deverá certamente influenciar os totais apurados, principalmente quando o nível de análise é feito por concelhos. A análise destes valores deverá, por isso, ser feita com algum cuidado.

Entre o número de pessoas ao serviço neste conjunto de actividades destaca-se para ambos os concelhos o aumento significativo de trabalhadores em lavandarias. Em Cascais passam de 77 em 1993 para 150 em 1997, e em Oeiras de 62 para 158. Embora sem dados estatísticos que permitam comparações fidedignas, parece constatar-se um certo aumento dos serviços de refeições ao domicílio e um decréscimo dos serviços de cantinas. No entanto, no conjunto das actividades de restauração incluem-se modalidades várias de serviços ligados à produção e ao fornecimento de refeições, conforme os dados do inquérito ao emprego evidenciam com o grande crescimento do número de pessoas a trabalharem nestas condições.

De acordo com os censos de 1991 para os dois concelhos, as profissões ligadas à prestação de cuidados pessoais e domésticos com maior número de trabalhadores nestas localidades, são os empregados de limpeza de casas particulares e de escritórios e hotéis, representando as duas categorias mais de 40% do total das profissões aqui consideradas como ligadas aos serviços de apoio às famílias, (quadro 2.32). Como atrás se viu, mais uma vez se trata de uma profissão feminizada, com as mulheres a atingirem mais de 95% do total de trabalhadores nesta actividade. Em segundo lugar mas com uma desvantagem assinalável, aparecem os empregados de mesa e trabalhadores similares. Aqui, a representação masculina ultrapassa largamente a feminina, nos dois concelhos. Isto parece ser uma característica específica principalmente do concelho de Cascais, que poderá explicar-se pelo grande número de restaurantes, muitos deles de luxo, com vários anos de existência e com empregados do sexo

masculino com largos anos de casa, fruto da intensa actividade turística dos dois concelhos. No entanto, se a esta categoria se agregarem os cozinheiros e ecónomos, governantas e trabalhadores similares, então o número de mulheres ao serviço tende a ultrapassar o número de homens nestas actividades, tal como se verifica para o todo nacional.

Os enfermeiros e o pessoal docente do ensino pré-primário, são também profissões com algum peso no total das profissões aqui analisadas, para ambos os concelhos. No total da população com actividade profissional este conjunto de profissões representa 20% no concelho de Cascais e 13% no caso de Oeiras. A impossibilidade de obter dados para 1998 desagregados a nível dos concelhos não permite avaliar se as tendências evolutivas recentes vão no sentido do decréscimo, como vimos acontecer a nível nacional.

Em suma, um olhar sobre a evolução do número de trabalhadores nas actividades analisadas nestes dois concelhos, revela, de um modo geral, um aumento do número de pessoas a trabalhar na área dos cuidados a idosos e crianças e uma diminuição do número de trabalhadores ao serviço de actividades relacionadas com reparações domésticas. Nestas últimas incluem-se sobretudo as mais ligadas ao saber artesanal, tais como as actividades de reparação de calçado e artigos de couro, mas também as de reparação de aparelhos eléctricos, dada a tendência de perecibilidade cada vez maior dos equipamentos em causa. Salienta-se também um aumento significativo de trabalhadores em actividades relacionadas com os cuidados domésticos nomeadamente as lavandarias e engomadoras, revelando-se como uma actividade em crescente expansão.

2.2.3. A criação de emprego nos serviços prestados às famílias

A análise do emprego gerado em 1996, através de colocações efectuadas directamente pelos centros de emprego locais, evidencia que é de 16% a proporção de colocações efectuadas em profissões indiferenciadas cuja designação não é especificada e onde se inclui o pessoal de limpeza e de outras actividades profissionalmente pouco reconhecidas, como as auxiliares educativas e as auxiliares de lares. O número de colocações efectuadas directamente no concelho de Oeiras revela uma distribuição semelhante. Importaria, porém que passassem a ser melhor especificadas estas profissões e actividades, utilizando as classificações actuais oficialmente aprovadas.

As políticas sociais de criação de emprego, analisadas no primeiro capítulo, têm gerado programas específicos de apoio à contratação de desempregados jovens e de longa duração²⁶, e à criação do próprio emprego, com reflexos nos quatro concelhos²⁷.

²⁶ Os concelhos de Oeiras e Cascais registavam em Junho de 1999, 5 473 e 6 311 desempregados, respectivamente.

²⁷ Os programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) com maior expressão local nos quatro concelhos analisados, são as ILE's (Iniciativas Locais de Emprego), o Apoio à Contratação, o CPE (Criação do Próprio Emprego) e o ACPE (Apoio à Criação do Próprio Emprego).

Analisando dois dos programas com maior expressão local em 1996 – Criação do Próprio Emprego (CPE) e Apoio à Contratação –, verifica-se que para os concelhos de Cascais e Oeiras são sobretudo actividades ligadas ao comércio a retalho e a serviços prestados às empresa – onde se inclui os serviços de escritório –, as que geram maior número de postos de trabalho²⁸ (quadro 2.34). No concelho de Oeiras, os postos de trabalho criados através de actividades de restauração, principalmente por via do programa de Apoio à Contratação, têm também alguma expressão, representando 9% do total de postos de trabalho criados por intermédio daquela medida. A contratação de trabalhadores para lavandarias e tinturarias (3 em Oeiras) e o apoio à criação de destas actividades (1 caso em Cascais), assim como o apoio à contratação de trabalhadores para actividades relacionadas com serviços de reparações domésticas (3 casos em Cascais e 2 em Oeiras), revela, de certa forma, uma progressiva aproximação da oferta às necessidades sociais emergentes, mas ainda com quantidades pouco significativas. Esta é uma tendência confirmada pela análise do número de empregos criados através de CPE's até Julho de 1999 nos dois concelhos: três casos em serviços de reparações e um em lavandarias.

Local B - Loures e Vila Franca de Xira

2.2.4. As empresas e instituições prestadoras de serviços às famílias

Segundo as estatísticas da Segurança Social, tal como acontece para os concelhos do Local A abordados anteriormente, os equipamentos de prestação de cuidados a crianças e a idosos, são maioritariamente assegurados por instituições particulares sem fins lucrativos, embora na maior parte dos casos com apoio estatal.

Em ambos os municípios, entre 1992 e 1997, regista-se um aumento acentuado de equipamentos de apoio a crianças e à terceira idade – em Loures verifica-se um crescimento de 19%, e em Vila Franca de 12% (quadros 2.35 a 2.40). Neste último concelho o aumento justifica-se sobretudo pelo crescimento de centros de dia (de 7 em 1992 passam para 9 em 1997) creches familiares (passando a existir 4) e de serviços de apoio domiciliário a idosos (de 8 passam para 11). No concelho de Loures destaca-se especialmente o aumento do número de equipamentos de cuidados a idosos, nomeadamente os centros de dia (de 13 para 17), os centros de convívio (de 11 para 19) e o apoio domiciliário (de 14 para 19).

O aumento registado deve-se fundamentalmente ao acréscimo do número de IPSS nos dois concelhos. Do total de equipamentos registados em Loures em 1992, 81% são IPSS e 78% em Vila Franca de Xira. Em Loures, porém, as instituições públicas e as privadas têm alguma expressão. No primeiro caso distribuem-se uniformemente pelos diferentes tipos de serviços. Já no que toca às instituições privadas, estas são sobretudo creches (de 5 em 1992 passam para 13 em 1997), o que vem confirmar a grande necessidade destes serviços evidenciada no capítulo 1.

²⁸ Optou-se por analisar o número de postos de trabalho criados através do programa de Criação do Próprio Emprego e do Apoio à Contratação por estes terem maior expressão nos quatro concelhos analisados, ao contrário dos restantes programas referidos. No entanto, o quadro 2.47 em anexo resume o número de postos de trabalho criados com outras medidas de incentivo à criação de emprego do IEFP. Apesar de não se conseguir saber o número de actividades ligadas aos serviços de apoio às famílias, em 1996 o IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local) apoiou um total de 314 actividades em Oeiras e 245 em Cascais. Já o RIME (Regime de Incentivo às Micro-Empresas), segundo dados de 1998, apoiou 4 iniciativas no âmbito dos serviços prestados às famílias em Cascais e 4 em Oeiras. Em 1999 o concelho de Oeiras registou 7 ILE's na área dos serviços pessoais e domésticos.

Um olhar sobre a capacidade e número de utentes por equipamentos, revela que em 1992 o número de utentes do serviço de apoio domiciliário a idosos prestado pelas IPSS nestes concelhos excedia o total da capacidade (300 utentes para uma capacidade de 130) e 231 utentes para 166 lugares em V. Franca de Xira.. Cinco anos depois o número de beneficiários de serviços de apoio domiciliário aumentou e o número de utentes passou a corresponder à capacidade. Em 1997, nos mesmos concelhos, destaca-se outro serviço com dificuldades em dar resposta ao número de utentes: as creches, cujo número de utentes é muito superior à capacidade estabelecida.

Da análise dos serviços inscritos nas páginas amarelas ressalta que nestes dois concelhos, mas particularmente em Loures se se tomar em conta os valores absolutos, é muito significativa a oferta de serviços de pequenas reparações domésticas (quadro 2.25). Do total de serviços considerados, estas actividades representam 34,1% em Loures e 35,4% em Vila Franca de Xira. São também significativos os serviços relacionados com a limpeza de casas e escritórios e com refeições pré-cozinhadas ("Pronto-A-Comer").

As refeições preparadas, particularmente os pastéis ou bolos confeccionados por mulheres em casa própria, são actividades frequentes e prestadas, em grande parte dos casos, de forma não declarada. A título de exemplo, em Vila Franca de Xira, o proprietário de uma pastelaria com fabrico próprio declarou pretender encerrar o estabelecimento que tinha situado num centro comercial. Entre as razões que salienta para a fraca rentabilização da sua pastelaria está o facto de não compensar investir no fabrico próprio. Segundo afirmou, em Vila Franca de Xira são muitos os cafés e pastelarias abastecidos por mulheres que confeccionam bolos e salgados em casa. Para os donos dos estabelecimentos que contratam este trabalho é significativamente mais rentável.

No que respeita à oferta de serviços e equipamentos de cuidados pessoais, a Carta Social do Departamento de Estudos, Prospecção e Planeamento do MTS, indica que estes dois concelhos apresentam um volume significativo de instituições de apoio a crianças e a idosos (quadro 2.27). Em valores absolutos, Loures apresenta um total de 91 equipamentos para crianças e 56 para idosos e Vila Franca de Xira um total de 49 e 31, respectivamente. No entanto, fazendo uma estimativa do número de crianças residentes até aos cinco anos e de idosos com mais de 65 anos nos dois concelhos, calcula-se que a taxa de cobertura destes equipamentos seja superior no concelho de Vila Franca de Xira. Os equipamentos de apoio à família e comunidade assim como os serviços e equipamentos de apoio a toxicodependentes são também, em termos absolutos, superiores aos dos concelhos de Cascais e Oeiras.

Todavia, apesar da oferta de equipamentos e serviços de cuidados pessoais ser superior nestes dois concelhos, as carências também são mais significativas, como provam as listas de espera nos equipamentos contactados e segundo as opiniões abalizadas das suas responsáveis.

Caso 1 B – Creche do Concelho de Loures

A Creche do Concelho de Loures, é uma instituição pública tutelada pelo Serviço Regional da Segurança Social daquele concelho. Foi criada há 18 anos como centro infantil, valência que ainda hoje mantém, a par de outras: uma creche familiar para 96 crianças que envolve 24 amas; uma creche com 16 crianças e o pré-escolar com 56. Tem ainda anexa uma sala aberta às crianças da comunidade local para ocupação de tempos livres.

Como equipamento público tutelado pela Segurança Social, os critérios para admissão de crianças estão escalonados por níveis de prioridade dando primazia a crianças em risco enviadas pela própria Segurança Social ou pelos hospitais, e a crianças pertencentes a famílias carenciadas do concelho. Também por isso as mensalidades pagas variam entre os Esc.500 e os Esc.30.000, consoante os rendimentos dos agregados familiares. As dificuldades económicas de muitas famílias com filhos levam a que este tipo de equipamento seja uma das soluções mais procuradas para a guarda de crianças. Neste caso, os pedidos excedem por completo a sua capacidade, tendo em lista de espera 200 crianças para o pré-escolar e 200 para a creche familiar.

Segundo a responsável pela Creche, face às longas listas de espera das instituições públicas e às mensalidades exorbitantes das instituições privadas, é muito comum em Loures o recurso, por parte das famílias mais carenciadas, a amas não certificadas, ou seja, mulheres que prestam cuidados a crianças sem ter uma formação prévia, trabalhando, em muitos casos, sem declarar os seus rendimentos.

Caso 2 B – Associação de Promoção Social

A Associação de Promoção Social – uma IPSS –, foi fundada em 1968 por um grupo de jovens que reuniu esforços para fazer face à escassez de equipamentos de guarda de crianças sentida pela comunidade local. Iniciou a actividade com a criação de um jardim infantil e de um centro de ocupação de tempos livres, com capacidade total para 40 crianças. Em 1976 a lotação era já de uma centena de crianças. Cinco anos depois, esta associação contava com 25 postos de trabalho, dando assistência a 160 crianças. Actualmente a Associação tem, além das valências com que iniciou a sua actividade, um berçário e um clube de jovens dos 6 aos 18 anos. Ao todo, dá assistência a 300 crianças e conta com 40 funcionários. De acordo com os regulamentos para as IPSS, as mensalidades pagas são calculadas consoante os rendimentos do agregado familiar, variando entre os 7.500 escudos e os Esc. 25.000. A maioria dos utentes, no entanto, paga, em média, Esc. 13.000. Segundo a responsável por este equipamento, são muitas os casos que se encontram no escalão mínimo e só alguns no escalão inferior à mensalidade máxima.

Deste modo, dado o valor moderado das mensalidades além de se confrontar com problemas de sobrelotação, esta instituição tem ainda uma longa lista de espera. De acordo com a coordenadora da instituição, não há capacidade para receber mais crianças, mas o número de utentes em lista de espera tem tendência para aumentar na medida em que têm recebido muitas solicitações por parte de famílias de outras freguesias.

Caso 3 B – Lar da Segurança Social (inovador)

No que respeita a equipamentos e serviços de apoio a idosos, as carências sentidas são igualmente significativas. O Lar da Segurança Social, neste concelho, é uma instituição pública sob tutela da segurança social. Foi criado em 1975, contando apenas com uma valência. Actualmente tem um lar com capacidade para 90 utentes, um centro de dia com capacidade para 30 e presta apoio domiciliário a 54 idosos. As mensalidades variam entre os Esc. 500 e os Esc. 30.000, consoante os rendimentos dos idosos.

É considerado pela segurança social um lar-piloto pelo tipo de serviços que presta e pela dinamização e intercâmbios que estabelece com a comunidade local. Entre as diferentes iniciativas desta instituição estão as festas e outros eventos organizadas pelos utentes do Lar

que apelam à participação da comunidade exterior. Por exemplo, as exposições temáticas, como as exposições de velharias que implicam o envolvimento directo dos próprios idosos, ou o “Clube de Cozinha”, onde se confeccionam vários tipos de pratos que posteriormente são sujeitos a concurso. Outras dinâmicas de carácter recreativo como por exemplo a biblioteca, o grupo coral, o bar, a organização de colónias de férias para idosos e as actividades propostas semanalmente no centro de convívio por uma animadora cultural, são iniciativas que tornam este lar muito requisitado.

A organização e condições de trabalho é outro dos aspectos relevantes nesta instituição. Duas auxiliares de lar entrevistadas revelaram receber salários superiores – Esc. 124.000 – ao que vulgarmente é pago àquela categoria profissional, o que se poderá justificar também pelo número de anos de trabalho destas empregadas. Todas têm contratos efectivos de trabalho, as regalias sociais previstas para os trabalhadores da função pública e duas têm horários de 35 horas semanais, prestados por turnos – 8h-16h; 16h-24h e 24h-8h. A formação profissional é requisitada com regularidade a técnicos do centro de saúde local ou de IPSS. Uma das auxiliares entrevistadas afirmou ter frequentado acções de formação nesta instituição.

Por outro lado, o estilo de direcção adoptado que, neste caso, é protagonizado por uma directora comunicativa, é motivo para que as entrevistadas considerem a sua opinião ouvida em processos de tomada de decisões.

Um dos maiores problemas inerentes aos equipamentos de apoio a idosos está relacionado com a qualidade do serviço prestado. Muitos não apresentam as condições mínimas exigidas ao seu bom funcionamento, nomeadamente lares de idosos privados entram em funcionamento sem os requisitos exigidos pelas entidades que licenciam estes equipamentos: o ministério da tutela²⁹ e a câmara municipal local. Em Maio de 1998 e segundo os dados do Centro Regional de Segurança Social de Loures, dos 51 lares de idosos registados naquele concelho, 12 foram classificados com "bom funcionamento", 29 com "funcionamento regular" e 10 com "mau funcionamento". Em Vila Franca de Xira, dos 7 registados, 4 foram classificados com "bom funcionamento", 2 com "funcionamento regular" e 1 com "mau funcionamento" (quadro 2.46).

2.2.5. Os trabalhadores dos serviços prestados às famílias

No que respeita ao número de trabalhadores em actividades de apoio às famílias, constantes nos quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade, o concelho de Loures regista um aumento positivo, embora abaixo dos 16,8% verificados para o país (10,8% em Loures e 14,7% para Vila Franca de Xira). Vila Franca de Xira é do conjunto dos quatro concelhos aquele onde o total de pessoas ao serviço nas actividades em análise, alcança maior expressão no ano de 1997 (quadros 2.41 e 2.42).

Por sua vez, a análise da evolução do número de trabalhadores por áreas de actividade, evidencia que nestas localidades, os serviços de reparação de bens pessoais e domésticos destacam-se dos parâmetros negativos que caracterizam o país e os outros concelhos estudados. Em Loures, o número de pessoas ao serviço nesta actividade não sofre alteração. Em Vila Franca de Xira apresenta um crescimento de 28,6%. As actividades de acção social registam também crescimento: mais 129,2% em Vila Franca de Xira embora somente mais

²⁹ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

25,1% em Loures. De destacar também o decréscimo de 9,3% no ensino pré-escolar em Vila Franca de Xira.

No conjunto das actividades aqui analisadas para o ano de 1997, as mulheres representam 86,2% em Loures e 93,6% em Vila Franca de Xira. Em ambos os concelhos, o ensino pré-escolar e o básico têm a quase exclusividade do sexo feminino (93,1% e 95,8%, respectivamente). Na reparação de bens pessoais e domésticos, esta tendência inverte-se predominando o sexo masculino.

Na análise mais desagregada destas actividades destacam-se o decréscimo – surpreendente, aliás - registado para a educação pré-escolar (de um total de 413 trabalhadores registados ao serviço desta actividade em 1993, passa-se para 268 em 1997) e o aumento, ainda que pouco significativo, do número de pessoas nos serviços de reparação de bens domésticos no concelho de Vila Franca de Xira, contrariando as tendências registadas para os outros concelhos, (quadros 2.43 e 2.44).

Um olhar rápido sobre os dados do último Censo (1991) mostra que o número de pessoas por profissões na área de serviço de apoio às famílias neste concelhos, à semelhança do que se verificou nas localidades anteriores, são sobretudo os empregados de limpeza de casas particulares (5.145 em Loures e 1.152 em Vila Franca de Xira) e de escritórios (4.612 na primeira localidade e 1.076 na segunda), assim como os empregados de mesa (4.813 e 1.119, respectivamente) e os cozinheiros (3.217 em Loures e 1.092 em Vila Franca), as profissões com maior número de trabalhadores nestes concelhos (quadro 2.45). Em ambos os concelhos, estas quatro categorias correspondem a 68% do total das profissões aqui consideradas como ligadas à prestação de cuidados pessoais e domésticos. Ainda no concelho de Loures as profissões ligadas aos cuidados de saúde (1 657 enfermeiros e 1 311 ajudantes de serviços de saúde, representando no conjunto 11,3%) também registam um número significativo de trabalhadores, embora muito atrás das ligadas aos serviços de limpeza e de restauração. No total dos residentes com actividades profissionais, este conjunto representa 17% da população activa do concelho de Loures e 14% de Vila Franca de Xira. É de frisar ainda que são principalmente postos de trabalho preenchidos por mulheres, à excepção dos empregados de mesa.

2.2.6. A criação de emprego nos serviços prestados às famílias

O concelho de Loures destaca-se dos restantes pelo número de desempregados. Destes, salientam-se os desempregados de longa duração, representando 40% do total de inscritos no centro de emprego local³⁰. À semelhança do que acontece noutros centros de emprego, segundo informação do responsável de um centro de emprego, são principalmente mulheres pouco escolarizadas e numa faixa etária que ronda os 50 anos de idade que perfazem o grosso dos inscritos. Mas parece nem sempre estarem disponíveis para aceitarem os empregos que lhes propõem. Os baixos salários, a par de um conjunto de despesas que terão de fazer em transportes, alimentação e guarda dos filhos, tornam pouco aliciantes algumas ofertas de emprego. Uma das práticas correntes parece ser a inscrição nestes centros para beneficiarem de algumas das vantagens deste procedimento, nomeadamente o direito a taxas moderadoras na compra de medicamentos.

³⁰ O concelho de Loures registava, em Junho de 1999, um total de 15 750 desempregados. Um número muito superior aos contabilizados para os outros concelhos das localidades A . Vila Franca de Xira registava em Junho de 1999, 4 486 desempregados.

A fraca afluência a cursos de formação é outra das razões apontadas para as dificuldades em proporcionar ou criar postos de trabalho. Os cursos que são ministrados fora do Centro de Emprego de Loures têm pouca afluência. Entre as razões estão a dificuldade nos acessos ao local do curso e em conciliar a sua frequência com a vida familiar. Muitas mulheres, alegando não ter onde deixar os filhos, desistem dos cursos de formação.

Analisando agora o total de colocações directas efectuadas em 1996 pelos centros de emprego destes dois concelhos, verifica-se que uma forte percentagem é de trabalhadores indiferenciados – 32,8% em Vila Franca de Xira e 21,6% em Loures – onde se inclui todo o tipo de profissões relacionadas com os serviços domésticos, e com a prestação de cuidados a crianças e idosos em estabelecimentos para esse fim vocacionados (quadros 2.33 e 2.34).

O concelho de Loures é o que regista maior número de situações que beneficiaram dos programas de criação de emprego do IEFP. Em 1996 foram registados 229 casos de Apoio à Contratação e 49 CPE's. A maioria dos apoios à contratação verificaram-se em actividades dos serviços prestados às empresas, assim como no comércio e na indústria. É de realçar um total de 16 contratações para actividade ligadas ao saneamento e limpeza e outros serviços sociais prestados à colectividade – 8 casos em cada, ou seja, 3,5% do total de empregos criados através do Apoio à Contratação. Importa ainda destacar 4 casos de apoio a contratações para actividade relacionadas com as pequenas reparações domésticas e outras 4 para serviços pessoais (1,7%). O programa CPE revela também postos de trabalho criados em actividade ligadas ao comércio e à restauração, respectivamente 27% e 13,5% para 1996³¹.

O Centro de Emprego de Loures regista em 1999 alguns postos de trabalho criados através de ILE's (18), sendo a maioria em actividades na área da restauração. Em menor escala, também há engomadorias e lavandarias. Os serviços de cuidados pessoais não são tão frequentemente procurados, uma vez que exigem conhecimentos específicos que a maioria destes trabalhadores não tem. Aliás, as lacunas em termos de conhecimentos de gestão de uma actividade que muitos dos candidatos à criação do próprio empregos se propunham desenvolver, foi a razão pela qual o IEFP incluiu há cerca de três anos cursos de formação em gestão como suporte às medidas geradoras de postos de trabalho.

A análise da informação recolhida sobre os 4 concelhos que constituem as duas localidades em estudo (localidade A e localidade B) evidencia que do ponto de vista do desemprego da respectiva população a localidade B tem valores mais elevados 4,5% e 3,9% (Loures, com 15.750 e Vila Franca de Xira com 4.486 desempregados). A localidade A regista 3,4% em Oeiras e 3,8% em Cascais (5.473 e 6.311, respectivamente). Em todos os concelhos é maior o número de mulheres desempregadas por comparação com os homens, sobressaindo o desemprego das mulheres em idade avançada, a quem as baixas qualificações profissionais retiram empregabilidade.

Uma outra constatação é a de que em ambos os locais aumentou significativamente o número de trabalhadores dos serviços às famílias no domínio do ensino pré-escolar, e da acção social.

³¹ Outros programas de apoio à criação de emprego têm gerado postos de trabalho (ver quadro 2.47). Apesar de não se conseguir saber o número de actividades ligadas aos serviços de apoio às famílias, em 1996 o IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local) apoiou em Loures um total de 236 actividades, em Vila Franca de Xira 110. Já o RIME (Regime de Incentivo às Micro-Empresas), segundo dados de 1998, apoiou 8 iniciativas no âmbito dos serviços prestados às famílias em Loures, 4 em Vila Franca de Xira. Em 1999 o concelho de Loures regista até Julho um total de 18 serviços criados a partir de ILE's (Iniciativas Locais de Emprego) e destes, 6 são serviços na área dos cuidados pessoais e domésticos.

Os serviços de reparações domésticas decresceram em Oeiras e Cascais, estabilizaram em Loures e subiram em Vila Franca de Xira. É esta a actividade em que as mulheres são nitidamente minoritárias face aos homens. Nos serviços de cantinas e refeições ao domicílio houve decréscimos nuns locais e subida noutros. Nos restantes serviços – de apoio à infância e à terceira idade - as mulheres estão sempre em larga maioria, e de um modo geral esta reforça-se nos últimos anos. Os homens tendem a ver o seu número diminuído principalmente no ensino pré-escolar, em todas as localidades excepto em Loures. Na acção social assistiu-se a um ligeiro aumento de homens em Cascais, Oeiras e Vila Franca de Xira, e a um forte aumento do número das mulheres trabalhadoras nesta actividade. Pode daqui concluir-se estar a aumentar o fosso entre a participação masculina e a feminina nas actividades de apoio à vida familiar. Isto é, enquanto os homens representam uma ou duas centenas, consoante o local, as mulheres oscilam entre treze e dezoito centenas.

As razões que explicam estas discrepâncias encontram-se na tradição cultural que estabelece conotações mais directas entre os papéis sociais femininos e a prestação de cuidados a pessoas. As próprias mulheres entrevistadas tendem a ver a sua actividade profissional como sendo mais adequada para o desempenho feminino e sentindo-se vocacionadas para tal. No entanto, durante o trabalho de terreno, em mais do que uma ocasião houve referências diversas a processos formais de aprendizagem, relacionados com formação profissional em sala ou com a aquisição de experiência resultante do próprio contexto laboral, o que significa que se a mesma for ministrada ao sexo masculino, também os homens passarão a estar em condições de exercer nestas actividades a sua profissão.

Independentemente de ser causa ou efeito da segregação de género verificada nos serviços familiares, outro factor observado é o da existência de salários de um modo geral baixos, se se exceptuar a tabela salarial da função pública aplicável a estas actividades, principalmente a das educadoras de infância. As instituições de solidariedade social tendem a praticar as remunerações mais modestas (quadro 2.48). Os estabelecimentos privados de limpeza registam a maior precaridade contratual, sobretudo se são recentes. O trabalho informal corresponde na maior parte das vezes à prestação de serviços por trabalhadores isolados, embora se encontrem unidades para-empresariais que trabalhem nestes moldes (caso 1, em anexo).

Na maior parte das situações analisadas pareceu haver lugar para as entidades empregadoras atenderem às responsabilidades familiares dos trabalhadores, seja facilitando horários, concedendo dispensas ou autorizando a utilização dos recursos da organização para uso pessoal – guarda de crianças, cuidado de idosos, passagem a ferro da roupa doméstica da própria trabalhadora. Aliás, a preocupação das autoridades governamentais com a problemática da conciliação entre vida profissional e vida familiar foi muito significativa no último ano, o que pode estar a gerar novas atitudes: organizou-se em Março de 1999 a *Campanha Nacional da Conciliação*³², decorreram várias campanhas mediáticas³³, foi publicado o guia de *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar*³⁴ (Guerreiro, 1999) expressamente dirigido às empresas, e foi lançado o Prémio *Igualdade é Qualidade*³⁵ para distinguir as empresas com políticas favorecedoras da igualdade de oportunidades, nomeadamente a nível da conciliação trabalho-família.

³² Apoiada pela Comissão Nacional de Coordenação do Fundo Social Europeu.

³³ Da responsabilidade do Gabinete da Alta Comissária para a Igualdade e Família.

³⁴ No quadro da CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

³⁵ No âmbito das actividades da CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

As estruturas voluntárias existentes em Portugal que actuam na área dos serviços familiares, muito ligadas ao 3º sector, nomeadamente as instituições de solidariedade social, em grande parte subsidiadas pelo Estado, combinam um corpo directivo em geral constituído por pessoas voluntárias, com um corpo de assalariados, prestadores directos de cuidados aos utentes. Deste modo a relação entre organizações comunitárias e voluntárias com o trabalho profissional nos serviços domésticos tem pouca relevância em Portugal. Primeiro porque Portugal é um país onde ainda hoje se assiste à forte presença das solidariedades familiares e não tanto a actividades comunitárias voluntárias organizadas para prestar gratuitamente este tipo de apoios. Em segundo lugar, porque os escassos recursos económicos de grande parte da população portuguesa³⁶, (Almeida, 1994; Capucha, 1998; Capucha e Guerreiro, 1998) obriga a um dispêndio grande de tempo em trabalho profissional por parte de homens e de mulheres, o que não deixa disponibilidade para acções de voluntariado. Em terceiro lugar, a presença da empregada doméstica foi sempre usual em agregados familiares de estratos sociais mais favorecidos, embora a partir de finais dos anos 60 a modalidade de prestação deste serviço tenha evoluído da situação da empregada a tempo inteiro, muitas vezes interna ao agregado doméstico, para a situação, hoje mais comum, da “mulher a dias” a tempo parcial, que trabalha para várias famílias e cuja prestação, em tempo variável, se situa 4h e 24h semanais, consoante as disponibilidades das famílias.

Importa, por fim, referir a preocupação das entidades governativas com a importância do voluntariado e da solidariedade, e a aposta no Mercado Social de Emprego para integrar esforços vários da sociedade civil no combate à exclusão social, constituindo o emprego em serviços familiares e de proximidade uma das principais vias de integração no mercado de trabalho.

³⁶ Em vários estudos está calculado que perto de um terço da população portuguesa vive no limiar da pobreza.

3. Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos

Nos capítulos anteriores viu-se que os serviços prestados às famílias para apoio a crianças e a idosos externamente ao grupo familiar são maioritariamente assegurados por instituições de solidariedade social e os trabalhos domésticos de limpeza por trabalhadores isolados e por empresas com fins lucrativos. Viu-se também ser este um domínio essencialmente de emprego feminino, o qual ocupa praticamente um terço do conjunto da população activa feminina portuguesa. Neste capítulo pretende-se dar conta da informação recolhida no terreno, com o objectivo de conhecer mais de perto as condições de trabalho nestes serviços familiares.

A partir dos contactos e visitas a entidades prestadoras destas actividades procedeu-se a um conjunto de entrevistas semi-directivas a trabalhadores, nas quais se abordaram questões relativas às funções desempenhadas e ao modo como articulam emprego, vida familiar e participação social.

No conjunto foram realizadas 36 entrevistas em 12 instituições empregadoras com diferente natureza jurídica (quadro 3.1). Entrevistaram-se cinco educadoras de infância e vários/as profissionais que prestam serviços familiares: vigilantes de crianças; ajudantes familiares; engomadeiras; empregadas domésticas. Entre as pessoas entrevistadas contam-se dois homens, dos poucos elementos do sexo masculino a trabalhar nas instituições contactadas. Algumas das entrevistas foram realizadas em instituições de boas práticas ou inovadoras consideradas no capítulo 2.

É importante referir que, face aos baixos recursos escolares dos entrevistados, mas também devido a um certo constrangimento mais ou menos generalizado relativamente ao tema das entrevistas, algumas perguntas que implicavam expor pontos de vista e opiniões, ou referir certas factuais, receberam respostas vagas, nem sempre elucidativas, ou mesmo recusas de resposta, dificultando a compreensão aprofundada de vários tópicos em análise.

3.1. Caracterização social dos(as) trabalhadores(as)

As idades das pessoas entrevistadas oscilam entre 25 e 58 anos de idade, embora na sua maioria se situem entre os 30 e os 50. O grupo com uma média etária mais baixa é o das trabalhadoras de limpeza doméstica, seguindo-se-lhe as trabalhadoras dos cuidados a crianças e por fim as dos cuidados a idosos. É apenas neste grupo que encontramos mulheres com idades acima dos 50 anos, e aqui em proporção assinalável: metade delas têm idades na faixa etária dos 50-60 anos. A média de idades destas trabalhadoras é de 48 anos, a dos cuidados a crianças é de 36 e a das trabalhadoras de limpezas domésticas de 33 anos (quadros 3.2, 3.5 e 3.8).

As escolaridades são baixas, se exceptuarmos as das educadoras de infância, todas elas com cursos médios ou superiores, ainda que nem sempre na área disciplinar correspondente à profissão, como é o caso de uma das proprietárias de um dos estabelecimentos contactados. Entre as pessoas mais novas há quem tenha 12 anos de escolaridade, embora outras tenham apenas o 6º ano e, no caso das mais velhas, somente a antiga escolaridade obrigatória (4ª classe) que era de 4 anos. Em geral, as escolaridades mais elevadas são as do grupo que presta cuidados a crianças. Nos outros grupos a escolaridade varia em função da idade, mas são mais frequentes nas trabalhadoras de limpeza situações de escolaridade obrigatória incompleta.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados são casados. Nos grupos dos cuidados a crianças e de serviços de limpeza há uma grande maioria de agregados familiares com crianças menores de 12 anos. O grupo dos trabalhadores da prestação de cuidados a idosos é aquele onde se regista maior número de filhos, mas onde há menor presença de filhos a viver com os pais, naturalmente devido à idade mais avançada destes trabalhadores. De uma forma geral, a composição dos agregados familiares em que a globalidade dos entrevistados se insere não é muito numerosa, ainda que seja diversificada. A maior parte corresponde a famílias simples de casais com 1, 2 ou 3 filhos, a famílias simples de casais com filhos a viver com outros parentes (idosos), de casais sem filhos (trabalhadores de serviços a idosos), de casais sem filhos com outros parentes (sobrinhos) bem como a agregados de famílias monoparentais (por viuvez e divórcio) e de pessoas sós – (mulher divorciada) – ambas as situações de carácter pontual. Nalguns casos verificam-se composições familiares complexas, constituídas por dois núcleos e abrangendo 3 gerações – casal, filhos e ascendentes, que tanto podem ser os pais como os sogros das pessoas entrevistadas. (quadros 3.3, 3.7 e 3.9).

De um modo geral os cônjuges dos trabalhadores não exercem actividade profissional em áreas afins, distribuindo-se por grupos sócio-profissionais a que correspondem diferentes posições sociais. O único grupo de profissionais em que há alguns cônjuges profissionais científicos e técnicos é o das educadoras de infância. Nos entrevistados dos outros serviços predominam as profissões de operário e de empregado de serviços de baixa qualificação.

3.2. Experiências e percursos profissionais anteriores

Grande parte dos trabalhadores entrevistados fizeram referência a anteriores percursos profissionais. Principalmente os trabalhadores da prestação de apoio a idosos e as trabalhadoras da limpeza doméstica revelam elevados níveis de rotatividade relativamente aos seus empregos. Os trabalhadores nos serviços a crianças são quem menos mobilidade profissional regista, provavelmente porque havendo aqui um número significativo de profissionais diplomadas, o diploma ter-lhes-á proporcionado há alguns anos atrás, numa época em que o emprego para toda a vida mais facilmente era conseguido, a estabilidade profissional de que actualmente usufruem.

No que respeita a experiências profissionais anteriores, nos trabalhadores indiferenciados não se encontra grande variedade nas inserções profissionais precedentes da actual: salientam-se outras experiências profissionais relacionadas com a prestação de cuidados a crianças ou a idosos, o emprego em restaurantes, e a profissão de costureira para algumas destas mulheres. As trabalhadoras das limpezas referem principalmente ter trabalhado nestas áreas, quer em casa de famílias como empregadas domésticas, quer desenvolvendo tarefas similares noutras locais de trabalho, nomeadamente limpezas em pensões e hotéis. Os trabalhadores do sexo masculino foram anteriormente guardas nocturnos e operários fabris.

3.3. Condições de trabalho

Nos pontos seguintes dá-se conta dos principais aspectos que caracterizam as condições de trabalho nestes vários serviços.

3.3.1. Situação contratual e tempos de trabalho

A situação na profissão é para quase todos os profissionais entrevistados nos serviços de apoio a crianças e a idosos, de trabalhadores por conta de outrem, com contratos efectivos de

trabalho. Porém, nos trabalhos de limpeza doméstica metade dos contratos de trabalho é a prazo e também há quem preste esses serviços como trabalhadora isolada, com pagamento à hora. Nos grupos de profissionais dos cuidados às crianças e dos trabalhos de limpeza há entrevistadas são as empresárias dos estabelecimentos estudados (quadro 3.4, 3.6 e 3.10).

Do ponto de vista dos horários de trabalho, os dos trabalhadores em instituições de apoio às crianças são os que têm horários mais reduzidos e menos flexíveis. Os infantários tendem a fechar por volta das 18 horas, principalmente os públicos. Algumas das educadoras têm horários de 35 horas semanais, sendo estes variáveis consoante o estatuto jurídico da instituição prestadora do serviço. Mas houve da parte delas vários comentários sobre o facto de estarem muitas horas na instituição e não terem tempo de preparar as actividades com as crianças para o dia seguinte.

O trabalho de apoio aos idosos é a actividade que tem horários mais penosos para quem a desempenha, na medida em que envolve turnos para acompanhamento permanente dos idosos internados em lares. Das pessoas entrevistadas nesta área, algumas trabalham por turnos, nomeadamente aos fins de semana. Os restantes trabalham 40 horas semanais com horários que variam entre as 8h-16h ou as 9h-17h, com uma hora ou hora e meia para almoço. As trabalhadoras de serviços públicos, como as de um lar em Odivelas, trabalham 35 horas por semana.

No que respeita às trabalhadoras de limpezas, a maioria dos postos de trabalho correspondem a horários que ultrapassam as 8 horas diárias. As empregadas de engomadoria/lavandaria tendem a trabalhar cerca de 9 horas diárias. Frequentemente fazem horas extraordinárias para complementarem o montante dos salários, e também muitas delas compatibilizam um trabalho formal com a prestação informal de serviços a clientes directos. Na realidade, para muitas das trabalhadoras deste tipo de serviços os rendimentos auferidos não provêm de apenas uma entidade empregadora.

3.3.2. Remunerações

Em nenhum destes serviços se encontrou grande abertura nos(as) trabalhadores (as) para indicarem qual o montante dos salários auferidos. Na sua maioria recusaram-se mesmo a prestar este tipo de informação.

Principalmente no que respeita aos serviços às crianças e aos idosos, é difícil avaliar quais os valores salariais em causa, dada a pluralidade de instrumentos de contratação colectiva existentes em Portugal aplicáveis a estas profissões. Instituições públicas, instituições de solidariedade social e instituições privadas com fins lucrativos regem-se por diferentes instrumentos de regulamentação de trabalho (quadro 2.48). A antiguidade parece constituir igualmente um factor decisivo para tais diferenças remuneratórias.

Refira-se, por exemplo que para a profissão de educador de infância se encontraram salários entre cerca de Esc. 100.000³⁷ e mais Esc. 500.000³⁸, valores estes decorrentes dos diferentes

³⁷ CCT entre a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e a FESHOT – Federação dos sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros – tabela salarial em vigor entre 1 de Maio de 1998 e 30 de Abril de 1999.

³⁸ CCT entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a Federação Nacional dos Professores e outros – tabela salarial em vigor entre 1 de Outubro de 1998 e 30 de Setembro de 1999. Neste contrato encontra-se uma grande diversidade de níveis correspondendo ao nível mais baixo o salário de Esc. 100 mil.

tipos de formação com que se pode exercer esta actividade profissional e também da antiguidade. No caso das auxiliares educativas, os salários mencionados nos contratos colectivos de trabalho parecem oscilar entre Esc. 90.000³⁹ e Esc. 110.000⁴⁰ embora no CCT da hospitalização privada, atrás referido sejam apenas mencionadas as profissões “vigilante com funções pedagógicas” com um salário na ordem dos Esc. 85.000⁴¹, “vigilante (mais de 2 anos) auferindo pouco mais de Esc. 70.000 e “vigilante (menos de 2 anos)” cujo salário é um pouco menos. No anterior contrato⁴², os vigilantes podem auferir remunerações entre Esc. 80.000 e Esc. 95.000, aproximadamente. Nas instituições de apoio a idosos também se encontram oscilações nos salários das ajudantes, que podem ir dos Esc.70.000 a Esc. 150.000. A antiguidade parece constituir factor decisivo para muitas destas diferenças remuneratórias. Nos serviços de limpeza as remunerações parecem ser mais baixas, rondando o ordenado mínimo ou um pouco mais. A proprietária de uma empresa de limpeza na localidade A e uma engomadeira do local B declaram ter um rendimento mensal de Esc. 100.000. Nessa mesma engomadoria uma empregada de limpeza, recebe Esc. 800 por cada hora de trabalho. Cumpre quatro horas duas vezes por semana, o que totaliza Esc. 25.600 por mês.

3.3.3. Formação profissional

A frequência de acções de formação parece ser usual sobretudo entre as trabalhadoras das actividades ligadas ao cuidado das crianças. Das auxiliares educativas entrevistadas, apenas uma refere apenas a experiência quotidiana ao longo dos anos, lidando directamente com as crianças. As restantes frequentam ou já frequentaram cursos e acções de formação específicos para auxiliares educativas, quer promovidos pelas próprias instituições, quer fora delas. Estas instituições acolhem por vezes cursos de formação ao abrigo de certos programas, como por exemplo o Programa Pessoa ou o Programa Integrar. Da parte das educadoras de infância há essencialmente a ida a seminários ou colóquios sobre temas afins à sua actividade profissional.

Nos serviços a idosos e de limpeza parecem ser mais raras as acções de formação profissional. A maior parte das trabalhadoras entrevistadas são unânimes em considerar como de primordial importância o "saber-fazer" adquirido com a experiência diária no posto de trabalho ou pela experiência da própria vida pessoal. Algumas das pessoas que trabalham em serviços a idosos referem acções de formação pontuais nomeadamente no que respeita à área da saúde. Mas aparentemente quase nunca esta formação lhes confere certificação de saberes. Por essa razão consideram estas profissões muito desvalorizadas e conseqüentemente mal remuneradas.

3.3.4. Satisfação e motivação para o exercício da actividade profissional

São inevitavelmente as trabalhadoras com salários mais baixos aquelas que maior insatisfação manifestam no exercício da respectiva profissão. Em todos os grupos estudados se encontra descontentamento a este respeito. Mas há um grupo de trabalhadoras, dos cuidados a crianças, em que a motivação e o gosto pela actividade profissional que exercem parece ser um traço característico da maioria. Isto tanto a nível do pessoal técnico como das auxiliares e dos restantes trabalhadores. Algumas auxiliares manifestam mesmo a intenção de vir a frequentar cursos de educadoras de infância.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ CCT entre a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e a FESHOT – Federação dos sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, op. cit..

⁴² CCT entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a Federação Nacional dos Professores e outros, op. cit..

Um outro forte motivo de insatisfação, desta vez essencialmente nas trabalhadoras que cuidam de idosos, é a natureza do próprio trabalho. Queixam-se que têm de mudar fraldas, bem como do esforço físico que esta profissão exige:

Imagine o que é pegar num idoso imobilizado e ter que tratá-lo como uma criança que não obedece, porque não o pode fazer.
(ajudante de lar em Vila Franca de Xira)

É complicado pegar nos alguidares muito pesados e transportá-los.
(ajudante de lar em Vila Franca de Xira)

Os horários praticados em instituições de cuidados a idosos são igualmente um factor de desagrado. Os turnos – principalmente os da noite – e o trabalho ao fim de semana, são razões fortes para preterir uma oferta de emprego nesta actividade. O director do Centro de Emprego de Loures afirma que são muitos os casos de mulheres que aceitam trabalhar como auxiliares em lares, mas ao fim de algum tempo acabam por desistir alegando não só o cansaço físico mas também os horários exigidos e a dificuldade de acesso em transporte público, durante a noite ou de madrugada, aos locais de trabalho.

As trabalhadoras de limpeza doméstica também se mostram insatisfeitas com a generalidade das suas condições de trabalho. O ambiente físico pouco saudável, associado ao cansaço físico e psicológico, gera também algum descontentamento. Além disso, a absorção do tempo destinado à família – estas mulheres trabalham grande número de horas, muitas delas acumulando empregos –, as tarefas rotineiras que implicam e a ausência de contacto com outras pessoas, são razões que justificam a insatisfação referida pelas prestadoras destes serviços. A procura do emprego e a manutenção do posto de trabalho nesta área justificam-no fundamentalmente porque têm filhos ou outras pessoas dependentes a cargo das respectivas famílias e o seu salário, ainda que pequeno, representa uma parcela importante no rendimento do agregado familiar.

Perante a ausência de carreira e os baixos recursos escolares, o motivo que mais as mobiliza para aceitarem um emprego são, além das necessidades económicas, a vontade e a necessidade de terem um contrato efectivo de trabalho propiciador de estabilidade e segurança, e que lhes dê direito às prestações previstas pela segurança social. Estas são situações mais comuns nas empregadas de engomadoria e de lavandaria.

A precaridade do emprego é também responsável pela ausência de perspectivas de carreira de muitas destas empregadas, nomeadamente das trabalhadoras em serviços de apoio a idosos, de um modo geral devido à sua idade avançada. Muitas das empregadas de limpeza, por seu lado, até porque são mais jovens, encaram o actual emprego como provisório e aspiram a ter ocupações profissionais menos monótonas e com melhores condições. Entre as que pretendem continuar na mesma profissão, algumas esperam progredir no respectivo percurso profissional enquanto outras se limitam a procurar manter o posto de trabalho. Na primeira situação está a filha de uma proprietária de engomadoria, que ambiciona ficar com o negócio da mãe e expandi-lo, a proprietária de uma empresa de limpezas e a respectiva irmã, igualmente empregada de limpeza, a qual ambiciona fazer carreira nesta profissão passando a supervisora de zona.

3.4. Conciliação entre vida profissional e vida familiar e igualdade de oportunidades

Da análise das entrevistas ressaltam as dificuldades e estratégias de articulação entre trabalho e vida familiar das trabalhadoras, bem como a sua perspectiva sobre igualdade entre mulheres e homens nestas actividades.

3.4.1. Trabalhadores(as) dos serviços a crianças

No que se reporta às auxiliares e educadoras de infância, verifica-se que na sua vida familiar a organização e gestão dos trabalhos domésticos está essencialmente a cargo das trabalhadoras entrevistadas. Mesmo que algumas estratégias com vista à conciliação entre vida profissional e vida familiar possam ser algo diferentes de uns para outros casos, a sua organização é, em geral, assegurada pelas mulheres nos respectivos grupos domésticos. Relativamente ao único homem considerado, a sua declaração acerca das questões relativas à partilha das tarefas domésticas, em que refere ter a responsabilidade de ir buscar o filho à escola, ilustra bem o modo como os homens tendem a participar na vida familiar, corroborando o resultado de outros estudos feitos em Portugal, que mostram ser uma das principais formas de participação dos homens nas responsabilidades familiares o transporte dos filhos (Guerreiro e Ávila, 1998).

A maior parte destas trabalhadoras declara que “faz tudo sozinha”, recorrendo ao apoio da própria mãe para realização de alguns dos trabalhos domésticos e, num dos casos, mesmo para o cuidado dos filhos. No caso das educadoras de infância, o recurso ao apoio de empregadas domésticas (mulheres a dias) é também uma estratégia adoptada. São discursos usuais, encontrados também noutros estudos sobre a sociedade portuguesa, reveladores de que em muitas situações se verifica prevalecer o *trabalho doméstico familiar* realizado na maioria das vezes pelas mulheres com a ajuda de outros membros – normalmente femininos – da família, acompanhado da realização de certas *tarefas domésticas com apoio profissional* (Guerreiro, 1996: 159-170). Muitas das educadoras alegam que os maridos ainda trabalham mais do que elas, razão porque não partilham as tarefas familiares.

As profissionais com salários superiores e que também parecem ter um mais elevado rendimento global no agregado familiar – três educadoras de infância cujos maridos têm profissões qualificadas – podem mesmo fazer recurso do *trabalho doméstico profissionalizado* (Guerreiro, 1996; Kaufmann, 1993: 88-103; Pitrou, 1978: 125-138) enquanto estratégia de conciliação das respectivas actividades profissionais com a vida familiar, o que envolve a contratação de uma empregada, por vezes a tempo completo para assegurar a realização dos serviços.

Sendo estas as principais estratégias utilizadas e que levam grande parte das entrevistadas a declararem não ter grandes dificuldades em compatibilizar a sua actividade profissional com a vida familiar, há no entanto, embora apenas em três casos, susceptíveis de serem inseridos nas classes médias baixas, algumas empregadas que se referem à colaboração dos cônjuges, subentendendo-se contudo alguma liderança feminina na gestão doméstica.

Uma síntese das razões apontadas pelos entrevistados da área dos cuidados a crianças para a dificuldade ou facilidade que têm em conciliar trabalho e vida familiar pode ver-se no quadro 3A:

Quadro 3A: *Factores que dificultam e facilitam a conciliação do trabalho e da vida familiar*

Dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar	Facilidades em conciliar trabalho e vida familiar
Horários extensos	Apoio da mãe ou de outros familiares
Pouca colaboração do cônjuge	Colaboração do marido
	Empregada doméstica

Quadro 3B: *Formas ideais de conciliação do trabalho e da vida familiar*

Formas ideais de conciliação entre trabalho e vida familiar	
Ficar em casa (transportes) ao emprego	Melhores acessos
Ter uma mulher a dias	Trabalhar perto de casa
Emprego perto de casa	Trabalhar menos horas
Horários flexíveis	

As formas que consideram ideais para a conciliação entre estas duas esferas da vida social, por seu turno, estão referidas no quadro 3B. Para este conjunto de entrevistadas, quer se trate de trabalhadoras de instituições sediadas numa ou noutra das localidades estudadas, uma das modalidades ideais de conciliação trabalho-família a que mais aspiram tem a ver com a melhoria dos acessos aos locais de trabalho, seja em termos de distância seja em termos de transportes e respectivos horários. Além disso, consideram os horários de trabalho flexíveis uma outra medida ideal. Apesar de, nalguns casos, terem horários rotativos, tanto educadoras como auxiliares manifestam o desejo de poder dispor mais flexivelmente do seu tempo de trabalho, gerindo-o consoante as algumas das necessidades familiares e pessoais.

É de sublinhar neste grupo a ausência de referências a qualquer modalidade de guarda e cuidado de crianças como forma ideal de conciliação trabalho-família. Uma das razões deverá certamente prender-se com o facto de algumas delas poderem ficar com os filhos, até aos cinco anos, nos infantários onde trabalham. Duas educadoras de um infantário privado em Cascais afirmaram ter os filhos com elas e uma responsável por uma instituição pública em Oeiras confirmou dar essa oportunidade às educadoras.

3.4.1.1. Igualdade entre homens e mulheres no emprego em prestação de cuidados a crianças
As representações que as auxiliares de educação têm da contratação de homens para prestação de cuidados a crianças é a de que existe uma tendência natural para as mulheres mais do que os homens, exercerem actividades profissionais relacionadas com crianças. Aliás, esta naturalização dos papéis masculinos e femininos tem surgido noutras pesquisas em que se entrevistam mulheres e homens portugueses a propósito de temas afins (Lewis, 1999). Entendem, assim, haver determinismos de ordem biológica que justificam a ausência de homens nestas profissões:

as mulheres estão mais vocacionadas para tratarem das crianças porque têm mais sensibilidade e instinto maternal
(auxiliar educativa num infantário em V. F. de Xira)

São os mesmos determinismos biológicos que, apesar da relutância manifestada, leva algumas delas a declararem aceitar homens nesta actividade e a considerarem a eventualidade da sua presença importante, sobretudo por questões de segurança e de manutenção da disciplina, face "à rebeldia de algumas crianças".

As educadoras de infância, por sua vez, reconhecem haver muito fraca participação masculina nesta actividade e dizem que gostariam de ver maior adesão de homens a esta profissão, admitindo que tanto o sexo masculino como o feminino a podem exercer.

Ambos os sexos têm a mesma capacidade e potencialidade para serem bons profissionais, como em qualquer outro sector.

(educadora de infância num infantário em Cascais)

Os motivos que as educadoras mais frequentemente apontam para a feminização da sua profissão relacionam-se com tradições culturais enraizadas, com o facto de os homens não quererem, de um modo geral, ganhar salários tão baixos e, ainda, segundo algumas educadoras, devido aos estilos de gestão utilizado pelas mulheres em lugares de chefia, com os quais muitos homens não se identificam. Entre as educadoras há quem considere mesmo existir discriminação no recrutamento de homens para esta profissão. Elas educadoras reconhecem igualmente a importância da presença dos homens nestas instituições prestadoras de cuidados a crianças mas por motivos distintos dos das auxiliares de educação, relacionados com os benefícios pedagógicos que o seu contacto com as crianças pode gerar.

Na opinião do único homem entrevistado em Loures a ausência de homens nestas profissões prestadoras de cuidados a crianças justifica-se por haver "um forte complexo". Apesar de, como se verificou anteriormente, não se sentir muito satisfeito com as condições do trabalho que exerce, descreveu com alguma satisfação a oportunidade que tem em lidar com as crianças e com os pais delas, dizendo ser interessante poder acompanhá-las e assistir ao seu desenvolvimento.

3.4.2. Trabalhadores(as) dos cuidados a idosos

A maior parte das trabalhadoras destes serviços entrevistadas afirma não ter dificuldades em conciliar a sua actividade profissional com a vida familiar. Uma das razões que o poderá explicar é o facto de muitas já não terem filhos dependentes, ou seja, os filhos adultos já saíram do agregado doméstico, pois trata-se de mulheres de uma faixa etária relativamente elevada. Elas constituem, desta forma, núcleos familiares reduzidos, em muitos casos só com dois elementos: a trabalhadora e o cônjuge.

Será também o facto de não terem já muitos afazeres familiares e uma situação profissional relativamente estável, com contratos efectivos de trabalho, a razão porque só neste grupo de entrevistados se encontram 4 mulheres que dizem prestar apoio voluntário à comunidade. Duas delas desenvolvem actividades de voluntariado ligadas à Igreja: fornecem apoio em géneros (roupa e alimentação) e ensinam catequese. Uma outra trabalhadora referiu prestar voluntariado na instituição onde trabalha, dando apoio domiciliário. Uma outra entrevistada, empregada numa instituição de Loures, presta voluntariado visitando os idosos de um lar em Caneças, mas apenas quando tem disponibilidade.

Nos casos em que o agregado doméstico é apenas composto pelo casal, referem a "ajuda do marido" nas compras, na preparação de refeições e na passagem a ferro da roupa, como forma efectiva de conciliação da sua actividade profissional com a vida familiar e comunitária.

Para as trabalhadoras que têm filhos em idade escolar ou pré-escolar, a conciliação trabalho-família é garantida recorrendo a solidariedades familiares. São sobretudo as mães das trabalhadoras em causa que auxiliam nas tarefas domésticas e vão buscar os netos aos

infantários ou às amas. Num dos casos, em que a filha de três anos se encontra numa ama informal, – ou seja, sem ter uma certificação da Segurança Social – a trabalhadora aponta como estratégia ideal de conciliação trabalho-família poder ter a filha no infantário da instituição onde trabalha. Segundo referiu, esta instituição tem apenas capacidade para 10 crianças e uma longa lista de espera, razão porque não conseguiu obter vaga.

Os horários por turnos, principalmente os turnos da noite, dificultam muito a vida em família, segundo a opinião generalizada das trabalhadoras entrevistadas. São, por isso, uma das causas de dificuldade na conciliação entre vida familiar e vida profissional (quadro 3C).

Quadro 3C: *Factores que dificultam e facilitam a conciliação do trabalho e da vida familiar*

Dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar	Facilidades em conciliar trabalho e vida familiar
Dificuldades nos acessos ao local de trabalho	Ajuda do marido
Trabalho cansativo e difícil	
Falta de colaboração do cônjuge	

Assim, para estas trabalhadoras dos serviços de cuidados a idosos, entre as formas ideais de conciliação trabalho-família destacam outro tipo de horários, mais compatíveis com os horários de trabalho dos cônjuges, bem como outras, constantes do quadro 3D.

Quadro 3D: *Formas ideais de conciliação do trabalho e da vida familiar*

Formas ideais de conciliação entre trabalho e vida familiar	
A ajuda do marido	Ter um horário compatível
Ter uma empregada doméstica	Ter filho no infantário da instituição onde trabalha

3.4.2.1. Igualdade entre homens e mulheres no emprego em serviços a idosos

As entrevistadas consideram a sua profissão uma actividade fundamentalmente de mulheres, justificando assim a forte feminização desta actividade de prestação de cuidados a idosos. Mais uma vez os pressupostos biologistas diferenciadores de mulheres e homens são avançados como explicação para o facto de o apoio a idosos ser um serviço prestado sobretudo pelo sexo feminino:

Os homens não servem para este tipo de trabalhos, as mulheres são mais meigas e solidárias
(ajudantes de lar numa instituição em V.F. de Xira)

as mulheres costumam ser mais pacientes para lidar com idosos, porque é como tratar de crianças, mas muito mais complicado
(ajudantes de lar numa instituição em V.F. de Xira)

Outras, encontram justificações para a feminização destes serviços no facto de se tratar de uma actividade muito semelhante aos trabalhos domésticos

(é) socialmente reconhecido como sendo um trabalho que cabe às mulheres. É uma questão cultural, as mulheres tendem a desempenhar funções que tenham directamente a ver com as tarefas domésticas. Além disso, os homens portugueses têm vergonha de fazer trabalhos domésticos.
(empregada de lavandaria num lar em Oeiras)

O único homem entrevistado numa instituição de cuidados a idosos – o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), em Oeiras – mas com funções de segurança, considera que as profissões são naturalmente divididas segundo o género por existirem trabalhos que são considerados mais femininos ou mais masculinos do que outros.

Não há mulheres a fazer trabalhos de homem ou vice-versa, cada um tem que fazer aquilo para que tem mais jeito.

(empregado em serviços de segurança em Oeiras)

O entrevistado revela também que não gostaria de ser chefiado por uma mulher, porque "normalmente são mais exigentes".

No conjunto, e apesar de considerarem caber as suas actividades a uma profissão tipicamente feminina por reconhecerem mais qualidades às mulheres para a desempenharem, as trabalhadoras destes serviços não se mostraram avessas à possibilidade de existência de homens como colegas de trabalho naquelas instituições. Confirmando a ideia das diferenças entre os sexos masculino e o feminino no que respeita aos papéis que lhes cabem, uma delas afirma:

deviam trabalhar mais homens em instituições como esta, não só para tarefas que exigem um maior esforço físico, como por questões de segurança.

(ajudante de lar numa instituição em V.F. de Xira)

3.4.3. Trabalhadoras na área dos serviços de limpeza doméstica

As formas efectivas de conciliação trabalho-família a que estas trabalhadoras recorrem assentam sobretudo em solidariedades familiares – ajudas por parte de mães e sogras – ou seja, soluções menos onerosas face aos fracos rendimentos auferidos. Num dos casos, o de uma mãe solteira com um filho de três anos, as necessidades económicas obrigam-na a ter mais do que um emprego, o que implica trabalhar aos fins-de-semana. A solução a que recorre para a guarda da filha é a avó do namorado. Num outro caso, as dificuldades económicas, associadas às dificuldades de acesso ao emprego em termos de horários e transportes, foram razões imperiosas para que a filha da trabalhadora fosse viver com a avó. Um outro exemplo do recurso a solidariedades primárias é o de uma empresária do sector da limpeza ao referir a mãe como o seu único apoio para lhe tratar da roupa e das refeições diárias, bem como para ir buscar a neta à escola quando ela ou o marido o não podem fazer.

No total destas entrevistadas, apenas uma – a empregada de uma engomadoria em Oeiras cuja patroa é a própria mãe – mencionou o infantário como solução adoptada para a guarda dos filhos. Ficam até às 17 horas nesse estabelecimento e depois leva-os com ela para o emprego. Esta é uma das três trabalhadoras que afirmaram não ter dificuldades na conciliação entre trabalho e vida familiar. As razões que justificam a "facilidade em conciliar" são o facto de trabalhar muito perto de casa, poder ir almoçar a casa com os filhos, ter a oportunidade de passar a própria roupa na engomadoria quando tem pouco trabalho, e ter "um marido que, aos fins-de-semana, auxilia na limpeza da casa". Uma outra trabalhadora justifica a ausência de dificuldades por ter uma entidade patronal atenta às necessidades pessoais, e por poder contar com a ajuda da sogra.

As dificuldades apontadas com vista à conciliação estão também relacionadas com a necessidade de prestar cuidados a outros familiares dependentes. Num dos casos, a

trabalhadora tem o sogro acamado em casa e é ela e o marido que lhe prestam os cuidados necessários. Noutro, a existência de um neto a viver em casa obriga a trabalhadora a partilhar a responsabilidade de guarda da criança com a filha.

O quadro 3E sintetiza estes aspectos:

Quadro 3E: *Factores que dificultam e facilitam a conciliação do trabalho e da vida familiar*

Dificuldades em conciliar trabalho e vida familiar	Facilidades em conciliar trabalho e vida familiar
Mãe solteira com duplo emprego	Tem uma mulher a dias
Horário de trabalho extenso	Horário flexível conforme necessidades pessoais
Actividade fisicamente extenuante	Ajuda do marido
Cuidados exigidos com sogro acamado	Mora perto do local de trabalho
	Pode engomar a sua roupa no local de trabalho
	Emprego a tempo parcial
	Ajuda da mãe

A participação de outros membros da família nos cuidados domésticos, excluindo o recurso às mães e sogras, é escassa. Segundo as entrevistadas, os cônjuges participam pouco nas tarefas domésticas, deixando a gestão da casa e o cuidado dos filhos a cargo das mulheres.

Quase todas as entrevistadas dos serviços domésticos, incluindo empregadas de limpeza e empregadas de engomadoria e lavandaria, consideram como formas ideais de conciliação, medidas bastante diversificadas ainda que na sua maior parte esta diversidade de soluções esteja relacionada não só com as modalidades de prestação do trabalho como com outro tipo de factores. Nas primeiras ressaltam os tempos de trabalho mas também o local onde o trabalho é prestado (há quem gostasse de trabalhar mais perto ou em casa) e a estabilidade no emprego. Nas restantes referem-se questões como prolongamento das licenças de maternidade, os apoios domésticos – dos maridos ou de profissionais domésticas remuneradas – e, ainda a existência de estabelecimentos de guarda de crianças a preços acessíveis.

Assim, na opinião destas trabalhadoras, as formas ideais de conciliação trabalho/vida familiar são as seguintes:

Quadro 3F: *Formas ideais de conciliação do trabalho e da vida familiar*

Formas ideais de conciliação entre trabalho e vida familiar	
Trabalhar menos horas	Deixar de trabalhar
Trabalhar em part-time	Ter infantários com preços acessíveis
Trabalhar só de dia	Aumento das licenças de parto
Trabalhar em casa	Ter uma mulher a dias
Trabalhar perto de casa	Ajuda do marido
Ter um emprego estável	

As formas ideais de conciliação trabalho-família reflectem, de alguma forma, as necessidades das pessoas, as suas expectativas, os seus modos de vida. Curiosamente é neste grupo onde os maridos menos ainda participam na realização das tarefas domésticas que menos aparece mencionada como ideal essa modalidade de conciliar o trabalho e a vida familiar.

3.4.3.1. Igualdade entre homens e mulheres no emprego em serviços de limpeza doméstica

Ao praticamente omitirem a participação dos cônjuges nas formas ideais de conciliação entre família e vida profissional, estas mulheres revelam também a representação que têm acerca da presença de homens a exercerem a actividade profissional que elas exercem. Na verdade para a maioria das entrevistadas dos serviços de limpezas, um homem a trabalhar em serviços domésticos é "estranho". São muito comuns expressões como:

os homens não têm jeito para essas coisas; não consigo imaginar um homem nesta profissão; os homens não sabem fazer nada deste trabalho; as mulheres têm muito mais jeito para estas coisas.

(empregadas de limpezas e de engomadorias/lavandarias)

Uma empresária na área dos serviços de limpeza, considera que é improvável encontrar homens a trabalhar nesta profissão e aponta como justificação sobretudo "razões culturais". Considera, no entanto, que não teria qualquer problema em admitir elementos do sexo masculino, até porque:

para alguns trabalhos onde é preciso recorrer a escadas móveis, muitas trabalhadoras têm medo de subir, o que provavelmente não aconteceria com um homem.

(empresária no sector dos serviços de limpeza em Cascais)

Adianta ainda que a escassez de homens nesta profissão poderá também relacionar-se com o facto de os salários serem muito baixos: "eles preferem ganhar mais nas obras", explica. Acrescenta ainda que, nos poucos casos em que se verifica existirem homens nos serviços de limpezas, eles passam muito mais rapidamente a coordenadores do que qualquer mulher.

Muitas trabalhadoras definem a profissão em limpezas como trabalho pouco valorizado e para mulheres com poucas habilitações escolares e vêem nesse facto justificação para a ausência de homens na profissão. Por outro lado alegam que eles têm mais oportunidades para trabalharem noutras actividades como a construção civil ou em horários tardios, designadamente em cafés, o que as mulheres não fazem por terem de tratar dos filhos.

O emprego em serviços familiares constitui forma de ocupação profissional de uma componente importante da população activa feminina. Para muitas mulheres entrevistadas, independentemente da idade que tenham, constitui o emprego possível face às fracas habilitações escolares alcançadas. Isto sobretudo no que diz respeito aos serviços de limpeza de casas e roupas. No conjunto das entrevistadas nas duas localidades, nestas actividades, encontram-se mulheres em idades jovens com escolaridade obrigatória incompleta. É aliás, neste tipo de serviços que se encontra uma média de idades mais baixa (33 anos). As mulheres mais velhas são as que prestam apoio a idosos. A sua média de idades é de 48 anos. Muitas delas ainda possuem a antiga escolaridade obrigatória de 4 anos, situação aliás que é a mais frequente neste grupo. As trabalhadoras no apoio a crianças têm idades mais diversificadas: oscilam entre os 25 e os 47 anos de idade, com uma média etária de 36 anos. Quase todas elas possuem escolaridade acima da escolaridade obrigatória em muitos casos uma licenciatura – educadoras de infância.

Praticamente todas elas viveram anteriores experiências profissionais, por vezes em serviços similares. Para a maioria delas não há grandes perspectivas de carreira. Mas isto pode não querer dizer permanência no posto de trabalho que actualmente ocupam. Ambicionando um

emprego estável, não deixam contudo de ambicionar igualmente melhor remuneração, o que pode constituir pretexto para optarem por outro emprego. Principalmente nos serviços de limpeza é esta a perspectiva das entrevistadas.

Já o mesmo não se passa com as trabalhadoras mais velhas dos cuidados a idosos. Dada a idade avançada têm dificuldade acrescida em encontrar um novo emprego. Muitas delas já viveram outras experiências profissionais em trabalhos afins, nalguns casos como empregadas domésticas isoladas. Num caso ou noutro vêm de outro tipo de actividades, como o comércio. Outras ainda podem ter passado por um período de desemprego de longa duração resultado da perda de condições de empregabilidade noutros sectores de actividade, designadamente na indústria.

São as trabalhadoras dos cuidados a crianças aquelas que mais perspectivas de carreira possuem e que mais apostam em continuar a exercer a mesma actividade na actual organização onde se encontram. Embora mais jovens, já passaram por outras experiências profissionais, em muitos casos em actividade congénere.

Os horários de trabalho praticados não parecem afectar de igual modo as trabalhadoras dos vários serviços. Estes são mais problemáticos para as trabalhadoras em lares de idosos que têm de trabalhar por turnos. Também as empregadas de limpezas de casas e edifícios se queixam da inconveniência dos seus horários, principalmente aqueles que recaem sobre a primeira parte da manhã. Não só referem as dificuldades de conciliação trabalho-família, como sobretudo se queixam da ausência de transportes públicos em horários e com frequência conveniente para se deslocarem entre a casa e o emprego.

As trabalhadoras no apoio a crianças serão aquelas que melhores horários de trabalho têm para cumprir, uma vez que alguns dos infantários, sobretudo os públicos, tendem a encerrar às 18h. Este tipo de horários, ainda muito frequente em infantários portugueses, é manifestamente desajustado dos horários de trabalho dos pais, que de um modo geral têm de perder algum tempo na deslocação entre o seu emprego e o infantário da criança.

Encarado de outro ângulo, este aspecto também pode ser visto na perspectiva de um potencial de criação de novos postos de trabalho, que ocupem as crianças no tempo que medeia entre a saída do infantário e o horário dos pais chegarem a casa ao fim do dia. Alguns exemplos neste estudo demonstram já haver procura relativamente frequente para este tipo de serviço. Ou então o próprio estabelecimento educativo poderá equacionar a modalidade de introdução de turnos, para mais amplamente contemplar a diversidade cada vez maior de horários de trabalho dos membros das famílias portuguesas.

Nas empresas de limpeza e de tratamento de roupa trabalha-se com alguma flexibilidade de horários, o que é conveniente para a conciliação entre trabalho profissional e vida familiar. Para os clientes, os horários destes serviços serão tanto mais favoráveis quanto mais descoincidirem dos seus próprios horários de trabalho.

Contudo, provavelmente devido à pequena dimensão das organizações analisadas, que favorecem o conhecimento das dificuldades familiares das trabalhadoras, foi relativamente unânime a opinião de que as entidades empregadoras permitem a gestão do tempo de forma flexível e procuram cooperar no que respeita ao acolhimento, em infantários, de filhos das trabalhadoras, ou, se o local de trabalho é um lar, de pais dependentes. Casos há, porém, em

que a ausência de vagas, muito comum dada a escassez de serviços atrás referida, o não permite.

As dificuldades que dizem ter em conciliar trabalho e família são, para as trabalhadoras no cuidado a crianças e no cuidado a idosos, o trabalho cansativo e difícil, a falta de ajuda do marido, bem como, para as trabalhadoras no apoio a idosos e nas limpezas, os maus acessos ao local de trabalho; para as trabalhadoras nas limpezas aparecem ainda como dificuldades relacionadas com a actividade profissional o horário de trabalho extenso e o desenvolver uma actividade fisicamente extenuante, tanto mais quanto muitas delas acumulam vários empregos, uns formais e outros informais. Quando há situações de famílias monoparentais ou a presença de idosos dependentes na família os problemas são ainda mais difíceis.

Por outro lado a análise das estratégias a que dizem recorrer para equilibrarem trabalho e vida familiar revela haver algumas trabalhadoras no apoio a crianças a receberem ajuda de familiares, designadamente da mãe e do marido, bem como de empregadas domésticas. As trabalhadoras nos cuidados a idosos contam essencialmente com o apoio do cônjuge, e as trabalhadoras das limpezas assinalam ajudas da mãe e do cônjuge, a opção de trabalharem formalmente e fora de casa apenas parte do seu tempo de trabalho e em casa, informalmente, a outra parte, morarem perto do emprego e poderem engomar a sua roupa no local de trabalho.

Um balanço das condições ideais de conciliação entre vida familiar e vida profissional avançadas pelas próprias trabalhadoras conclui serem apontados aspectos diferentes pelos diferentes grupos profissionais. Esses aspectos, por sua vez, relevam de diferentes esferas sociais: tanto podem estar relacionados com o contexto profissional, como com o contexto familiar ou, ainda, o espaço local de residência ou de trabalho e a esfera estatal.

No que respeita ao contexto de exercício da actividade profissional, todos os grupos acabam por fazer convergir as suas opiniões para o mesmo ponto: o do tempo de trabalho. Uma, como as trabalhadoras dos serviços a crianças, gostariam de ter horários mais flexíveis e de trabalhar menos horas. As trabalhadoras dos serviços de apoio a idosos, referem a importância de horários compatíveis com a vida familiar e uma delas a expectativa de ter o filho na creche da instituição. As trabalhadoras dos serviços de limpeza de casas e de roupas ainda mais se centram em questões temporais. Não só gostariam de trabalhar menos horas, como de trabalhar a tempo parcial ou de trabalhar só de dia. Algumas das trabalhadoras deste grupo aspiram ainda a um emprego estável.

Do contexto familiar ressalta, para as trabalhadoras em actividades de cuidado a crianças, gostarem de poder ficar em casa e de ter uma mulher a dias. Para as trabalhadoras de apoio a idosos seria importante maior ajuda do marido e terem uma empregada doméstica. As trabalhadoras das limpezas referem que gostariam de trabalhar em casa, deixar de trabalhar, ter uma mulher a dias e ter a ajuda do marido.

No espaço local aspiram a melhores acessos e a poderem trabalhar mais perto de casa. No âmbito da esfera do estado, gostariam de obter licenças de parto mais alargadas e infantários a preços acessíveis.

A quase inexistência de voluntariado nestes grupos profissionais explica-se, em larga medida, pela ausência de tradições culturais mas também pela falta de tempo disponível, já que algumas trabalhadoras têm uma dupla inserção profissional no intuito de compensar os baixos

salários. Tal como atrás se referiu, as acções de voluntariado⁴³ encontram-se a nível dos corpos dirigentes das instituições de solidariedade social e em certas mulheres mais velhas, já sem as responsabilidades dos filhos dependentes, que as exercem no quadro das suas práticas e crenças religiosas: dão catequese, ajudam os mais carenciados com roupas e alimentos, visitam doentes e idosos internados em estabelecimentos.

⁴³ Refira-se, no entanto, a criação recente do Centro Nacional de Voluntariado, uma organização não governamental de solidariedade social, que até ao momento tem sobretudo podido realizar acções de formação.

4. Conclusões

Os capítulos anteriores deram a conhecer, a diferentes níveis de análise, um conjunto de aspectos caracterizadores da sociedade portuguesa e particularmente da situação do emprego em serviços às famílias. Foram também analisadas as linhas orientadoras das políticas nacionais de emprego nas últimas décadas e procurou ver-se dos seus resultados em termos de criação de emprego naquela área de actividades, a nível das localidades aqui estudadas. O carácter recente do enfoque na criação de serviços às famílias não permitiu a contabilização de muitos casos. Contudo, os mesmos estão em processo de surgimento.

Enquanto conclusões do presente relatório há ainda a sublinhar a importância do principal instrumento da política de emprego actualmente em vigor – o Plano Nacional de Emprego (PNE) – que reúne e implementa as várias medidas preconizadas em diferentes âmbitos, não só para combate ao desemprego mas, mais do que isso, para dotar Portugal “de uma economia competitiva e de uma sociedade coesa”, constituída por “cidadãos mais cidadãos” (Pedroso, 1999: 17-20). Este desafio, no sentido de “aproximar Portugal da Europa desenvolvida”, nas palavras do Secretário de Estado do Emprego e Formação, procura “associar competitividade externa com cooperação interna” para que o “salto económico que o país está em vias de dar” não faça “de uma parte da população uma população mais pobre” (Pedroso, 1999: 18).

São, por este motivo, preocupações presentes no PNE as que se prendem com o baixo nível de qualificação de 76% dos activos, facto que coloca o país perante um problema estrutural de empregabilidade em risco. Daí a necessidade de criar um *sistema de formação ao longo da vida* que impeça a evolução e contínua alimentação do desemprego por aqueles trabalhadores cujas qualificações se desactualizaram e que, não encontrando outro emprego, acabam por cair em situações de desemprego de longa duração e de exclusão social.

Esta é uma pedra de toque que se relaciona estreitamente com a área de actividade em análise neste estudo – os serviços às famílias. Muitas das mulheres empregadas nestes serviços estão numa fronteira entre inserção e exclusão social. Se aqui não trabalhassem estariam provavelmente desempregadas, porque a sociedade dificilmente lhes reconhece competências para exercerem outras profissões.

Um outro tipo de preocupações directamente reportáveis ao tema deste trabalho tem a ver com as fortes assimetrias existentes entre emprego feminino e emprego masculino. É um facto que as mulheres em Portugal têm uma presença significativa no mercado de trabalho por comparação com outros países. É também verdade que são elas quem mais está a contribuir para o aumento da população activa. Mas são igualmente elas quem mais engrossa as fileiras do desemprego de longa duração e também dos jovens diplomados à procura do primeiro emprego. No que respeita às profissões dirigentes, as mulheres portuguesas representam apenas um terço no total destes profissionais. Por outro lado preenchem muitos dos postos de trabalho menos qualificados e pior remunerados, nomeadamente nas actividades dos serviços pessoais e familiares, objecto deste estudo. Como atrás se disse, os serviços pessoais e domésticos albergam 27% do total da população feminina empregada. Com efeito assiste-se a uma forte segregação horizontal e vertical do emprego em Portugal.

Importantes teorizadores das mudanças sociais, económicas e políticas deste fim de século, reconhecem haver um novo figurino a nível mundial no modo de classificar o trabalho e posicionar as profissões, que coloca as ocupações ligadas aos serviços pessoais, onde

normalmente trabalham mulheres, em lugar de importância quer pelo volume de emprego que criam quer pela necessidade crescente que deles se tem (Reich, 1991: 253). Este autor refere três categorias principais de trabalho a nível da sociedade global: os serviços de produção de rotina, os serviços interpessoais e os serviços simbólico-analíticos.

Os serviços interpessoais, por tradição cultural maioritariamente desempenhados por mulheres, têm a característica de “fazer os outros sentir-se felizes” e a particularidade de ser “oferecidos pessoa a pessoa, não sendo vendidos à escala mundial” (Reich, 1998: 252). Isto independentemente do modo como a nível organizacional possam ser prestados. Os fornecedores de serviços interpessoais podem inclusivamente ser assalariados de empresas globais mas são eles quem directamente contacta com os beneficiários do seu trabalho. Por esse motivo, nada impedirá que estes trabalhadores se estruturam eles próprios em pequenas unidades empresariais ou de prestadores dos serviços interpessoais por conta própria, se investidos da formação necessária.

Cada vez mais a recomposição socioprofissional das populações suscita novas formas de organização da vida social e familiar que por sua vez induz novas necessidades e novas modalidades de as satisfazer, de maneira a introduzir qualidade nos modos de vida. Face às características e requisitos de muitos desses modos de vida, os serviços pessoais e às famílias precisarão também eles de melhorar as estruturas organizacionais da sua prestação a fim de poderem contribuir para essa vida de qualidade. Passar-se-á a estar então perante uma *nova geração de serviços pessoais*. Uma das maneiras de o conseguir será através da *qualificação* dos profissionais que exercem tais actividades, o que por sua vez conduzirá a *melhores remunerações* e ao aumento da qualidade de vida também para estes trabalhadores.

As várias medidas que o PNE preconiza para Portugal nos seus quatro pilares dão plena cobertura a tais pressupostos. Desde logo o Pilar I – Melhorar a Empregabilidade, prevê a melhoria da empregabilidade através de medidas de carácter preventivo:

baseadas em formações qualificantes de base alargada e em novas áreas com potencialidades de criação de emprego, bem como formação em contexto de trabalho para públicos-alvo prioritários
(PNE, 1999: 145)

O Pilar IV – Reforçar as Políticas de Igualdade entre Homens e Mulheres, na sua transversalidade com os restantes pilares, prevê formas de reduzir o desemprego feminino, melhorar a empregabilidade e atenuar a segregação do mercado de trabalho, de promover a conciliação entre vida profissional e vida familiar, de contribuir para a coesão social.

Entre outras prioridades está previsto:

criar mais emprego, mais auto-emprego e mais empresas na área da prestação de cuidados e dos serviços de apoio familiar e doméstico; melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres e a sustentabilidade da vida familiar;
(PNE, 1999: 210)

Por outro lado o Pilar II-Desenvolver o Espírito Empresarial, prevê apoios a mulheres criadoras de empresas ou trabalhadoras independentes. Prevê também a exploração de oportunidades de criação de novos empregos à escala local, na área da economia social, que

envolvam formação e valorização de recursos humanos e desenvolvimento regional e local. As Redes Regionais e os Pactos Territoriais são aqui vectores essenciais para criação de:

uma relação dinâmica e positiva entre a formação de competências e a criação de emprego
(PNE, 1999: 183)

Refere igualmente:

Serão ainda de explorar as potencialidades de gestação de postos de trabalho e de pequenas iniciativas de base empresarial ligadas a filões intensivos em emprego, serviços de proximidade, Rede Social e de um modo geral ao Mercado Social de Emprego, quer em sectores tradicionais; quer em áreas como (...) os serviços pessoais (...); quer em áreas sociais, designadamente saúde, educação, família e apoio à terceira idade (...)
(PNE, 1999: 183)

Contitui aqui uma das prioridades:

Estimular, na criação dos novos empregos, as dimensões da qualidade do posto de trabalho e da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens
(PNE, 1999: 183)

Com a preocupação de ajustar as medidas aos contextos e necessidades locais, na sua especificidade própria, e em relação com as preocupações analíticas deste estudo, é de realçar o Programa Rede Ajuda, inscrito no Plano Regional para o Emprego no Alentejo. Do Plano Regional de Emprego para a Área Metropolitana do Porto, consta um programa similar bem como uma majoração em 20% dos apoios concedidos no âmbito das Empresas de Inserção e das Iniciativas Locais de Emprego que se dirijam à criação de actividades de índole social, de serviços de proximidade ou iniciativas empresariais de mulheres desempregadas a reinserir-se na vida activa.

O Programa Rede Ajuda, pretende constituir uma rede de prestadores de serviços de apoio domiciliário a idosos e outros dependentes residentes numa determinada área geográfica da região. Esta medida é, no Alentejo, dirigida essencialmente a mulheres desempregadas, aí em grande proporção, e que desta forma vão integrar o mercado de trabalho. Recebem formação prévia e passam a ser reconhecidas pela Segurança Social como prestadoras deste serviço. Poderão, a partir daí criar a sua própria carteira de utentes recebendo da Segurança Social uma subvenção para compensar a falta de recursos de alguns idosos, a exemplo do que já acontece com as amas. Cria-se aqui uma nova disposição, de grande importância para as famílias portuguesas, que é a de alargar estes serviços apoiados pela Segurança Social a famílias entendidas como não carenciadas do ponto de vista financeiro, mas que precisam de recorrer a este tipo de apoio familiar.

Com esta medida em fase experimental, procura-se alcançar um conjunto de objectivos de forma integrada: dar resposta em moldes inovadores, a uma necessidade das populações idosas, sem familiares que lhes prestem apoio; criar emprego para mulheres numa região de desemprego feminino; reintegrar no mercado de trabalho desempregadas de longa duração ou empregar pela primeira vez mulheres em risco de exclusão social; qualificar mulheres e proporcionar-lhes o desenvolvimento de uma iniciativa empresarial apoiada, no âmbito da filosofia do mercado social de emprego.

Dos objectivos a atingir previstos no PNE consta também o aumento da cobertura do país em infraestruturas de apoio a crianças e a idosos, bem como em serviços de apoio à vida familiar. Tem-se aqui em particular atenção as periferias das grandes cidades, de que as localidades estudadas neste trabalho constituem exemplo privilegiado, uma vez que fazem parte da Área Metropolitana de Lisboa. Como o capítulo 2 evidencia, apesar de ter crescido o conjunto de serviços de apoio a crianças e à terceira idade, nos dados que foi possível apurar para estas localidades e para o país na globalidade constata-se uma procura sobredimensionada face à oferta disponível.

Calcula-se que estas medidas sejam as grandes criadoras de emprego, avaliado em cerca de 9000 postos de trabalho em estabelecimentos dirigidos a crianças em idade pré-escolar. Este será do emprego com melhor qualidade, pelo que foi possível constatar nos capítulos 2 e 3. É nos infantários e creches, por comparação com a maioria dos serviços de apoio à terceira idade e de limpeza doméstica, que se encontram pessoas mais qualificadas e melhor remuneradas.

Mas tomando por referência uma instituição pública do concelho de Odivelas considerada inovadora não só pela qualidade dos serviços que presta à comunidade como também pela remuneração que as trabalhadoras aí auferem e demais condições de trabalho que em geral lhes são proporcionadas, verifica-se também ser possível introduzir na área do apoio a idosos a nova geração de serviços pessoais atrás referida, mas que por enquanto ainda escasseia. Parece aqui fundamental a transferência deste modelo de boas práticas para a generalidade dos estabelecimentos, tanto os privados com fins lucrativos como os incluídos no 3º sector. O apoio a idosos é, portanto, outro domínio onde há grandes potencialidades de criação de emprego. A sua rede de equipamentos precisaria de expandir para perto do dobro⁴⁴, a fim de atender às necessidades da população idosa actual. Estes valores permitem prever a necessidade de criação de cerca de 12 000 postos de trabalho nestes serviços. Importa porém melhorar as condições de grande parte das pessoas aqui empregadas e inovar nos moldes em que este tipo de serviços tem sido prestado⁴⁵.

No campo dos serviços de limpeza doméstica, a previsão de emprego a criar é mais difícil, já que ela poderá depender de imponderáveis diversos, nomeadamente do desenvolvimento sócio-económico do país e do crescimento dos rendimentos familiares ou por exemplo do surgimento de novas necessidades das famílias. Na verdade, os exemplos que foi sendo possível conhecer de perto, ilustram-no bem o grande dinamismo da procura aqui existente. Veja-se o caso da Engomadoria Marluz, que vai encontrando todo um novo conjunto de vertentes susceptíveis de serem exploradas, desde o tratamento da roupa aos trabalhos de costura, à limpeza da casa, às pequenas reparações domésticas, etc..

Outras pequenas empresas de serviços pessoais, ainda que sem ter sido possível incluí-las neste estudo, comprovam a emergência de uma procura dinâmica e bastante variada destes serviços. Estas empresas tanto são solicitadas a providenciarem alguém que se desloque a casa de um idoso para tratar dele regularmente, como para o fazerem apenas durante um período de doença ou em fins de semana, quando alguns serviços de apoio públicos ou do 3º

⁴⁴ Cálculos na base de que 5% da população acima dos 65 anos precisará de apoio em alguma fase da sua vida (Gelles, 1995: 370).

⁴⁵ A filosofia subjacente ao PAII-Plano de Apoio Integrado a Idosos, subscrita pela sua responsável, Rosa Sampaio, parece ser uma das vias mais consentâneas com as necessidades dos utentes e dos prestadores destes serviços. Trata-se da aposta na prestação de apoio de qualidade no domicílio do utente.

sector, encerram e não prestam cuidados aos utentes. Noutras ocasiões requerem-lhes o acompanhamento de uma pessoa doente ao médico ou para levar um idoso a passear. Noutras ainda, muito frequentes, contratam alguém 1 ou 2 horas por dia para acolher uma criança à saída da escola, cujos horários não coincidam com os de trabalho dos pais.

Há também situações em que alguém doente precisa de ajuda para lhe tratarem do cão ou de qualquer outro animal doméstico. Estas necessidades, claro está, não correspondem a modalidades de trabalho a tempo inteiro nem permanente. Antes constituem, algumas delas, uma actividade complementar a um emprego principal, pelo menos enquanto a procura não cresce o suficiente para perfazer horários completos. Mas não há dúvida de que estas modalidades de serviços pessoais e domésticos cada vez serão mais banais e mais necessárias, numa sociedade envelhecida, com forte percentagem de população activa com uma estreita rede de parentesco, em resultado da quebra da natalidade e uma escassa tradição de voluntariado formalmente organizado para acorrer a estas situações.

Procurando avançar algumas respostas para as interrogações que esta pesquisa colocou, a partir da experiência de terreno, poder-se-á dizer que uma das principais razões para a má qualidade do emprego em serviços às famílias são os salários baixos. Outras razões identificadas são a dureza do trabalho nas limpezas de casas e no cuidado de idosos acamados, e o ambiente poluído das lavandarias. A falta de transportes públicos para cumprimento dos horários nocturnos também é apontada. Quanto à má qualidade dos serviços prestados parece estar sobretudo relacionada com a escassez de serviços disponíveis, com o modo standardizado como são prestados muitos deles, sobretudo os cuidados a idosos, e com a escassez de pessoas dotadas de competências para os executar.

Uma qualidade mais elevada neste tipo de empregos passará pela formação, susceptível de qualificar o posto de trabalho e quem o executa, e pela remuneração salarial correspondente; pela melhoria dos acessos ao emprego, seja através da reestruturação da rede de transportes públicos, seja com formas alternativas que não tornem penosas as deslocações dos trabalhadores. A penosidade física e ambiental do exercício da actividade poderá ser superada com o uso de tecnologias e o conhecimento de técnicas adequadas ao respectivo desempenho. Do lado do utente, a melhoria das competências técnicas e o contributo tecnológico, introduzirão qualidade no serviço prestado.

Há por outro lado toda a vertente da qualidade do ponto de vista do utente, que se prende com a flexibilidade e a dilatação dos horários em que tais serviços são prestados. Com boas infraestruturas organizacionais, prevendo as devidas compensações aos trabalhadores e adequando-lhes os tempos de trabalho às respectivas responsabilidades familiares, pessoais e cívicas poder-se-ão encontrar soluções viáveis. Os turnos rotativos que algumas instituições aqui estudadas praticam, organizados em sintonia com as necessidades dos trabalhadores, parecem ser boas soluções a aprofundar e desenvolver.

Um outro aspecto importante que tem a ver com os interesses do utente é a *diversificação* das respostas disponíveis susceptíveis de se adequarem a diferentes tipos de necessidades das famílias. O exemplo mais frequente que em Portugal é apontado está relacionado com o local de prestação de cuidados a idosos dependentes – um estabelecimento ou o domicílio do próprio. Apesar de começar a estar difundida como boa prática e mais em consonância com as expectativas de muitos idosos a sua *manutenção em meio familiar*, tal prática tem sido desincentivada por razões fiscais: *beneficiam de redução os impostos das famílias* que incluam despesas com idosos dependentes a cargo, se internados em lares ou outras

instituições similares⁴⁶. O mesmo não acontece se o idoso estiver na sua própria casa ou junto de familiares com pessoal contratado para lhe prestar apoio. Note-se ainda que a disposição fiscal, quando aplicável, deixa a descoberto grande parte da população, isto é, quem aufera um rendimento de pouco mais de Esc. 60 000, quando um idoso em lar privado – os que estão disponíveis para as pessoas entendidas como não carenciadas – paga à volta de Esc.120 000.

Em torno destas necessidades e incongruências sistémicas gera-se um amplo espaço para a proliferação de trabalho não declarado, já que as famílias não têm vantagens – pelo contrário ainda pagam mais – na obtenção de um recibo para efeitos de abatimento fiscal. A efectivação da modalidade *cheque-serviço*, ou de um sistema idêntico ao das despesas de saúde, passíveis de abatimento nos impostos sobre o rendimento das famílias, poderiam constituir soluções para tornar visível muito trabalho informal. Redução de receitas fiscais seriam então compensadas pelo crescimento das receitas da Segurança Social. Uma outra área de proliferação de trabalho informal, o das amas e das empregadas de limpeza no domicílio, poderiam também estar incluídas nestas medidas.

A questão da segregação de género que ocorre nestas profissões deverá ser equacionada numa perspectiva de longo prazo, em articulação com políticas a nível da *alteração dos currícula educativos* - que implicitamente sugerem distintas orientações profissionais para mulheres e para homens -, da organização de campanhas sociais de sensibilização das populações e, acima de tudo, com a valorização simbólica e material destas ocupações profissionais tradicionalmente feminizadas e desvalorizadas. A *formação* e a *certificação das qualificações* para o exercício da actividade são aspectos fundamentais, como atrás se referiu. Por outro lado seria de equacionar a possibilidade de extinção das disparidades salariais existentes para uma mesma actividade, consoante a regulamentação colectiva de trabalho aplicável e o estatuto jurídico da entidade empregadora. Também a par de uma revalorização destas ocupações, tendo por base uma *polivalência qualificante*, importaria criar critérios menos díspares, mas efectivos, de progressão na carreira, reequacionando as funções inerentes às diferentes categorias profissionais. Presentemente, nalguns destes sub-grupos profissionais, quanto menos qualificada é a categoria profissional maior é a quantidade e diversidade de tarefas que lhe estão consignadas⁴⁷.

As políticas de incentivos para criação de pequenas iniciativas empresariais neste domínio, designadamente de índole familiar, poderiam ser aprofundadas, dando apoios financeiros e técnicos susceptíveis de as libertar dos encargos burocráticos e de lhes aliviar o peso dos encargos fixos nos primeiros tempos de exercício da actividade. Tanto mais que os apoios às pequenas iniciativas empresariais parecem ser uma boa fórmula para introdução de homens nestes serviços. Há já vários exemplos de pequenas empresas familiares que tiveram início num *projecto conjugal* (Guerreiro, 1996) decorrente do desemprego de ambos os membros do casal. Parece, contudo, ser grande o peso das exigências para estruturas frágeis como estas e é muito evidente um conjunto de dificuldades com que se debatem.

Para além das medidas já referidas no que concerne à melhoria das condições de trabalho nos serviços prestados às famílias, importa referir a pertinência de serem assumidas pelas entidades empregadoras, sejam elas entidades privadas com fins lucrativos ou instituições de solidariedade social, atitudes de *cidadania patronal* para com os seus trabalhadores. Tal

⁴⁶ Desde que o idoso não aufera um rendimento superior ao salário mínimo nacional.

⁴⁷ Veja-se, por exemplo, os grupos de profissões 5.1.2, 5.1.3, 9.1.3 e 9.1.4 da Classificação Nacional de Profissões.

atitude passa pelo entendimento de que também estes são cidadãos com direito a uma vida de qualidade, tanto no local de trabalho como fora dele. Essa qualidade passa na maior parte das vezes por medidas simples facilitadoras da conciliação entre vida profissional e vida familiar. A *gestão flexível e participada* do tempo de trabalho, acompanhada de *responsabilização* e *autonomia*, por vezes adquirida através de *formação no próprio contexto laboral*, são de grande importância. Tal como o é um envolvimento activo das entidades patronais na procura de soluções para os problemas familiares, nomeadamente aqueles relacionadas com a guarda dos filhos e os cuidados dos familiares idosos e doentes. Em instituições para este fim vocacionadas faz sentido a existência de um conjunto de *vagas para apoio aos próprios trabalhadores*, como aliás se encontrou em algumas das instituições estudadas, bem como o *crédito de tempo*, a compensar posteriormente para atender a eventualidades e necessidades em ambos os sentidos - do lado da instituição ou do lado do trabalhador.

Bibliografia

Almeida, A.N., M.D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres e K. Wall, “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, in J.M.L. Viegas e A.F.Costa (org.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

Almeida, J.F., L. Capucha, A.F. Costa, F.L. Machado, I. Nicolau e E. Reis, *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994.

Amaro, R.R., *Serviços de Proximidade em Portugal*, Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1997.

Bertaux, D., *Destins personnels et structure de classe*, Paris, PUF, 1977.

Capucha, L. (org.), S. Aires, J. Quintela, A.L. Reis e P. C. Santos, *ONG's de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*, Porto, REAPN, 1995.

Capucha, L. (coord.), J.L. Castro, H.S. Gonçalves, M.D. Guerreiro, F. Melro, E. Pegado, A.L. Reis, S.P.Saleiro, P.C. Santos, *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da fase experimental*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE, 1998.

Capucha, L. e M. D. Guerreiro, “Rendimento Mínimo Garantido: instrumento de desenvolvimento do mundo rural”, in Presidência da República Portuguesa, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

Comissão das Comunidades Europeias, *Comunicado da Comissão sobre o Trabalho não Declarado*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1998.

Comissão do Livro Branco da Segurança Social, *Livro Branco da Segurança Social-Versão final-Janeiro 98*, INA/IGFSS, 1999.

Commission Européenne, *L'emploi en Europe 1998*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1999.

Duriez, B., “L'aide familiale à domicile: entre le respect et la transformation de l'organisation familiale”, in J.-C. Kaufmann, *Faire ou faire-faire?-Famille et services*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.

European Commission, Employment Observatory, *Misep-Basic Information Report, Portugal-Institutions, Procedures and Measures*, Berlin, I.A.S.-Institute for Applied Socio-Economics, 1999.

Eurostat, *Women and Men in the European Union – A Statistical Portrait*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1995.

Eurostat, *Living Conditions in Europe, Statistical Pocketbook*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1999a.

Eurostat, *Statistics in Focus*, Population and Social Conditions, n.º. 1/99, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1999b.

Garcia, O. (coord.), *Diagnóstico Social do Concelho de Cascais*, Instituto Superior de Serviço Social/Câmara Municipal de Oeiras, Novembro de 1998.

Guerreiro, M.D. e I. Romão, “Famille et Travail au Portugal - La coexistence de différentes dynamiques sociales”, in T. Willemsen, G. Frinking e R. Vogels (ed.), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press, 1995.

Guerreiro, M. D., *Famílias na Actividade Empresarial – PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

Guerreiro, M. D., *Mulheres na Vida Empresarial*, Lisboa, CIDM, 1998.

Guerreiro, M.D. (org.), “Jovens Europeus e o Futuro: Emprego e Vida Familiar”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º. 27, 1998.

Guerreiro, M.D. e P. Ávila, *A Conciliação entre Trabalho e Vida Profissional - Análise dos resultados do inquérito realizado aos trabalhadores da RTP*, Lisboa, CIES, 1998.

Ministério do Emprego e Segurança Social, *Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1994.

Kaufmann, J.-C., *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

Kaufmann, J.-C., *Faire ou faire-faire?-Famille et services*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.

Knüppel, W., *Division of Labour in Families – Relevant Data Sources in Eurostat*, Tilburg, Tilburg University Press, 1995.

Lewis, S. (coord.), J. Smithson, J. Brannen, M. D. Guerreiro, C. Kugelberg, A. Nilsen e P. O’Connor, Comissão Europeia-DGV-Emprego & Assuntos Sociais, *Futuros em Suspense - Jovens europeus falam acerca da conciliação entre trabalho e família*, Lisboa, ISCTE, 1999 (versão em inglês 1998).

Machado, F.L. e A.F. Costa, “Processos de uma Modernidade Inacabada-Mudanças estruturais e mobilidade social”, in J.M.L. Viegas e A.F. Costa (org.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

Maia, F. M., *Segurança Social em Portugal – Evolução e tendências*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade e Segurança Social, *PAII, Programa de Apoio Integrado a Idosos-Relatório de Actividades 1996*, 1997.

Ministério da Solidariedade e Segurança Social, *Segurança Social – Evolução Recente, 1992 a 1995*, 1995.

Ministério do Trabalho e Solidariedade, Comissão para o Mercado Social de Emprego, *Folha Informativa n.º 6*, 1998.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade, *Plano Nacional de Emprego – Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*, Lisboa, 1999.

Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Avaliação das medidas de apoio à criação de emprego*, Lisboa, IEFP, 1995.

Pedroso, P. “A Estratégia Portuguesa para o Emprego”, in Ministério do Trabalho e da Solidariedade, *Plano Nacional de Emprego-Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*, Lisboa, 1999.

Pitrou, A., “Services domestiques et services collectifs en France”, in A. Michel (dir.), *Les femmes dans la société marchande*, Paris, Presses Universitaires de France, 1978.

Reich, R.B., *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993.

Santos, B. S., M. Bento, M. Gonelha e A. B. Costa, *Uma visão solidária da Reforma da Segurança Social*, Lisboa, União das Mutualidades Portuguesas e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1998.

Todd, E., *L'invention de l'Europe*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.

Anexos

Anexos 1

Quadro 1.1: *Evolução da população activa por sectores de actividade (em percentagem)*

	Anos	1960	1981	1991
Sector de actividade				
Primário	H	49,4	19,6	11,7
	M	17,6	20,0	9,4
	T	43,6	19,7	10,8
Secundário	H	28,9	43,9	43,3
	M	29,2	28,5	29,7
	T	28,9	38,7	37,9
Terciário	H	21,7	36,5	45,0
	M	53,2	51,4	60,9
	T	27,5	41,6	51,3

Fonte: *INE, Censos de 1960, 1981, 1991*

Quadro 1.2: *Evolução dos níveis de escolaridade atingidos (em percentagem)*

Anos	1960	1970	1981	1991
Níveis de ensino atingidos				
Ensino básico - 1º e 2º ciclos (4 e 6 anos de escolaridade)	32,8	52,2	56,7	64,8
Ensino básico - 3º ciclo e Ensino secundário (9 e 12 anos de escolaridade)	4,6	7,8	12,3	21,5
Ensino Médio e Superior	0,8	1,6	3,6	8,0

Fonte: *INE, Censos de 1960, 1981, 1991*

Quadro 1.3: *Evolução das estruturas familiares*

Anos	1960	1970	1981	1991	1993	1996
Indicadores das estruturas familiares						
Taxa de nupcialidade (°/° população)	7,8	9,4	7,8	7,3	6,9	6,4
Idade média dos homens no 1º casamento	26,9	26,6	25,4	26,2	26,4	28,8
Idade média das mulheres no 1º casamento	24,8	24,3	23,3	24,2	24,5	26,2
Casamentos católicos (% total casamentos)	90,7	86,6	74,0	72,0	70,8	66,5
Taxa de divórcio (°/° população)	0,1	0,1	0,7	1,1	1,2	1,3
Taxa de natalidade (°/° população)	24,1	20,1	15,4	11,8	11,5	11,1
Índice sintético de fecundidade (nºm.f. mulheres 15-49)	3,2	3,0	2,1	1,6	1,5	1,4
Taxa de fecundidade (°/° mulheres 15-49)	94,9	86,6	63,9	47,2	44,4	42,8
Nascimentos fora do casamento (% nasc.)	9,5	7,3	9,5	15,6	17,0	18,7
Dimensão média dos agregados domésticos	3,8	3,7	3,4	3,1	-	-
% de agregados com mais de 5 pessoas	17,1	15,9	10,6	6,6	-	-
Tipo de agregado doméstico:						
Agreg dom s/ núcleos familiares – total	16,4	-	-	16,6	-	-
Pessoas sós	11,5	-	-	13,9	-	-
Várias pessoas	4,9	-	-	2,7	-	-
Agreg dom de famílias simples – total	68,2	-	-	69,5	-	-
Casais s/ filhos (s/ outros)	14,8	-	-	20,0	-	-
Casais c/ filhos (s/ outros)	47,5	-	-	43,9	-	-
Pai/mãe c/ filhos (s/ outros)	5,9	-	-	5,6	-	-
Agreg dom de famílias complexas - total	15,4	-	-	13,9	-	-

Fonte: *Almeida et al (1998)*

Quadro 1.4: *Evolução das taxas de actividade (em percentagem)*

Anos	1960	1970	1981	1991	1993	1996
Taxas de actividade						
(% do total de cada segmento populacional)						
Taxa de actividade masculina	63,8	62,1	57,1	54,3	55,2	55,4
Taxa de actividade feminina	13,1	19,0	29,0	35,5	41,4	42,2
25-29 anos	19,8	33,1	62,4	74,1	78,5	81,2
30-34 anos	16,6	29,0	56,3	72,3	79,3	80,9
35-39 anos	15,3	23,1	49,2	69,0	78,7	80,3

Fontes: *INE, Censos, 1960, 1970, 1981, 1991, Inquérito ao Emprego, 1993, 1996*

Quadro 1.5: *Indicadores de actividade profissional feminina – comparação de Portugal com os outros países da União Europeia (1997)*

Indicadores	Taxa de actividade feminina (%)	Parte do emprego nos serviços (% do emprego feminino total)	Emprego a tempo parcial (% no total do emprego feminino)	Taxa de desemprego feminina (%)
Países				
UE15	57,7	80,2	32,4	12,4
Bélgica (B)	53,3	84,8	31,4	11,9
Dinamarca (DK)	76,8	84,1	34,5	6,6
Alemanha (D)	60,2	78,6	35,1	10,8
Grécia (GR)	47,1	63,6	8,1	14,9
Espanha (E)	47,3	80,3	17,4	28,3
França (F)	61,5	82,2	30,9	14,4
Irlanda (IRL)	50,4	80,1	23,2	10,3
Itália (I)	43,9	72,7	13,7	16,6
Luxemburgo (L)	48,9	95,0	19,4	3,8
Países Baixos (NL)	59,2	88,3	67,9	6,9
Áustria (A)	62,8	77,7	29,0	5,3
Portugal (P)	63,6	64,6	15,0	7,7
Finlândia (FIN)	71,2	80,9	15,6	13,7
Suécia (S)	75,0	86,7	41,4	9,5
Reino Unido (UK)	68,0	85,7	44,9	6,0

Fonte: *Commission européenne, L'emploi en Europe, 1998*

Quadro 1.6: *Evolução da estrutura etária (em percentagem)*

	Anos	1960	1981	1991	1998
Faixa etária					
Até 14 anos	H	31,0	27,0	21,3	17,9
	M	27,5	24,1	18,5	15,8
	T	29,2	25,5	19,8	16,9
15-24 anos	H	16,5	17,3	17,1	16,1
	M	16,2	15,9	15,9	14,6
	T	16,3	16,6	16,5	15,3
25-64 anos	H	45,9	46,1	49,9	53,0
	M	47,1	46,9	50,2	52,2
	T	46,5	46,5	50,1	52,6
65 e mais anos	H	6,6	9,6	11,7	12,9
	M	9,2	13,1	15,4	17,3
	T	8,0	11,4	13,6	15,2

Fonte: *INE, Censos 1960, 1981, 1991, Estimativas da população, 1998*

Quadro 1.7: *Pessoas envolvidas nas candidaturas às Iniciativas Locais de Emprego (1997-1999-1º sem.)*

Actividades	Nº. pessoas envolvidas em candidaturas	% do subtotal
Restaurantes, cafés e actividades similares	531	38,8
Serviços pessoais diversos	169	12,4
Serviços diversos prestados à colectividade	165	12,1
Serviços de reparação diversos	154	11,3
Indústrias da alimentação	93	6,8
Serviços gerais	84	6,1
Lavandarias e tinturarias	45	3,3
Serviços de educação	41	3,0
Serviços de saneamento e limpeza	32	2,3
Serviços de saúde e veterinários	26	1,9
Serviços domésticos	14	1,0
Serviços relacionados com transportes	13	1,0
Subtotal	1367	100,0
% do Subtotal no Total de actividades apoiadas	-	34,2
Total de actividades apoiadas	3994	100,0

Fonte: *Instituto de Emprego e Formação Profissional – Departamento de Planeamento*

Quadro 1.7A: *Recurso a medidas de apoio ao emprego nos serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais (1994)*

Ramo de Actividade	Nº. trabalhadores	% do subtotal
9.Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais		
Administração pública e defesa nacional	45	1,0
Serviços de saneamento e limpeza	153	3,4
Serviços sociais e similares prestados a colectividades	1529	33,9
Serviços recreativos e culturais	270	6,0
Serviços pessoais e domésticos	2512	55,7
Pessoal doméstico	(212)	(4,7)
Outro	(2300)	(5,1)
Subtotal	4509	100,0
% do Subtotal no Total de actividades apoiadas	-	10,6
Total de trabalhadores no conjunto das actividades	42369	100,0

Fonte: *Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Segurança Social-Evolução recente, 1992 a 1995, 1996.*

Quadro 1.8: *Modalidades de prestação de serviços e peso institucional relativo segundo o volume de utentes (em percentagem)*

Serviço	Modalidades de prestação	Peso institucional (% segundo o volume de utentes)		
		Estado	3º sector c/ apoio estatal	Empresas e outros s/ apoio
Cuidado de Crianças ¹	-Creches	2,8	43,5	54,7
	-Mini-creches	-	100,0	-
	-Jardins de infância	4,6	87,0	8,4
	-Creches e jardins de infância	10,9	84,4	4,3
	-Centros de actividades de tempos livres	5,3	86,3	8,4
	-Lares para crianças e jovens	10,8	82,9	6,3
Cuidado de Idosos ¹	-Residências	33,2	62,5	4,3
	-Lares	7,4	81,9	10,7
	-Centros de dia	9,4	85,0	5,6
	-Centros de convívio ²	3,8	89,0	7,2
Limpezas	-Empresas prestadoras regulares de serviços			- ³
	-Empr. prest. de serv. de “grandes limpezas pontuais”			- ³
	-Empresas “man-power”			- ³

¹ *Estatísticas da Segurança Social*, Instituto de Gestão Financeira da segurança Social, 1996

² Calculado em função do número de estabelecimentos.

³ Dados não disponíveis.

Quadro 1.9: *Evolução dos equipamentos, utentes e trabalhadores da acção social*

Serviços	Indicadores	N.º de Estabelecimentos			N.º de utentes			N.º de utentes em lista de espera			N.º de trabalhadores		
		1980	1990	1996	1980	1990	1996	1980	1990	1996	1980	1990	1996
Infância e Juventude		1 364	2 633	3 399	56 704	175 240	209 753	19 093	22 848	24 282	10 459	22 595	30 695
Creches		215	181	359	6383	5 060	9 068	1 985	1 160	977	1 320	1 108	2 225
Mini-creches		-	4	9	-	81	141	-	73	26	-	30	48
Jardins de Infância		657	540	432	39 795	32 533	24 348	9 071	3 932	2 865	5 059	4 586	3 595
Creches e Jardins de Infância		146	769	984	9 437	69 634	91 513	5 750	12 185	15 300	2 126	10 955	15 518
C. Actividades Tempos Livres		208	935	1363	-	55 922	74 171	1 969	4 736	3 438	633	3 669	6 385
Lares para Crianças e Jovens		138	204	252	1 089	12 010	10 512	318	762	1 676	1 321	2 247	2 924
Terceira idade		393	1 415	2 301	18 331	59 898	88 294	5 632	27 603	27 932	4 426	13 226	19 727
Residências		12	13	59	240	343	400	40	210	196	85	138	157
Lares		273	567	805	14 502	27 607	37 844	5 088	24 373	26 759	3 928	10 005	13 913
Centros de Dia		98	655	1 119	3 589	22 856	33 965	504	2 270	977	393	2 657	4 893
Centros de Convívio		10	180	318	-	9 092	16 085		750	-	20	426	764
Total		1 757	4 048	5 700	75 035	235 138	29 8047	247 25	50 451	52 214	14 885	35 821	50 422

Fonte: *Estatísticas da Segurança Social*, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Quadro 1.10: Taxas de variação dos equipamentos, utentes e trabalhadores da acção social

Indicadores Serviços	N.º de Estabelecimentos		N.º de utentes		N.º de utentes em lista de espera		N.º de trabalhadores	
	% Var. 1980-1996	% Var. 1990-1996	% Var. 1980-1996	% Var. 1990-1996	% Var. 1980-1996	% Var. 1990-1996	% Var. 1980-1996	% Var. 1990-1996
Infância e Juventude	149.2	29.1	269.9	19.7	27.2	6.3	193.5	35.8
Terceira idade	485.5	62.6	381.7	47.4	396.0	1.2	345.7	49.2
Total	224.4	40.8	297.2	26.8	111.2	3.5	238.7	40.8

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Quadro 1.11: Trabalhadores dos Serviços Pessoais e Domésticos, segundo o Sexo, em 1991 e 1998 (Unid. 10³)

Anos Profissões (CNP, 3 dígitos)	1991			1998		
	H	M	Total	H	M	Total
Trab. dos serviços domésticos e outro pessoal de limpeza	11,2	198,8	210,0	12,0	251,2	263,2
Educadores de infância	0,4	14,6	15,0	-	14,4	14,4
Vigilantes de crianças, ajudantes familiares e t.s.	5,5	24,7	30,2	6,4	82,7	89,1
Enfermeiros	5,7	23,9	29,6	3,2	17,7	20,9
Cozinheiros, empregados de mesa e out. trab. serviços restaur.	62,7	79,5	142,2	62,6	127,5	190,1
Cabeleireiros, massagistas, esteticistas e t.s.	7,3	21,8	29,1	7,1	36,2	43,3
Porteiros e distribuidores	47,0	59,1	106,1	39,2	46,2	85,4
Total	139,8	422,4	562,2	130,5	575,9	706,4
Total do emprego em Portugal	2475,8	1651,8	4127,6	2628,3	2110,5	4738,8

Fontes: INE/Censos 1991; INE/Inquérito ao Emprego 1998

Quadro 1.12: Trabalhadores dos Serviços Pessoais e Domésticos, segundo o Sexo, em 1991 e 1998 (em percentagem do emprego total)

Anos Profissões (CNP, 3 dígitos)	1991			1998		
	H	M	Total	H	M	Total
Trab. dos serviços domésticos e outro pessoal de limpeza	0,5	12,0	5,1	0,5	11,9	5,6
Educadores de infância	-	1,0	0,4	-	0,7	0,3
Vigilantes de crianças, ajudantes familiares e t.s.	0,2	1,5	0,7	0,2	3,9	1,9
Enfermeiros	0,2	1,4	0,7	0,1	0,9	0,4
Cozinheiros, empregados de mesa e out. trab. serviços restaur.	2,5	4,8	3,4	2,4	6,0	4,0
Cabeleireiros, massagistas, esteticistas e t.s.	0,3	1,3	0,7	0,3	1,7	0,9
Porteiros e distribuidores	1,9	3,6	2,6	1,5	2,2	1,8
% no total do emprego do país	5,6	25,6	13,6	5,0	27,3	14,9

Fontes: INE/Censos 1991; INE/Inquérito ao Emprego 1998

Quadro 1.13: *Trabalhadores dos Serviços Pessoais e Domésticos, segundo o Sexo, em 1991 e 1998 (em percentagem segundo o sexo)*

Anos Profissões (CNP, 3 dígitos)	1991			1998		
	H	M	Total	H	M	Total
Trab. dos serviços domésticos e outro pessoal de limpeza	5,3	94,7	100,0	4,6	95,4	100,0
Educadores de infância	2,7	97,3	100,0	-	100,0	100,0
Vigilantes de crianças, ajudantes familiares e t.s.	18,2	81,8	100,0	7,2	92,8	100,0
Enfermeiros	19,3	80,7	100,0	15,3	84,7	100,0
Cozinheiros, empregados de mesa e out. trab. serviços restaur.	44,1	55,9	100,0	32,9	67,1	100,0
Cabeleireiros, massagistas, esteticistas e t.s.	25,1	74,9	100,0	16,4	83,6	100,0
Porteiros e distribuidores	44,3	55,7	100,0	45,99	54,1	100,0
Total	24,9	75,1	100,0	18,5	81,5	100,0
% no total do emprego do país	60,0	40,0	100,0	55,5	44,5	100,0

Fontes: *INE/Censos 1991; INE/Inquérito ao Emprego 1998*

Quadro 1.14: *Taxa de variação, entre 1991 e 1998, dos trabalhadores dos Serviços Pessoais e Domésticos, segundo o Sexo, (em percentagem)*

Profissões (CNP, 3 dígitos)	Variação (%) 1991-1998		
	H	M	Total
Trab. dos serviços domésticos e outro pessoal de limpeza	7,1	26,4	25,3
Educadores de infância	-	-1,4	-4,0
Vigilantes de crianças, ajudantes familiares e t.s.	16,4	234,8	195,0
Enfermeiros	-40,4	-25,9	-29,4
Cozinheiros, empregados de mesa e out. trab. serviços restaur.	-0,2	60,4	33,7
Cabeleireiros, massagistas, esteticistas e t.s.	-2,7	66,1	48,8
Porteiros e distribuidores	-16,6	-21,8	-19,5
Total	-6,7	36,3	25,6
% no total do emprego do país	6,2	27,8	14,8

Fontes: *INE/Censos 1991; INE/Inquérito ao Emprego 1998*

Quadro 1.15: *Outros Grupos Profissionais que incluem Prestadores de Serviços Pessoais e Domésticos, segundo o Sexo, em 1998*

Profissões (CNP, 3 dígitos)	Valores absolutos (10 ³)			Porcentagem do emprego total		
	H	M	Total	H	M	Total
Canalizadores e outros trabalhadores de acabamentos da construção civil	61,0	0,1	61,1	2,3	-	1,3
Pintores da construção civil, limpadores de fachadas, limpa-chaminés e t.s.	54,5	2,3	56,8	2,1	0,1	1,2
Electricistas, montadores e reparadores de aparelhos eléctricos e electrónicos	63,5	6,3	69,8	2,4	0,3	1,5
Total	179,0	8,7	187,7	6,8	0,4	4,0

Fonte: *INE/Inquérito ao Emprego 1998*

Quadro 1.16: *Pessoal ao serviço em Portugal nos anos de 1993 e 1997, por CAE e sexo*

Ano	Serviços	Homens	Mulheres	Total de emprego	% de homens	% de mulheres
1993	Estabelecimentos de ensino infantil	664	9 886	10 550	6,3	93,7
1997	Educação pré-escolar	703	11 913	12 616	5,6	94,4
1993	Inst. de assistência c/internamento e Semi-internamento	2 884	20 341	23 225	12,4	87,6
1993	Instituições de assistência s/ internamento	331	2 142	2 473	13,4	86,6
1993	Instituições de assistência social n.e.	536	1 626	2 162	24,8	75,2
1993	Total	3 751	24 109	27 860	13,5	86,5
1997	Acção social p/ a infância e juventude, com alojamento	247	1 775	2 022	12,2	87,8
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, com internamento	118	403	521	22,6	77,4
1997	Acção social p/ pessoas idosas, com alojamento	825	8 817	9 642	8,6	91,4
1997	Acção social com alojamento, n.e.	247	1 525	1 772	13,9	86,1
1997	Acção social p/ a infância e juventude, sem alojamento	845	11 269	12 114	7,0	93,0
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, sem internamento	647	2 177	2 824	22,9	77,1
1997	Acção social p/ pessoas idosas, sem alojamento	275	3 399	3 674	7,5	92,5
1997	Total	3 204	29 365	32 569	9,8	90,2
1993	Reparação de calçado e artigos de couro	307	78	385	79,7	20,3
1993	Reparação de aparelhos eléctricos	2 196	333	2 529	86,8	13,2
1993	Reparação de relógios e objectos de joalharia	97	12	109	89,0	11,0
1993	Outros serviços de reparação n.e.	1 034	146	1 180	87,6	12,4
1993	Total	3 634	569	4 203	86,5	13,5
1997	Reparação de calçado e artigos de couro	264	73	337	78,3	21,7
1997	Reparação de aparelhos eléctricos	1 626	346	1 972	82,5	17,5
1997	Reparação de relógios e objectos de joalharia	113	30	143	79,0	21,0
1997	Reparação de bens pessoais e domésticos	203	61	264	76,9	23,1
1997	Total	2 206	510	2 716	81,2	18,8
1993	Lavandarias e tinturarias	790	2 127	2 917	27,1	72,9
1997	Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	1 139	3 141	4 280	26,6	73,4
1997	Cantinas	1 440	8 275	9 715	14,8	85,2
1997	Fornecimento de refeições ao domicílio	985	897	1 882	52,3	47,7
1997	Total	2 425	9 172	11 597	20,9	79,1

Fonte: *Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade, Quadros de Pessoal, 1997.*

Quadro 1.17: Trabalhadores dos Serviços Pessoais e Domésticos (Activos inscritos na Segurança Social)

Anos	Nº. de trabalhadores	Tx variação anual (%)	% de mulheres	% no total de beneficiários activos no país	% de desempregados	% de mulheres nos desempregados
1974	147 923	-	-	6,6	-	-
1975	183 638	24,1	-	8,2	-	-
1976	217 731	18,6	-	9,4	-	-
1977	227 579	4,5	-	9,4	-	-
1978	191 847	-15,7	-	7,9	0,3	67,9
1979	198 670	3,6	-	7,7	0,1	80,8
1980	214 929	8,2	-	7,9	0,1	86,3
1981	-	-	-	-	-	-
1982	242 093	-	-	9,3	0,2	78,2
1983	235 214	-2,8	84,1	9,7	0,1	73,5
1984	270 201	14,9	82,6	10,1	0,1	71,3
1985	243 799	-9,8	81,4	9,9	0,2	56,8
1986	235 604	-3,4	79,2	9,3	0,2	54,4
1987	241 197	2,4	79,2	21,2	0,1	77,1
1988	226 681	-6,0	78,4	18,9	0,3	68,2
1989	211 090	-6,9	75,6	7,8	0,1	66,4
1990	223 325	5,8	77,8	8,2	0,4	75,7
1991	214 097	-4,1	77,5	7,5	0,6	52,6
1992	200 267	-6,5	75,3	7,0	1,2	54,1
1993	199 144	-0,6	75,6	7,2	2,2	56,2
1994	200 299	0,6	75,4	7,2	2,3	52,3
1995	204 351	2,0	74,2	7,1	2,9	49,5
1996	213 509	4,5	75,4	7,3	2,9	46,7

Fonte: *Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social*

Nota: Nos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990 os valores do desemprego referem-se aos desempregados que usufruem de subsídio de desemprego.

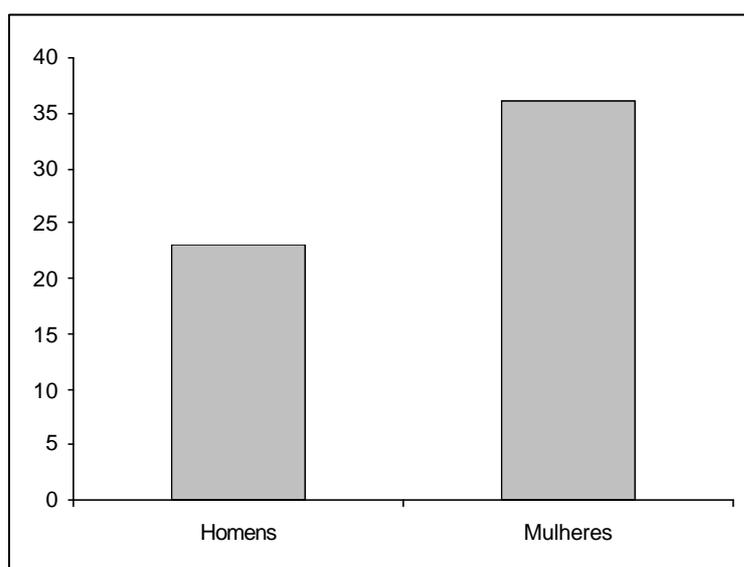
Quadro 1.18: Pessoal Doméstico (Activos inscritos na Segurança Social)

Anos	Nº. de trabalhadores	Taxa de variação anual (%)	% de mulheres	% do pessoal doméstico nos trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos	% de desempregados	% de mulheres nos desempregados
1979	181 272	-	-	91,2	-	100,0
1980	176 080	-2,9	-	81,9	0,1	100,0
1981	-	-	-	-	-	-
1982	186 509	-	-	77,0	0,1	88,4
1983	179 534	-3,7	99,3	76,3	-	81,8
1984	201 222	12,1	98,9	74,5	0,1	97,5
1985	178 847	-11,1	98,7	73,4	0,1	94,0
1986	171 404	-4,2	98,1	72,8	0,1	93,7
1987	167 684	-2,2	98,9	69,5	0,1	88,7
1988	154 570	-7,8	99,1	68,2	0,1	96,6
1989	136 381	-11,8	98,0	64,6	0,1	74,3
1990	152 905	12,1	98,1	68,5	0,3	83,1
1991	135 149	-11,6	98,8	63,1	-	-
1992	128 596	-4,8	98,9	64,2	-	100,0
1993	126 654	-1,5	98,6	63,6	1,0	62,2
1994	124 883	-1,4	98,3	62,3	1,4	57,0
1995	125 775	0,7	98,2	61,5	1,8	51,2
1996	134 903	7,3	98,4	63,2	1,5	55,0

Fonte: *Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social*

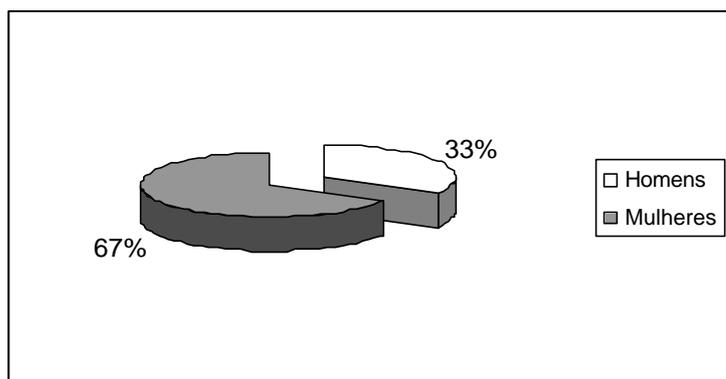
Nota: Nos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990 os valores do desemprego referem-se aos desempregados que usufruem de subsídio de desemprego.

Figura 1.1: Taxa de analfabetismo de homens e mulheres com 50 anos ou mais em 1991



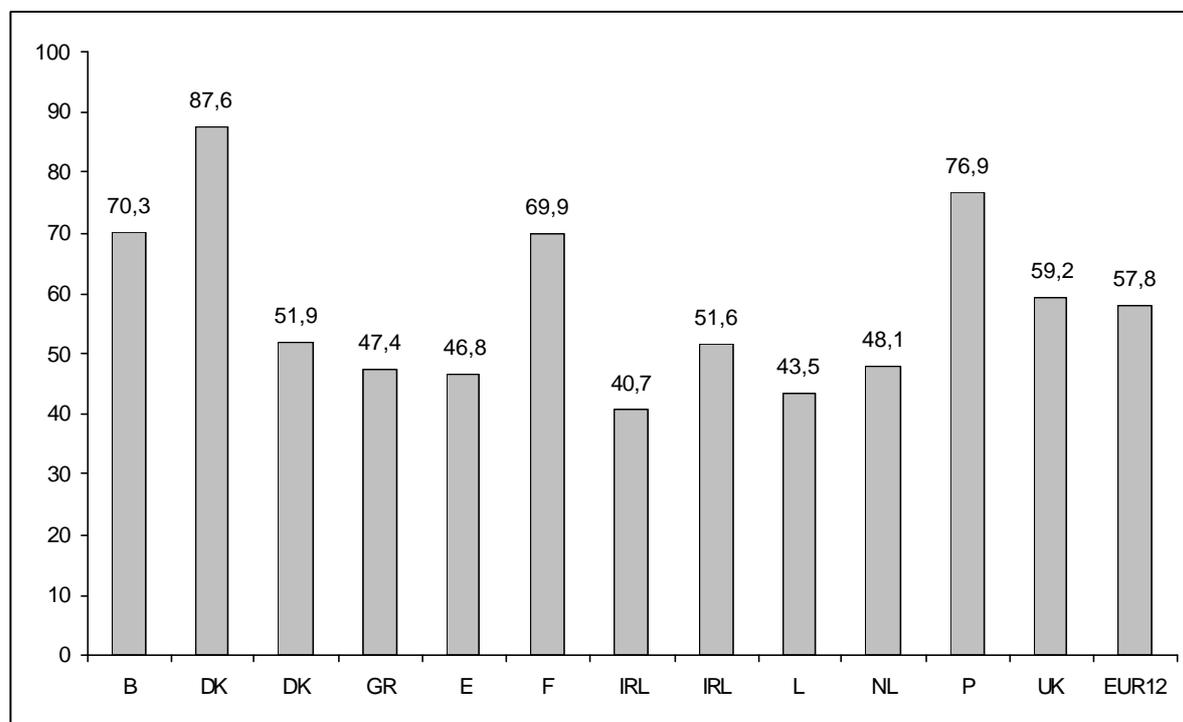
Fonte: (*Guerreiro e Romão, 1995*)

Figura 1.2: *Diplomados com idade entre 20-24 anos em 1991*



Fonte: (Guerreiro e Romão, 1995)

Figura 1.3: *Taxa de actividade das mães com idades entre 20-39 anos, 1994*



Fonte: *Commission européenne, Bulletin sur les femmes et l'emploi dans l'UE, Avril, 1995.*

Anexos 2

Quadro 2.1: População residente em 1960 e 1991, empregada, segundo o sector de actividade económica

Zona Geográfica	Sector de Actividade / Género	Portugal		Lisboa e Vale do Tejo		Cascais		Loures		Oeiras		Vila Franca de Xira	
		1960	1991	1960	1991	1960	1991	1960	1991	1960	1991	1960	1991
Primário	H	1338591	289490	76836	49173	1910	412	4498	828	1068	260	3012	468
	M	106426	156138	2520	24265	257	117	289	618	33	99	234	274
	T	1445017	445628	79356	73438	2167	529	4787	1446	1101	359	3246	742
Secundário	H	559127	1073047	108230	314725	3349	12441	3377	31757	8974	11602	5775	14058
	M	179358	490776	31297	115780	622	4470	1581	13282	2256	4213	938	4929
	T	738485	1563823	139527	430505	3971	16911	4958	45039	11230	15815	6713	18987
Terciário	H	810896	1114374	251776	473789	12787	26130	16814	55547	19301	26190	5287	13277
	M	321361	1005884	109464	449845	4907	26320	2733	51287	5826	27504	1327	13082
	T	1132257	2120258	361240	923634	17694	52450	19547	106834	25127	53694	6614	26359
Total	H	2708614	2476911	436842	837687	18046	38983	24689	88132	29343	38052	14074	27803
	M	607145	1652798	143281	589890	5786	30907	4603	65187	8115	31816	2499	18285
	T	3315759	4129709	580123	1427577	23832	69890	29292	153319	37458	69868	16573	46088

Fonte: INE, Censos de 1960 e 1991

Quadro 2.2: Tipologia de desempregados nos concelhos de Cascais e Oeiras

Concelho	Cascais								Oeiras					
	1960			1991			Var% 1960/1991	1960			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	total		H	M	total	H	M	Total	
Procura do 1º emprego	276	11	287	404	626	1 030	258,9	529	33	562	477	666	1 143	103,4
Procura de novo emprego	209	20	229	1 776	2 355	4 131	1 703,9	449	56	505	1 758	2 265	4 023	696,6
Total	485	31	516	2 180	2 981	5 161	900,2	978	89	1 067	2 235	2 931	5 166	384,1

Fonte: INE, Censos de 1960 e 1991

Quadro 2.3: Tipologia de desempregados nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira

Concelho	Loures							Vila Franca de Xira						
	1960			1991			Var% 1960/1991	1960			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	Total		H	M	total	H	M	Total	
Procura do 1º emprego	653	21	674	791	1 348	2 139	217,4	220	15	235	309	707	1 016	332,3
Procura de novo emprego	354	30	384	3 221	4 764	7 985	1 979,4	144	5	149	1 275	2 239	3 514	2 258,4
Total	1 007	51	1 058	4 012	6 112	10 124	856,9	364	20	384	1 584	2 946	4 530	1 079,7

Fonte: INE, Censos de 1960 e 1991

Quadro 2.4: *População residente em quatro concelhos da área metropolitana de Lisboa entre 1960 e 1998*

Concelho / Ano	1960			1981			1991			1998			Var% 1960/ 1998
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Oeiras	45 354	48 901	94 255	71 889	77 439	149 328	72 251	79 091	151 342	75 450	84 480	159 930	69,7
Cascais	28 311	31 306	59 617	67 872	73 626	141 498	73 461	79 833	153 294	79 080	87 190	166 270	178,9
Loures	51 127	50 997	102 124	136 226	140 241	276 467	157 388	164 770	322 158	170 070	180 780	350 850	243,6
Vila Franca Xira	20 313	20 281	40 594	43 704	44 489	88 193	50 927	52 644	103 571	56 300	59 200	115 500	184,5

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991; estimativas de 1998

Quadro 2.5: *População residente no concelho de Cascais por grupos etários entre 1960 e 1997*

Idade /Ano	1960			1981			1991			1997			Var % 1960/1991
	M	W	total	M	W	total	M	W	total	M	W	total	
Até 9	5 045	4 845	9 890	12 084	11 506	23 590	8 447	8 047	16 494	13 960	13 280	27 240	66,8
10 – 14	2 251	2 328	4 579	5 768	5 405	11 173	5 857	5 755	11 612				153,6
15 – 19	2 284	2 412	4 696	5 462	5 477	10 939	6 664	6 500	13 164	12 300	12 070	24 370	180,3
20 – 24	2 336	2 694	5 030	5 008	5 404	10 412	5 746	5 568	11 314				124,9
25 – 29	2 666	2 832	5 498	5 156	5 788	10 944	5 511	5 710	11 221				104,1
30 – 34	2 538	2 912	5 450	5 446	6 049	11 495	5 437	5 743	11 180				105,1
35 – 39	2 445	2 591	5 036	5 086	5 443	10 529	5 279	6 162	11 441				127,2
40 – 44	1 966	2 062	4 028	4 566	4 938	9 504	5 723	6 356	12 079	42 980	47 330	90 310	199,9
45 – 49	1 868	2 000	3 868	4 443	4 751	9 194	5 248	5 503	10 751				177,9
50 – 54	1 527	1 717	3 244	4 104	4 465	8 569	4 536	5 017	9 553				194,5
55 – 59	1 112	1 441	2 553	3 636	4 005	7 641	4 169	4 668	8 837				246,1
60 – 64	849	1 121	1 970	2 505	2 990	5 495	3 685	4 246	7 931				302,6
65 – 69	637	862	1 499	2 050	2 625	4 675	3 024	3 697	6 721	9 020	13 290	22 310	348,4
70 – 74	420	665	1 085	1 364	2 095	3 459	1 905	2 610	4 515				316,1
75 e +	367	824	1 191	1 194	2 685	3 879	2 230	4 251	6 481				444,2
Total	28 311	31 306	59 617	67 872	73 626	141 498	73 461	79 833	153 294	78 260	85 970	164 230	157,1

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991; estimativas de 1997

Quadro 2.6: População residente no concelho de Oeiras por grupos etários entre 1960 e 1997

Idade /Ano	1960			1981			1991			1997			Var % 1960/1991
	M	W	total	M	W	total	M	W	total	M	W	total	
Até 9	8 316	7 887	16 203	14 081	13 316	27 397	7 998	7 559	15 557	12 100	11 530	23 630	-4.0
10 – 14	3 396	3 256	6 652	5 807	5 580	11 387	6 203	5 968	12 171				83.0
15 – 19	3 396	3 289	6 685	5 206	5 220	10 426	7 059	6 888	13 947	12 540	12 520	25 060	108.6
20 – 24	3 591	4 403	7 994	4 778	5 431	10 209	5 467	5 518	10 985				37.4
25 – 29	5 224	5 568	10 795	5 666	6 891	12 557	4 777	5 063	9 840				-8.8
30 – 34	4 992	4 854	9 846	7 022	7 737	14 759	4 871	5 411	10 282				4.4
35 – 39	4 087	3 967	8 054	6 214	6 268	12 482	5 265	6 493	11 758				46.0
40 – 44	2 810	2 882	5 692	5 071	5 198	10 269	6 378	7 346	13 724	41 760	47 250	89 010	141.1
45 – 49	2 634	2 915	5 549	4 634	4 802	9 436	5 654	6 030	11 684				110.6
50 – 54	2 209	2 594	4 803	3 901	4 111	8 012	4 747	4 891	9 638				100.7
55 – 59	1 649	2 093	3 742	3 318	3 608	6 926	4 138	4 472	8 610				130.1
60 – 64	1 179	1 731	2 910	2 239	2 598	4 837	3 388	3 931	7 319				151.5
65 – 69	819	1 314	2 133	1 743	2 479	4 222	2 664	3 361	6 025				182.5
70 – 74	527	991	1 518	1 146	1 845	2 991	1 647	2 228	3 875	8 440	12 320	20 760	155.3
75 e +	525	1 157	1 682	1 063	2 355	3 418	1 995	3 932	5 927				252.4
Total	45 354	48 901	94 255	71 889	77 439	149 328	72 251	79 091	151 342	74 840	83 620	158 460	60.6

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991; estimativas de 1997

Quadro 2.7: População residente no concelho de Loures por grupos etários entre 1960 e 1997

Idade /Ano	1960			1981			1991			1997			Var % 1960/1991
	M	W	total	M	W	total	M	W	Total	M	W	Total	
Até 9	10 257	9 804	20 061	26 349	25 102	51 451	19 520	18 716	38 236	28 470	27 330	55 800	90.6
10 – 14	4 295	4 060	8 355	11 711	10 934	22 645	13 508	13 008	26 516				217.4
15 – 19	3 864	3 465	7 329	10 202	9 866	20 068	14 505	14 083	28 588	27 750	26 970	54 720	290.1
20 – 24	4 164	4 393	8 557	9 528	10 409	19 937	12 483	12 543	25 026				192.5
25 – 29	5 513	5 387	10 900	11 143	12 389	23 532	11 768	12 361	24 129				121.4
30 – 34	5 351	5 017	10 368	12 916	13 529	26 445	11 978	12 900	24 878				139.9
35 – 39	4 716	4 193	8 909	12 005	11 801	23 806	12 220	13 477	25 697				188.4
40 – 44	3 363	3 067	6 430	10 436	9 769	20 205	13 125	14 097	27 222	95 820	101 700	197 520	323.4
45 – 49	2 833	2 783	5 616	8 953	8 758	17 711	12 267	12 286	24 553				337.2
50 – 54	2 309	2 364	4 673	7 139	7 226	14 365	10 308	9 981	20 289				334.2
55 – 59	1 554	1 892	3 446	5 661	6 041	11 702	8 448	8 694	17 142				397.4
60 – 64	1 091	1 462	2 553	3 811	4 284	8 095	6 472	7 084	13 556				431.0
65 – 69	800	1 215	2 015	2 943	3 817	6 760	4 775	5 617	10 392				415.7
70 – 74	559	898	1 457	1 895	2 866	4 761	2 875	3 907	6 782	16 250	22 560	38 810	365.5
75 e +	458	997	1 455	1 534	3 450	4 984	3 136	6 016	9 152				529.0
Total	51 127	50 997	102 124	136 226	140 241	276 467	157 388	164 770	322 158	168 290	178 560	346 850	215.5

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991; estimativas de 1997

Quadro 2.8: População residente no concelho de Vila Franca de Xira por grupos etários entre 1960 e 1997

Idade /Ano	1960			1981			1991			1997			Var % 1960/1991
	M	W	total	M	W	total	M	W	total	M	W	total	
Até 9	3 164	3 085	6 249	8 549	7 834	16 383	6 615	6 350	12 965	9 750	9 570	19 320	107.5
10 – 14	1 613	1 523	3 136	3 355	3 280	6 635	4 606	4 325	8 931				184.8
15 – 19	1 616	1 494	3 110	3 081	3 021	6 102	4 523	4 206	8 729	9 510	9 040	18 550	180.7
20 – 24	1 786	1 713	3 499	3 100	3 498	6 598	3 530	3 749	7 279				108.0
25 – 29	2 020	1 845	3 865	3 881	4 250	8 131	3 854	4 180	8 034				107.9
30 – 34	1 860	1 770	3 630	4 031	3 871	7 902	4 262	4 526	8 788				142.1
35 – 39	1 714	1 627	3 341	3 418	3 346	6 764	4 354	4 699	9 053				171.0
40 – 44	1 357	1 261	2 618	3 111	2 899	6 010	4 263	4 098	8 361	31 040	32 590	63 630	219.4
45 – 49	1 298	1 337	2 635	2 721	2 693	5 414	3 469	3 391	6 860				160.3
50 – 54	1 124	1 186	2 310	2 288	2 319	4 607	3 026	2 909	5 935				156.9
55 – 59	1 000	985	1 985	1 974	2 046	4 020	2 496	2 650	5 146				159.2
60 – 64	678	754	1 432	1 441	1 532	2 973	2 024	2 201	4 225				195.0
65 – 69	439	630	1 069	1 143	1 447	2 590	1 653	1 873	3 526				229.8
70 – 74	332	502	834	838	1 094	1 932	1 033	1 307	2 340	5 180	6 990	12 170	180.6
75 e +	312	569	881	773	1 359	2 132	1 219	2 180	3 399				285.8
Total	20 313	20 281	40 594	43 704	44 489	88 193	50 927	52 644	103 571	55 480	58 190	113 670	155.1

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991; estimativas de 1997

Quadro 2.9: Nível de escolaridade no concelho de Cascais nos anos de 1960 e 1991

Nível de escolaridade/Ano	1960			1981			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Não sabe ler e escrever	4 216	7 073	11 289	11 602	15 030	26 632	5 567	8 112	13 679	21,2
Sabe ler e escrever s/ possuir curso	5 471	8 461	13 932	546	1 016	1 562	382	772	1 154	-91,7
Ens.básico (completo ou incompleto)	10 510	9 348	19 858	32 217	35 499	67 716	30 463	33 885	64 348	224,0
Ens.secundário (completo ou incompleto)	3 382	2 678	6 060	14 846	14 828	29 674	23 124	24 781	47 905	690,5
Ens..médio ou superior (completo ou inc.)*	1 157	273	1 430	4 666	3 883	8 549	12 273	10 694	22 967	1 506,1

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991

Legenda:

° Para 1960 os dados referem-se à população residente com 7 e mais anos

* Inclui cursos médios/bacharelatos/licenciaturas/mestrados/doutoramentos

Quadro 2.10: Nível de escolaridade no concelho de Oeiras nos anos de 1960 e 1991

Nível de escolaridade/Ano	1960			1981			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Não sabe ler e escrever	3 635	8 922	12 557	11 896	14 769	26 665	4 535	6 557	11 092	-11,7
Sabe ler e escrever s/ possuir curso	8 246	12 743	20 989	419	836	1 255	284	608	892	-95,8
Ens.básico (completo ou incompleto)	18 958	16 611	35 569	30 680	35 186	65 866	26 561	31 297	57 858	62,7
Ens.secundário (completo ou incompleto)	6 984	4 285	11 269	17 639	24 644	42 283	24 813	26 000	50 813	350,9
Ens.médio ou superior (completo ou inc.)*	1 263	394	1 657	6 161	5 432	11 593	14 568	13 175	27 743	1574,3

Fonte: INE, Censos de 1960, 1981 e 1991

Legenda:

° Para 1960 os dados referem-se à população residente com 7 e mais anos

* Inclui cursos médios/bacharelatos/licenciaturas/mestrados/doutoramentos

Quadro 2.11: *Nível de escolaridade no concelho de Loures nos anos de 1960 e 1991*

Nível de escolaridade/Ano	1960			1981			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Não sabe ler e escrever	7 796	14 056	21 852	24 431	32 667	57 098	13 022	20 119	33 141	51,7
Sabe ler e escrever s/ possuir curso	9 383	11 556	20 939	1 039	1 862	2 901	739	1 519	2 258	-89,2
Ens.básico (completo ou incompleto)	22 792	16 356	39 148	79 209	77 327	156 536	82 564	82 824	165 388	322,5
Ens.secundário (completo ou incompleto)	3 234	1 762	4 996	27 205	23 813	51 018	45 644	44 764	90 408	1 709,6
Ens.médio ou superior (completo ou inc.)*	398	82	480	3 484	4 090	7 574	12 749	13 100	25 849	5 285,2

Fonte: *INE, Censos de 1960, 1981 e 1991*

Legenda:

° Para 1960 os dados referem-se à população residente com 7 e mais anos

* Inclui cursos médios/bacharelatos/licenciaturas/mestrados/doutoramentos

Quadro 2.12: *Nível de escolaridade no concelho de Vila Franca de Xira nos anos de 1960 e 1991*

Nível de escolaridade/Ano	1960			1981			1991			Var% 1960/1991
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Não sabe ler e escrever	4 121	6 464	10 585	8 882	11 573	20 455	4 905	7 438	12 343	16,6
Sabe ler e escrever s/ possuir curso	3 842	4 424	8 266	452	620	1 072	314	449	763	-90,8
Ens.básico (completo ou incompleto)	8 360	6 405	14 765	24 355	24 430	48 785	26 187	27 095	53 282	260,9
Ens.secundário (completo ou incompleto)	1 564	743	2 307	9 051	6 891	15 942	15 811	13 901	29 712	1 187,9
Ens.médio ou superior (completo ou inc.)*	115	36	151	718	873	1 591	3 007	3 105	6 112	3 947,7

Fonte: *INE, Censos de 1960, 1981 e 1991*

Legenda:

° Para 1960 os dados referem-se à população residente com 7 e mais anos

* Inclui cursos médios/bacharelatos/licenciaturas/mestrados/doutoramentos

Quadro 2.13 : *Composição do agregado familiar nos concelhos de Cascais e Oeiras*

Concelho Famílias/Anos	Cascais			Oeiras		
	Var%			Var%		
	1960	1991	1960/1991	1960	1991	1960/1991
Núcleo familiar com 1 ou 2 membros	4 664	20 886	347,8	8195	20873	154,7
Núcleo familiar com 3 ou 4 membros	7 683	24 315	216,5	13654	24989	83,0
Núcleo familiar com mais de 5 membros	3 678	5 959	62,0	5526	5383	-2,6
Número total de famílias	16 025	51 160	219,3	27375	51 245	87,2

Fonte: *INE, Censos de 1960 e 1991*

Quadro 2.14: *Composição do agregado familiar nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira*

Concelhos	Loures			Vila Franca de Xira			
	Famílias/Anos	1960	1991	Var%	1960	1991	Var%
			1960/1991			1960/1991	
Núcleo familiar com 1 ou 2 membros	7 999	36 052	350,7	3 651	11 816	223,6	
Núcleo familiar com 3 ou 4 membros	14 965	57 042	281,1	6 035	18 870	212,7	
Núcleo familiar com mais de 5 membros	6 124	11 205	82,9	2 260	3 226	42,7	
Número total de famílias	29 088	104 299	258,5	11 946	33 912	183,9	

Fonte: *INE, Censos de 1960 e 1991*

Quadro 2.15: *População residente empregada por profissão principal, no concelho de Cascais*

Profissão/Ano	1991
Membros de corpos legislativos e quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas	5 142
Profissões intelectuais e científicas	7 953
Profissões técnicas intermédias	8 639
Empregados administrativos	10 923
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares	11 521
Trabalhadores da agricultura e da pesca	574
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	10 028
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	2 519
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	11 542
Forças armadas	1 049
Total	69 890

Fonte: *INE, Censos de 1991*

Quadro 2.16: *População residente empregada por profissão principal, no concelho de Oeiras*

Profissão/Ano	1991
Membros de corpos legislativos e quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas	4 862
Profissões intelectuais e científicas	10 502
Profissões técnicas intermédias	10 360
Empregados administrativos	14 300
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares	9 340
Trabalhadores da agricultura e da pesca	276
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	7 761
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	2 650
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	8 566
Forças armadas	1 250
Total	69 867

Fonte: *INE, Censos de 1991*

Quadro 2.17: *População residente empregada por profissão principal, no concelho de Loures*

Profissão/Ano	1991
Membros de corpos legislativos e quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas	6 514
Profissões intelectuais e científicas	9 138
Profissões técnicas intermédias	15 741
Empregados administrativos	25 335
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares	27 649
Trabalhadores da agricultura e da pesca	1 289
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	30 326
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	10 638
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	24 680
Forças armadas	2 009
Total	153 319

Fonte: *INE, Censos de 1991*

Quadro 2.18: *População residente empregada por profissão principal, no concelho de Vila Franca de Xira*

Profissão/Ano	1991
Membros de corpos legislativos e quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas	1 416
Profissões intelectuais e científicas	2 064
Profissões técnicas intermédias	4 379
Empregados administrativos	7 133
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares	7 531
Trabalhadores da agricultura e da pesca	432
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	10 100
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	4 099
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	8 006
Forças armadas	928
Total	46 088

Fonte: *INE, Censos de 1991*

Quadro 2.19: Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Cascais, em 1992

Ano	1992											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipa- mento	Capaci- dade	Utentes	Equipa- mento	Capacida- de	Utentes	Equipa- mento	Capacida- de	Utentes	Equipa- mento	Capaci- dade	Utentes
Educação pré-escolar				5	437	409				1	75	484
Centros de actividades de tempos livres	1	80	74	19	1 490	1 269				1	90	90
Colónias de férias	1	10	143									
Creches							2	50	46			
Creches e jardins de infância	2	373	292	17	1 629	1 619	3	262	155			
Creches familiares							2	32	32			
Lares e internatos para crianças e jovens				3	136	134						
Lares	2	147	142	4	542	526						
Centros de dia	2	280	276	10	675	699						
Centro de convívio												
Apoio domiciliário				6	170	213						
Lar residencial para pessoas com deficiência				2	51	51						
Centros de apoio socio educativo (def. visuais)	1	30	27									
Total	9	920	954	66	5130	4920	7	344	233	2	165	574

Fonte: IGFSS, Estatísticas de Segurança Social, 1992

Quadro 2.20: Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Cascais, em 1997

Ano	1997											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipa- mento	Capaci- dade	Utentes	Equipa- mento	Capacida- de	Utentes	Equipa- mento	Capacida- de	Utentes	Equipa- mento	Capaci- dade	Utentes
Educação pré-escolar				6	491	492				1	75	75
Centros de actividades de tempos livres	1	61	26	19	1 574	1 339				1	60	55
Colónias de férias				2	46	46						
Creches				1	25	25	9	257	257			
Creches e jardins de infância	2	373	331	17	1919	1873						
Creches familiares	1	7	27									
Lares e internatos para crianças e jovens				3	124	123						
Lares	2	409	408	4	515	516	1	22	22			
Centros de dia	2	428	118	12	774	473						
Centro de convívio				8	385	289						
Apoio domiciliário	1	38	38	8	422	422						
Lar residencial para pessoas com deficiência	1	34	34	3	66	63						
Centros de apoio socio educativo (def. Visuais)												
Total	10	1350	982	83	6341	5661	10	279	279	2	135	130

Fonte: IGFSS, Estatísticas de Segurança Social, 1997

Nota: O número de equipamentos socioeducativos (creches; creches e jardins de infância; creches familiares; educação pré-escolar) correspondem ao ano de 1996

Quadro 2.21 : Número total de equipamentos no concelho de Cascais nos anos de 1992 e 1997

Ano	1992			1997		
	Estabelecim.	Capacidade	Utentes	Estabelecim.	Capacidade	Utentes
Educação pré-escolar	6	512	893	7	566	567
Centros de actividades de tempos livres	21	1 660	1 433	21	1695	1 420
Colónias de férias	1	10	143	2	46	46
Creches	2	50	46	10	282	282
Creches e jardins de infância	22	2 264	2 066	19	2292	2204
Creches familiares	2	32	32	1	7	27
Lares e internatos para crianças e jovens	3	136	134	3	124	123
Lares	6	689	668	7	946	946
Centros de dia	12	955	975	14	1 202	591
Centro de convívio				8	385	289
Apoio domiciliário	6	170	213	9	460	460
Lar residencial para pessoas com deficiência	2	51	51	4	100	97
Centros de apoio socio educativo (def. Visuais)	1	30	27			
Total	84	6559	6681	105	8105	7052

Fonte: IGFSS, Estatísticas de segurança social, 1992 e1997

Quadro 2.22 :Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Oeiras, em 1992

Ano	1992											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Apartamentos de reinserção (toxico.)				2	17	12						
Educação pré-escolar				8	650	587						
Centros de actividades de tempos livres				16	1 156	833	4	174	139			
Creches							4	113	82			
Creches e jardins de infância				5	584	574	3	309	225			
Lares e internatos para crianças e jovens				2	48	47						
Lares	1	50	56	5	206	227	5	200	176			
Centros de dia				7	450	427						
Centro de convívio				4	270	227						
Apoio domiciliário				8	162	184						
CASE-deficiências múltiplas				1	120	107						
Centro de apoio socio ed./def. motora				1	51	51						
	1	50	56	59	3714	3276	16	796	622			

Fonte: IGFSS, Estatísticas de segurança social, 1992

Quadro 2.23: *Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Oeiras, em 1997*

Ano	1997											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Apartamentos de reinserção (toxic.)				1	7	7						
Educação pré-escolar				11	755	756						
Centros de actividades de tempos livres				20	1 405	1 205	6	234	211			
Centro de actividades ocupacionais				2	108	86				3	110	102
Creches							13	419	368			
Creches e jardins de infância				17	1641	1660						
Creches familiares												
Lares e internatos para crianças e jovens				2	47	49						
Lares	1	75	73	4	146	146	8	266	223			
Centros de dia				11	673	546						
Centro de convívio				9	425	307						
Apoio domiciliário				12	467	467						
Residências				1	8	8						
Lar residencial para pessoas com deficiência				2	33	31				1	30	26
Centros de apoio socioeducativo (def. visuais)												
Total	1	75	73	92	5715	5268	27	919	802	4	140	128

Fonte: IGFSS, Estatísticas de Segurança Social, 1997.

Nota: O número de equipamentos socioeducativos (creches; creches e jardins de infância ; creches familiares; educação pré-escolar) correspondem ao ano de 1996.

Quadro 2.24: *Número total de equipamentos no concelho de Oeiras nos anos de 1992 e 1997*

Ano	1992			1997		
	Estabelecim.	Capacidade	Utentes	Estabelecim.	Capacidade	Utentes
Apartamentos de reinserção (toxic.)	2	17	12	1	7	7
Educação pré-escolar	8	650	587	11	755	756
Centros de actividades de tempos livres	20	1330	972	26	1639	1416
Centro de actividades ocupacionais				5	218	188
Creches	4	113	82	13	419	368
Creches e jardins de infância	8	893	799	17	1641	1660
Creches familiares						
Lares e internatos para crianças e jovens	2	48	47	2	47	49
Lares	11	456	459	13	487	442
Centros de dia	7	450	427	11	673	546
Centro de convívio	4	270	227	9	425	307
Apoio domiciliário	8	162	184	12	467	467
CASE- deficiências múltiplas	1	120	107			
Centro de apoio socio ed./def. Motora	1	51	51			
Residências				1	8	8
Lar residencial para pessoas com deficiência				3	63	57
Total	76	4560	3954	124	6849	6271

Fonte: IGFSS, Estatísticas de Segurança Social, 1992 e 1997

Quadro 2.25: *Serviços de cuidados pessoais e domésticos apurados nas “Páginas Amarelas” nos concelhos de Cascais, Oeiras, Loures e Vila Franca de Xira*

<i>Serviços</i>	Cascais		Oeiras		Loures		V. Franca de Xira	
Infantários	7		6		9		4	
Creches	5				3		1	
Creches e Jardins de Infância	5		2		3		2	
Colégios	3							
Externatos	3		2		8			
Centro de Ocupação de Tempos livres			1		1		1	
Outros equipamentos de apoio às crianças	5		8		2		6	
Serviços de cuidados pessoais - crianças	15,4%	28	15,9%	18	15,0%	26	21,5%	14
Lares	17		7		12		4	
Casas de Repouso	6		5		9			
Residências	2				1			
Intituições humanitárias					3		3	
Centro de reabilitação					1			
Centro de convívio					2			
Serviços de cuidados pessoais - idosos	13,7%	25	10,6%	12	16,2%	28	10,8%	7
Pronto-a-Comer	12		19		13		6	
Churrasqueiras	11		4		12		3	
Pizarias	1						1	
Chinês expresso	1							
Alimentação – take away	13,7%	25	20,4%	23	14,5%	25	15,4%	10
Limpeza de casas e escritórios	13		10		25		8	
Limpeza de alcatifas	1		1		2			
Limpeza de chaminés	1							
Construção e conservação de jardins	14		5		4		1	
Limpeza e manutenção doméstica	15,9%	29	14,2%	16	17,9%	31	13,8%	9
Reparação de electrodomésticos	22		13		25		10	
Reparação de estores e persianas			1		2			
Reparação de esquentadores	8				3		1	
Reparação de frigoríficos	4		3		2		1	
Instalação e reparação de gás	1				1			
Limpeza e reparação de móveis e mobílias	1		2					
Reparações no domicílio	2							
Reparações de electrónica			1				1	
Reparação de fogões					1			
Reparação de televisões	14		7		25		10	
Reparação de vídeos	1							
Pequenas reparações domésticas	29,2%	53	23,9%	27	34,1%	59	35,4%	23
Org. e serviços de congressos e festas	12,1%	22	15%	17	2,3%	4	3,1%	2
Totais		182		113		173	100%	65

Fonte: *Páginas amarelas na Internet. Listas de 1999. Pesquisa efectuada por concelhos.*

Quadro 2.26: *Número de equipamentos e serviços nos concelhos de Cascais e Oeiras*

Concelho de Cascais		Concelho de Oeiras	
Serviços e equipamentos para crianças e jovens	total	Serviços e equipamentos para crianças e jovens	Total
Creches	23	Creches	26
Estabelecimentos de educação pré-escolar	27	Estabelecimentos de educação pré-escolar	28
Centro de actividade de tempos livres	20	Centro de actividade de tempos livres	19
Lar de crianças e jovens	1	Lar de crianças e jovens	1
Centro de Férias	1	Centro de Férias	1
Ama	2	Ama	
Centro de acolhimento temporário	1	Centro de acolhimento temporário	1
Total de valências	75	Total de valências	76
Total de equipamentos	41	Total de equipamentos	40
Serviços e equipamentos para idosos		Serviços e equipamentos para idosos	
	total		Total
Lar para idosos	6	Lar para idosos	9
Centro de dia	16	Centro de dia	10
Serviço de apoio domiciliário	11	Serviço de apoio domiciliário	11
Centro de convívio	11	Centro de convívio	9
Residência	1	Residência	
Acolhimento familiar	1	Acolhimento familiar	
Total de valências	46	Total de valências	39
Total de equipamentos	25	Total de equipamentos	25
Serviços e equipamentos para a família e comunidade		Serviços e equipamentos para a família e comunidade	
	total		Total
Atendimento / Acompanhamento social	5	Atendimento / Acompanhamento social	3
Centro comunitário	5	Centro comunitário	1
Refeitório/Cantina social	2	Refeitório/Cantina social	
Total de valências	12	Total de valências	4
Total de equipamentos	8	Total de equipamentos	3
Serviços e equipamentos para toxicodependentes			
	total		
Equipamento de apoio social directo	1		
Total de valências	1		
Total de equipamentos	1		
Serviços e equip. p/ pessoas infectadas o vírus da Sida e suas famílias			
	total		
Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	1		
Serviço de apoio social	1		
Residência	1		
Total de valências	3		
Total de equipamentos	1		

Fonte: *Carta Social de serviços e equipamentos de acção social, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do MTS, 1999*

Quadro 2.27: Número de equipamentos e serviços nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira

Concelho de Loures		Concelho de Vila Franca de Xira	
Serviços e equipamentos para crianças e jovens	total	Serviços e equipamentos para crianças e jovens	Total
Creches	35	Creches	17
Estabelecimentos de educação pré-escolar	50	Estabelecimentos de educação pré-escolar	23
Centro de actividade de tempos livres	52	Centro de actividade de tempos livres	29
Lar de crianças e jovens	3	Lar de crianças e jovens	
Centro de férias	1	Centro de férias	
Ama		Ama	
Creche familiar	4	Creche familiar	4
Acolhimento familiar	1	Acolhimento familiar	1
Adopção	1	Adopção	
Centro de acolhimento temporário	1	Centro de acolhimento temporário	1
Total de valências	148	Total de valências	58
Total de equipamentos	91	Total de equipamentos	49
Serviços e equipamentos para idosos		Serviços e equipamentos para idosos	
	total		Total
Lar para idosos	17	Lar para idosos	7
Centro de dia	20	Centro de dia	10
Serviço de apoio domiciliário	19	Serviço de apoio domiciliário	11
Centro de convívio	30	Centro de convívio	6
Residência	2	Residência	13
Acolhimento familiar		Acolhimento familiar	
Centro de férias	1	Centro de férias	
Total de valências	89	Total de valências	47
Total de equipamentos	56	Total de equipamentos	31
Serviços e equipamentos para a família e comunidade		Serviços e equipamentos para a família e comunidade	
	total		Total
Atendimento / Acompanhamento social	11	Atendimento / Acompanhamento social	4
Centro comunitário	1	Centro comunitário	1
Refeitório/Cantina social	3	Refeitório/Cantina social	1
Comunidades de inserção	2	Comunidades de inserção	
Centro de alojamento temporário	2	Centro de alojamento temporário	
Total de valências	19	Total de valências	6
Total de equipamentos	14	Total de equipamentos	6
Serviços e equipamentos para toxicodependentes		Serviços e equipamentos para toxicodependentes	
	total		total
Equipamento de apoio social directo	2	Equipamento de apoio social directo	1
Apartamentos de reinserção social	4	Apartamentos de reinserção social	
Total de valências	6	Total de valências	1
Total de equipamentos	6	Total de equipamentos	1

Fonte: Carta Social de serviços e equipamentos de acção social, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do MTS, 1999

Quadro 2.28: Pessoal ao serviço no concelho de Cascais segundo actividade económica, nos anos de 1995 e 1997

CAE	1995						1997						Var. % 1995/ 1997
	Número			Percentagem			Número			Percentagem			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Reparação de bens pessoais e domésticos	43	33	76	0,2	0,2	0,2	42	9	51	0,2	0,1	0,2	-32,9
Cantinas e fornecim. refeições ao domicílio	24	127	151	0,1	0,9	0,5	36	106	142	0,2	0,7	0,4	-6,0
Ensino pré-escolar e básico (1º ciclo)	49	432	481	0,3	3,1	1,5	41	567	608	0,2	3,7	1,8	26,4
Actividades de acção social	101	871	972	0,6	6,2	3,0	146	945	1091	0,8	6,1	3,2	12,2
Total de pessoas ao serviço nos 4 sectores	217	1 463	1 680	1,2	10,5	5,2	265	1 627	1 892	1,4	10,5	5,6	12,6
Total de pessoas ao serviço no concelho	18086	13 946	32 032	100	100	100	18 500	15 445	33 945	100	100	100	6,0

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1995 e 1997*

Quadro 2.29 : Pessoal ao serviço no concelho de Oeiras segundo actividade económica, nos anos de 1995 e 1997

CAE	1995						1997						Var. % 1995/ 1997
	Número			Percentagem			Número			Percentagem			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Reparação de bens pessoais e domésticos	78	8	86	0,4	0,1	0,2	38	9	47	0,1	0,1	0,1	-45,3
Cantinas e fornecim. refeições ao domicílio	118	341	459	0,5	2,6	1,3	117	512	629	0,5	3,1	1,5	37,0
Ensino pré-escolar e básico (1º ciclo)	41	286	327	0,2	2,2	0,9	31	457	488	0,1	2,7	1,2	49,2
Actividades de acção social	44	588	632	0,2	4,5	1,8	55	700	755	0,2	4,2	1,8	19,5
Total de pessoas ao serviço nos 4 sectores	281	1 223	1 504	1,3	9,3	4,3	241	1 678	1 919	0,9	10,1	4,5	27,6
Total de pessoas ao serviço no concelho	21 535	13 085	34 620	100	100	100	25 710	16 689	42 399	100	100	100	22,5

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1995 e 1997*

Quadro 2.30: *Pessoal ao serviço no concelho de Cascais nos anos de 1993 e 1997, por CAE e sexo*

Ano	Serviços	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	% de homens	% de mulheres
1993	Estabelecimentos de ensino infantil	45	572	617	7,3	92,7
1997	Educação pré-escolar	29	466	495	5,9	94,1
1993	Inst. de assistência c/internam. e semi-internam.	18	247	265	6,8	93,2
1993	Instituições de assistência s/ internamento	9	97	106	8,5	91,5
1993	Instituições de assistência social n.e.	86	155	241	35,7	64,3
1993	Total	113	499	612	18,5	81,5
1997	Acção social p/ a infância e juventude, c/ alojamento	3	42	45	6,7	93,3
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, c/ internam.	1	52	53	1,9	98,1
1997	Acção social p/ pessoas idosas, com alojamento	9	127	136	6,6	93,4
1997	Acção social com alojamento, n.e	2	16	18	11,1	88,9
1997	Acção social p/ a infância e juventude, sem alojamento	43	425	468	9,2	90,8
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, s/ internam.	2	6	8	25,0	75,0
1997	Acção social p/ pessoas idosas, sem alojamento	7	52	59	11,9	88,1
1997	Total	67	720	787	8,5	91,5
1993	Reparação de calçado e artigos de couro	3		3	100	
1993	Reparação de aparelhos eléctricos	42	14	56	75,0	25,0
1993	Reparação de relógios e objectos de joalheria					
1993	Outros serviços de reparação n.e.	2	1	3	66,7	33,3
1993	Total	47	15	62	75,8	24,2
1997	Reparação de calçado e artigos de couro	13		13	100	
1997	Reparação de aparelhos eléctricos	26	8	34	76,5	23,5
1997	Reparação de relógios e objectos de joalheria					
1997	Reparação de bens pessoais e domésticos	3	1	4	75,0	25,0
1997	Total	42	9	51	82,4	17,6
1993	Lavandarias e tinturarias	20	57	77	26,0	74,0
1997	Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	30	120	150	20,0	80,0
1997	Cantinas	22	88	110	20,0	80,0
1997	Fornecimento de refeições ao domicílio	14	18	32	43,8	56,3
1997	Total	36	106	142	25,4	74,6

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1993 e 1997*

Quadro 2.31: *Pessoal ao serviço no concelho de Oeiras nos anos de 1993 e 1997, por CAE e sexo*

Ano	Serviços	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	% de homens	% de mulheres
1993	Estabelecimentos de ensino infantil	23	247	270	8,5	91,5
1997	Educação pré-escolar	22	405	427	5,2	94,8
1993	Inst. de assistência c/internam. e semi-internamento	57	253	310	18,4	81,6
1993	Instituições de assistência s/ internamento	1	9	10	10,0	90,0
1993	Instituições de assistência social n.e.	2	35	37	5,4	94,6
1993	Total	60	297	357	16,8	83,2
1997	Acção social p/ a infância e juventude, com alojam.		1	1		100
1997	Acção social p/ pessoas c/ deficiência, c/ internam.					
1997	Acção social p/ pessoas idosas, com alojamento	12	121	133	9,0	91,0
1997	Acção social com alojamento, n.e.	1	63	64	1,6	98,4
1997	Acção social p/ a infância e juventude, s/ alojamento	321	5	326	98,5	1,5
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, s/internamento	98	17	115	85,2	14,8
1997	Acção social p/ pessoas idosas, sem alojamento	25	4	29	86,2	13,8
1997	Total	457	211	668	68,4	31,6
1993	Reparação de calçado e artigos de couro	12	2	14	85,7	14,3
1993	Reparação de aparelhos eléctricos	52	8	60	86,7	13,3
1993	Reparação de relógios e objectos de joalheria					
1993	Outros serviços de reparação n.e.	9	5	14	64,3	35,7
1993	Total	73	15	88	83,0	17,0
1997	Reparação de calçado e artigos de couro	1	1	2	50,0	50,0
1997	Reparação de aparelhos eléctricos	34	7	41	82,9	17,1
1997	Reparação de relógios e objectos de joalheria	3	1	4	75,0	25,0
1997	Reparação de bens pessoais e domésticos					
1997	Total	38	9	47	80,9	19,1
1993	Lavandarias e tinturarias	4	58	62	6,5	93,5
1997	Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	24	134	158	15,2	84,8
1997	Cantinas	110	502	612	18,0	82,0
1997	Fornecimento de refeições ao domicílio	7	10	17	41,2	58,8
1997	Total	117	512	629	18,6	81,4

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1993 e 1997*

Quadro 2.32: *Número de trabalhadores com profissões relacionadas com os serviços de apoio às famílias, nos concelhos de Cascais e Oeiras em 1991*

Profissões CIP (Censos de 1991)		Cascais			Oeiras		
		H	M	total	H	M	total
1318	Dirigentes de empresas de serviços pessoais e domésticos (pequenas empresas)	22	20	42	22	12	34
3231	Enfermeiros	87	653	740	121	676	797
3320	Pessoal docente do ensino pré-primário	24	380	404	8	439	447
5121	Ecónomos, governantas e trabalhadores similares	105	89	194	45	36	81
5122	Cozinheiros	426	854	1280	180	633	813
5123	Empregados de mesa e trabalhadores similares	1778	878	2656	795	561	1356
5131	Vigilantes de crianças	12	179	191	16	176	192
5132	Ajudantes de serviços de saúde	127	241	368	95	260	355
5133	Agentes domiciliários (educadores sociais)	4	18	22		7	7
5139	Vigilantes de crianças e damas de companhia não classificados em outra parte	7	82	89	1	39	40
5142	Damas de companhia e empregadas de quarto – casas particulares		5	5		3	3
5149	Trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos não classificados em outra parte	21	6	27	6	3	9
7136	Canalizadores e montadores de tubagens	281	6	287	148	4	152
7137	Electricistas da construção civil	233	7	240	173	5	178
7141	Pintores da construção civil	563	15	578	281	2	283
7142	Pintores à pistola e trabalhadores similares	217	12	229	153	8	161
7242	Montadores-reparadores de aparelhagem electrónica	149	17	166	192	14	206
7243	Reparadores de aparelhos receptores de radio e televisão	33	1	34	33		33
9113	Vendedores ao domicílio ou por telefone	72	58	130	61	42	103
9131	Pessoal de limpeza de casas particulares e trabalhadores similares	185	4089	4274	99	2558	2657
9132	Pessoal de limpeza de escritórios, hotéis e trabalhadores similares	199	1577	1776	112	1132	1244
9133	Lavadeiros e engomadores de roupa	17	174	191	9	104	113
<i>Total</i>		4 562	9 361	13 923	2 551	6 714	9 265

Fonte: *INE, Censos 1991*

Quadro 2.33 : Colocações efectuadas em 1996, por CAE e Concelho

CNP	Designação	Cascais	Oeiras	Loures	Vila Franca de Xira
0/1	Profissões científicas, técnicas e artísticas	28	12	15	10
3	Pessoal administrativo e trab. similares	156	46	184	124
4	Pessoal do comércio e vendedores	65	22	49	44
5	Pessoal dos serviços e trabalhadores similares	233	29	139	52
6	Agricultores, trabalhadores agrícolas e pescadores	5	1	3	3
7-0	Encarregados e trabalhadores similares	2		3	3
7-1	Mineiros, trabalhadores de pedreiras, perfuradores e similares			1	
7-5	Trabalhadores têxteis e trabalhadores similares				1
7-7	Trabalhadores do fabrico de produtos alimentares e bebidas	6		8	1
7-9	Alfaiates, costureiras e trabalhadores similares	3	4	30	11
8-0	Trabalhadores do calçado e artigos de couro	1		1	
8-1	Marceneiros, carpinteiros, corticeiros e similares	3	2	15	3
8-3	Forjadores, serralheiros mecânicos, oper. de máq. ferram. e similares	4	1	2	10
8-4	Ajustadores e reparadores de máquinas e motores	8	3	25	6
8-5	Electricistas e trabalhadores similares de electricidade e electrónica	16	9	27	12
8-6	Operadores de estação de rádio e televisão e similares		1		
8-7	Serralheir. civis, montadores estrut. met., canaliz. e soldadores	12	2	44	19
8-9	Vidreiros, oleiros e trabalhadores similares		1	1	
9-2	Compositores, tipógrafos, encardadores e similares	1		21	4
9-3	Pintores e trabalhadores similares	4	2	11	7
9-5	Pedreiros, carpinteiros e trabalhadores da construção civil e naval	14	6	21	4
9-6	Condutores de máquinas e de instalações fixas				3
9-7	Embaladores, carregadores, condutores máq. de elevação e escavação	4	1	18	20
9-8	Condutores de veículos de transportes e similares	31	10	59	14
9-9	Trabalhadores indiferenciados não classificados em outra parte	110	20	187	171
	Total	706	172	864	522

Fonte: IEFPP – Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Quadro 2.34: Número de programas de apoio à criação de postos de trabalho aprovados em 1996, por CAE e por Concelho

CAE	Cascais			Oeiras			Loures			Vila Franca de Xira		
	CPE	AC	ACPE	CPE	AC	ACPE	CPE	AC	ACPE	CPE	AC	ACPE
Actividades mal definidas								1				
Agricultura e pecuária								1				
Indústrias de alimentação					1			4				
Indústrias de alimentação								1				
Indústrias têxteis							3		1			
Fab.artigos vestuário							3	16				
Ind.madeira, fabrico de artefactos de madeira		1					2					
Fabricação mobiliário, excep. metálico e plást.					1		3	8				
Indústrias do papel					8			9				
Artes gráficas e edição de publ.		4		4	1			3	1			
Fabricação prod.químicos indust.								5				
Fabricação outros produtos quim.		2										
Fabric.artigos de matérias plásticas								1				
Fabricação vidro e artigos de vidro					2							
Ind. básicas de metais não ferrosos					1							
Fab. produtos metálicos		1			1			30				
Fabricação de máquinas não eléctricas	1						5	3		1		
Fabricação de máquinas eléctricas							3	2				
Construção material de transporte								2				
Electricidade, gás e vapor		1										
Construção e obras públicas	1	2			1		9	14				
Comércio por grosso	3	2		2	6		6	8				
Comércio a retalho	10	22		17	16		30	28				
Restaurantes, cafés e actividades simil.		3			9		15	11				
Hotéis, pensões, parques de campismo					1							
Transportes terrestres				3			4	11				
Serviços relacionados com transportes		2		1				1				
Comunicações								5				
Seguros							1					
Operações sobre imóveis		1					1					
Serviços prestados às empresas	6	20		12	36		13	38				
Aluguer de máquinas equipamento					3							
Serviços gerais							1	3				
Administração-saúde		3			4							
Administração da habitação e desenv.colectivo		3										
Outros serviços colectivos e sociais					2							
Serviços de saneamento e limpeza								8				
Serviços de educação							1	3				
Serviços de saúde e veterinários	1						1	3				
Instituições humanitárias e ass.sociais								2				
Outros serviços prestados à colectividade		1										
Cinema, teatro, rádio, tv							2					
Divertimentos e serviços recreativos		1										
Serviços de reparação diversos		3			2		3	4		1		
Lavandarias e tinturarias	1				3							
Serviços pessoais diversos	1			1			1	4	1			
Total	24	72	0	40	98	0	107	229	3	2	0	0

Fonte: IEFP – Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Legenda: CPE – Criação do próprio emprego; AC – Apoio à contratação; ACPE – Apoio à criação do próprio emprego

Quadro 2.35: Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Loures, em 1992

Ano	1992											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Unid. terapeut.-toxic.				1	40	35						
Educação pré-escolar	1	110	103	8	407	401						
Centros de actividades de tempos livres	4	100	93	22	1 286	1 235						
Creches				6	147	147	5	97	97			
Creches e jardins de infância				16	1 536	1 491	5	427	408			
Lares e internatos para crianças e jovens				3	243	236						
Lares	2	230	91	12	655	583	5	139	139			
Centros de dia	2	70	34	11	630	529						
Centro de convívio	1	80	85	10	860	586						
Apoio domiciliário				14	130	300						
Residências				2	13	12						
Total	10	590	406	105	5934	5555	15	663	644			

Fonte: IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1992

Quadro 2.36: Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Loures, em 1997

Ano	1997											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Apartamentos de reinserção (toxic.)							1	6	6			
Unid. terapeut.-toxic.				2	68	59						
Educação pré-escolar				8	407	379						
Centros de actividades de tempos livres	1	42	10	29	1 768	1 448						
Creches				1	50	50	13	344	245			
Creches e jardins de infância	1	145	141	16	1510	1489				1	95	88
Creches familiares	1	22	88	2	20	80						
Lares e internatos para crianças e jovens				4	215	218						
Lares	1	90	90	13	679	648	4	124	120			
Centros de dia	1	30	25	16	970	635						
Centro de convívio	1	80	35	18	2 095	675						
Apoio domiciliário	1	25	25	18	513	513						
Residências				2	23	23						
Total	8	434	414	129	8318	6217	18	474	365	1	95	88

Fonte: IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1997

Nota: O número de equipamentos socioeducativos (creches; creches e jardins de infância ; creches familiares; educação pré-escolar) correspondem ao ano de 1996

Quadro 2.37: *Número total de equipamentos no concelho de Loures nos anos de 1992 e 1997*

Ano	1992			1997		
	Estabelecim.	Capacidade	Utentes	Estabelecim.	Capacidade	Utentes
Apartamentos de reinserção (toxic.)				1	6	6
Unid. Therapeut.-toxic.	1	40	35	2	68	59
Educação pré-escolar	9	517	504	8	407	379
Centros de actividades de tempos livres	26	1 386	1 328	30	1810	1 458
Creches	11	244	244	14	394	295
Creches e jardins de infância	21	1 963	1 899	18	1750	1718
Creches familiares				3	42	168
Lares e internatos para crianças e jovens	3	243	236	4	215	218
Lares	19	1 024	813	18	893	858
Centros de dia	13	700	563	17	1 000	660
Centro de convívio	11	940	671	19	2 175	710
Apoio domiciliário	14	130	300	19	538	538
Residências	2	13	12	2	23	23

Fonte: *IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1992 e 1997*

Quadro 2.38: *Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Vila Franca de Xira, em 1992*

Ano	1992											
	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
Entidades Prestadoras	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Educação pré-escolar				2	124	124						
Centros de actividades de tempos livres				12	1 874	1 758	1	22	22	1	75	73
Creches							1	22	5			
Creches e jardins de infância				12	1 685	1 659				1	100	100
Lares				6	237	236						
Centros de dia				7	397	367						
Centro de convívio				2	55	53						
Apoio domiciliário				8	166	231						
Residências				2	26	26						
Total				51	4564	4454	2	44	27	2	175	173

Fonte: *IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1992*

Quadro 2.39: *Número de equipamentos e serviços de acção social, segundo as entidades prestadoras no concelho de Vila Franca de Xira, em 1997*

Ano				1997								
Entidades Prestadoras	Estado			IPSS			Privado			Cooperativas		
	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes	Equipament	Capacidade	Utentes
Educação pré-escolar				1	50	50						
Centro de actividades ocupacionais										2	152	76
Centros de actividades de tempos livres	1	60	36	21	1 545	1 441	1	22	16	1	65	65
Creches				1	110	110						
Creches e jardins de infância				12	2062	1967						
Creches familiares				4	67	261						
Lares				6	268	262						
Centros de dia				9	547	487						
Centro de convívio				2	190	135						
Apoio domiciliário				11	380	380						
Residências				1	12	12						
Total	1	60	36	68	5231	5055	1	22	16	3	217	141

Fonte: *IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1997*

Nota: O número de equipamentos socioeducativos (creches; creches e jardins de infância ; creches familiares; educação pré-escolar) correspondem ao ano de 1996

Quadro 2.40: *Número total de equipamentos no concelho de Vila Franca de Xira nos anos de 1992 e 1997*

Ano	1992			1997		
	Estabelecim.	Capacidade	Utentes	Estabelecim	Capacidade	Utentes
Educação pré-escolar	2	124	124	1	50	50
Centros de actividades ocupacionais				2	152	76
Centros de actividades de tempos livres	24	1 971	1 853	24	1 692	1 558
Creches	1	22	5	1	110	110
Creches e jardins de infância	13	1 785	1 759	12	2062	1967
Creches familiares				4	67	261
Lares	6	237	236	6	268	262
Centros de dia	7	397	367	9	547	487
Centro de convívio	2	55	53	2	190	135
Apoio domiciliário	8	166	231	11	380	380
Residências	2	26	26	1	12	12
Total	65	4783	4654	73	5530	5298

Fonte: *IGFSS, Estatísticas da Segurança Social, 1992 e 1997*

Quadro 2.41: *Pessoal ao serviço no concelho de Loures segundo actividade económica, nos anos de 1995 e 1997*

CAE	1995						1997						Var. % 1995/ 1997
	Número			Percentagem			Número			Percentagem			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Reparação de bens pessoais e domésticos	37	17	54	0,1	0,1	0,1	38	16	54	0,1	0,1	0,1	0,0
Cantinas e fornecim. refeições ao domicílio	124	445	569	0,3	2,1	1,0	112	404	516	0,3	1,9	0,9	-9,3
Ensino pré-escolar e básico (1º ciclo)	28	474	502	0,1	2,2	0,8	41	552	593	0,1	2,6	1,0	18,1
Actividades de acção social	77	505	582	0,2	2,4	1,0	70	658	728	0,2	3,1	1,2	25,1
Total de pessoas ao serviço nos 4 sectores	266	1 441	1 707	0,7	6,7	2,9	261	1 630	1 891	0,7	7,6	3,2	10,8
Total de pessoas ao serviço no concelho	37 835	21 477	59 312	100	100	100	38 520	21 316	59 836	100	100	100	0,9

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1995 e 1997*

Quadro 2.42 : *Pessoal ao serviço no concelho de Vila Franca de Xira segundo actividade económica, nos anos de 1995 e 1997*

CAE	1995						1997						Var. % 1995/ 1997
	Número			Percentagem			Número			Percentagem			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Reparação de bens pessoais e domésticos	12	2	14	0,1	0,0	0,1	14	4	18	0,1	0,1	0,1	28,6
Cantinas e fornecim.refeições ao domicílio	61	250	311	0,5	3,7	1,6	10	172	182	0,1	2,2	0,8	-41,5
Ensino Pré-escolar e básico (1º ciclo)	18	509	527	0,1	7,6	2,7	13	298	311	0,1	3,8	1,4	-41,0
Actividades de acção social	18	389	407	0,1	5,8	2,0	55	878	933	0,4	11,1	4,2	129,2
Total de pessoas ao serviço nos 4 sectores	109	1 150	1 259	0,8	17,2	6,3	92	1 352	1 444	0,6	17,1	6,4	14,7
Total de pessoas ao serviço no concelho	13 198	6 687	19 885	100	100	100	14 554	7 905	22 459	100	100	100	12,9

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1995 e 1997*

Quadro 2.43: *Pessoal ao serviço no concelho de Loures nos anos de 1993 e 1997, por CAE e sexo*

Ano	Serviços	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	% de homens	% de mulheres
1993	Estabelecimentos de ensino infantil	13	282	295	4,4	95,6
1997	Educação pré-escolar	26	421	447	5,8	94,2
1993	Inst. de assistência c/internamento e semi-internam.	38	377	415	9,2	90,8
1993	Instituições de assistência s/ internamento		29	29		100
1993	Instituições de assistência social n.e.	23	9	32	71,9	28,1
1993	Total	61	415	476	12,8	87,2
1997	Acção social p/ a infância e juventude, com alojamento	1	13	14	7,1	92,9
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, c/ internamento					
1997	Acção social p/ pessoas idosas, com alojamento	17	198	215	7,9	92,1
1997	Acção social com alojamento, n.e.	4	67	71	5,6	94,4
1997	Acção social p/ a infância e juventude, sem alojamento	21	252	273	7,7	92,3
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, s/internamento					
1997	Acção social p/ pessoas idosas, sem alojamento	3	64	67	4,5	95,5
1997	Total	46	594	640	7,2	92,8
1993	Reparação de calçado e artigos de couro	5		5	100	
1993	Reparação de aparelhos eléctricos	66	11	77	85,7	14,3
1993	Reparação de relógios e objectos de joalheria		1	1		100
1993	Outros serviços de reparação n.e.	98	17	115	85,2	14,8
1993	Total	169	29	198	85,4	14,6
1997	Reparação de calçado e artigos de couro	6	3	9	66,7	33,3
1997	Reparação de aparelhos eléctricos	31	12	43	72,1	27,9
1997	Reparação de relógios e objectos de joalheria		1	1		100
1997	Reparação de bens pessoais e domésticos	1		1	100	
1997	Total	38	16	54	70,4	29,6
1993	Lavandarias e tinturarias	60	208	268	22,4	77,6
1997	Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	77	201	278	27,7	72,3
1997	Cantinas	39	337	376	10,4	89,6
1997	Fornecimento de refeições ao domicílio	73	67	140	52,1	47,9
1997	Total	112	404	516	21,7	78,3

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1993 e 1997*

Quadro 2.44: *Pessoal ao serviço no concelho de Vila Franca de Xira nos anos de 1993 e 1997, por CAE e sexo*

Ano	Serviços	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	% de homens	% de mulheres
1993	Estabelecimentos de ensino infantil	11	413	424	2,6	97,4
1997	Educação pré-escolar	9	268	277	3,2	96,8
1993	Inst. de assistência c/internamento e semi-internam.	8	355	363	2,2	97,8
1993	Instituições de assistência s/ internamento		8	8		100
1993	Instituições de assistência social n.e.					
1993	Total	8	363	371	2,2	97,8
1997	Acção social p/ a infância e juventude, com alojamento					
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, com internamento					
1997	Acção social p/ pessoas idosas, com alojamento	1	65	66	1,5	98,5
1997	Acção social com alojamento, n.e.					
1997	Acção social p/ a infância e juventude, sem alojamento	5	249	254	2,0	98,0
1997	Acção social p/ pessoas com deficiência, sem internamento					
1997	Acção social p/ pessoas idosas, sem alojamento	3	52	55	5,5	94,5
1997	Total	9	366	375	2,4	97,6
1993	Reparação de calçado e artigos de couro					
1993	Reparação de aparelhos eléctricos	8	1	9	88,9	11,1
1993	Reparação de relógios e objectos de joalheria					
1993	Outros serviços de reparação n.e.	2		2	100	
1993	Total	10	1	11	90,9	9,1
1997	Reparação de calçado e artigos de couro					
1997	Reparação de aparelhos eléctricos	12	4	16	75,0	25,0
1997	Reparação de relógios e objectos de joalheria					
1997	Reparação de bens pessoais e domésticos	2		2	100	
1997	Total	14	4	18	77,8	22,2
1993	Lavandarias e tinturarias					
1997	Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	8	21	29	27,6	72,4
1997	Cantinas	10	172	182	5,5	94,5
1997	Fornecimento de refeições ao domicílio					
1997	Total	10	172	182	5,5	94,5

Fonte: *Quadros de pessoal, DEMTS, 1993 e 1997*

Quadro 2.45: *Número de trabalhadores com profissões relacionadas com os serviços de apoio às famílias, nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira, em 1991*

Profissões CITP (Censos de 1991)		Loures			V. Franca de Xira		
		H	M	total	H	M	Total
1318	Dirigentes de empresas de serviços pessoais e domésticos (pequenas empresas)	19	18	37	3	5	8
3231	Enfermeiros	306	1351	1657	73	226	299
3320	Pessoal docente do ensino pré-primário	25	467	492	1	171	172
5121	Ecónomos, governantas e trabalhadores similares	125	121	246	24	50	74
5122	Cozinheiros	569	2648	3217	139	953	1092
5123	Empregados de mesa e trabalhadores similares	2531	2282	4813	481	638	1119
5131	Vigilantes de crianças	23	285	308	3	142	145
5132	Ajudantes de serviços de saúde	276	1035	1311	44	208	252
5133	Agentes domiciliários (educadores sociais)	1	26	27		7	7
5139	Vigilantes de crianças e damas de companhia não classificados em outra parte	5	116	121	5	46	51
5142	Damas de companhia e empregadas de quarto – casas particulares		2	2			
5149	Trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos não classificados em outra parte	24	13	37	8	2	10
7136	Canalizadores e montadores de tubagens	596	16	612	176	6	182
7137	Electricistas da construção civil	650	10	660	190	3	193
7141	Pintores da construção civil	919	24	943	214	7	221
7142	Pintores à pistola e trabalhadores similares	845	28	873	238	9	247
7242	Montadores-reparadores de aparelhagem electrónica	383	28	411	112	9	121
7243	Reparadores de aparelhos receptores de rádio e televisão	68	2	70	11		11
9113	Vendedores ao domicílio ou por telefone	115	60	175	26	34	60
9131	Pessoal de limpeza de casas particulares e trabalhadores similares	182	4963	5145	44	1108	1152
9132	Pessoal de limpeza de escritórios, hotéis e trabalhadores similares	356	4256	4612	57	1019	1076
9133	Lavadeiros e engomadores de roupa	32	467	499	9	87	96
<i>Total</i>		8 078	18 190	26 268	1 858	4 730	6 588

Fonte: *INE, Censos 1991*

Quadro 2.46: *Classificação atribuída pela Segurança Social aos lares, segundo o seu funcionamento*

Concelhos/Lares	Bom funcionamento	Funcionamento regular	Mau funcionamento	Total
Oeiras	10	19	3	32
Cascais	15	28	10	53
Loures	12	29	10	51
V. Franca de Xira	4	2	1	7
Total	41	78	24	143

Fonte: *Segurança Social*

Quadro 2.47: *Actividades criadas com programas de apoio à criação de emprego*

Concelhos/Programas	IDL (total 1996)*	RIME (1998)	ILE (1999)
Oeiras	314	4	7
Cascais	245	4	-
Loures	236	8	6
V. Franca de Xira	110	4	-

Fonte: *IEFP – Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.*

* O número de actividades criadas com as IDL reporta-se ao total de actividades criadas e não só às relacionadas com os serviços de apoio às famílias.

Quadro 2.48: *Salários de trabalhadores dos cuidados pessoais e domésticos, segundo a natureza jurídica das instituições*

Categorias profissionais/ Natureza jurídica das instituições	Estado (1998)	IPSS (1997)	Privado (1998)	Trab. isolado
Educadora de infância*	Esc. 163 000	Esc. 102 400	Esc. 114 400	-
Auxiliar de educação**	Esc. 91 200	Esc. 70 100	-	-
Ajudante de acção educativa	Esc. 71 200	Esc. 65 200	Esc. 68 000	-
Ajudante de lar e centro de dia***	Esc. 71 200	Esc. 65 200	Esc. 68 000	-
Ajudante familiar/domiciliário	Esc. 83 100	Esc. 75 800	Esc. 78 900	-
Ama	Esc. 23 200****	-	Esc. 70 950	Entre 20 e 30 mil Esc./criança
Ama em creches familiares	?	-	-	-
Empregada doméstica (vencimento fixo)	-	-	-	Entre 70 a 90 mil Esc.
Mulher a dias	-	-	-	Média de 800\$/hora
Roupeiro/engomadeiro	Esc. 71 200	Esc. 58 300	Esc. 70 950	-
Lavadeiro	Esc. 71 200	Esc. 58 300	Esc. 70 950	-
Cozinheiro	Esc. 74 100	Esc. 70 100	Esc. 71 950	-
Auxiliar de acção médica	Esc. 68 400	Esc. 60 700	Esc. 63 200	-
Técnico de ATL	?	Esc. 109 100	-	-
Enfermeiro	Esc. 151 500	Esc. 109 100	-	-
Ajudante de enfermaria	Esc. 74 100	-	Esc. 68 000	-

Fontes: *Boletins do Trabalho e Emprego, nº15 de 22 de Abril de 1996; nº 20 de 29 de Maio de 1997, nº 43 de 22 de Novembro de 1998 e nº 42 de 15 de Novembro de 1998; Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Departamento de Quadros e Carreiras.*

Nota: As remunerações que constam do quadro referem-se aos escalões mínimos das carreiras profissionais correspondentes.

* Os salários das educadoras de infância correspondem ao escalão mínimo da carreira. O escalão máximo desta profissão praticado pelas instituições públicas atinge os Esc. 513 100, nas IPSS atinge 116 mil escudos, e nas instituições com fins lucrativos corresponde a 160 mil escudos.

** As auxiliares de educação têm como remuneração máxima na carreira profissional o correspondentes a Esc. 168 100 nas instituições públicas e Esc. 82 100 nas IPSS. Nas instituições com fins lucrativos, não prevendo a categoria de auxiliar de educação, as ajudantes de acção educativa atingem os Esc. 73 200 no escalão máximo da carreira.

*** Nas instituições públicas as ajudantes de lar têm como remuneração máxima na carreira Esc. 116 000, nas IPSS não se prevê carreira profissional para estes trabalhadores e nas instituições com fins lucrativos a remuneração máxima para estes profissionais é de esc. 73 200.

**** Por criança, sem incluir lanche ou almoço.

Anexos 3

Caso 1 – A emergência de novas actividades e o trabalho informal

Este exemplo da empresarialidade feminina no sector dos serviços domésticos é ilustrativo de uma oferta que procura corresponder às novas necessidades das famílias, embora o faça de forma não declarada, criando situações de emprego informal. Trata-se de uma engomadoria com serviço ao domicílio, sediada nesta localidade. Mais uma vez se trata de uma mulher em reconversão profissional. Tendo noção da procura de serviços de apoio à família, decide criar uma lavandaria/engomadoria de recolha e entrega ao domicílio. Alugou um pequeno espaço nas proximidades da sua habitação e emprega três trabalhadoras nuns casos reformadas, noutros desempregadas. O investimento que precisou de fazer e o baixo preço que cobra aos clientes parece não lhe dar a possibilidade de declarar a actividade e pagar as contribuições oficialmente previstas, pois deste modo a actividade deixaria de ser rentável. Paga um salário líquido um pouco acima dos valores praticados para as remunerações declaradas. Conseguiu aumentar muito significativamente a sua carteira de clientes e diz não fazer crescer mais o negócio devido à dificuldade de contratar pessoal, e em obter um espaço mais amplo a preço razoável. Parece porém corresponder a uma actividade emergente e com possibilidades de desenvolvimento e de criação de emprego que importaria apoiar para transformar em emprego formal e de melhor qualidade.

Caso 2 – Lavandaria “Marisol”

A lavandaria "Marisol", sediada em Vila Franca de Xira, é também exemplo da proliferação de pequenas empresas do sector dos serviços domésticos. Trata-se de uma empresa privada, fundada em 1994 por uma mulher. Como razões principais para a criação da actividade refere sobretudo a percepção da necessidade de serviços de apoio aos trabalhos domésticos. Ao todo emprega três trabalhadoras: duas engomadeiras com contratos efectivos de trabalho e uma empregada administrativa. Apesar de continuar a ter um conjunto de clientes garantidos a quem lava e passa a roupa, esta empresária pressente um início de saturação do mercado com actividades deste tipo.

Caso 3 – Empresa de limpezas de casas e outros edifícios

Este é mais um exemplo de empresarialidade feminina. Antiga empregada nesta actividade de prestação de serviços de limpeza, em 1993 criou uma empresa neste ramo com uma antiga colega de trabalho. Um desentendimento com a sócia fê-la criar a sua própria empresa, onde trabalha com algumas outras mulheres da sua família. Os requisitos para a abertura de actividade não foram complicados. Inscreveu-se como empresária em nome individual e deu como sede social da empresa a sua própria casa. Contratou quatro empregadas de limpeza e deu início à actividade. Como maiores dificuldades salienta a contratação de empregadas. O facto dos salários serem baixos e de haver trabalho ao fim de semana não torna a actividade muito atractiva. Desta forma, a solução foi encontrada no seio familiar. Apenas uma das quatro empregadas não tem qualquer laço familiar com a empresária, sendo as restantes mãe e irmã da proprietária. Procuram cobrir uma área geográfica que abrange os concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Amadora e os seus principais clientes são escritórios, obras e casas particulares.

Caso 4 – Centro Social para crianças e idosos

No concelho de Vila Franca de Xira, apesar do número de equipamentos no sector dos cuidados pessoais ter uma taxa de cobertura superior, os problemas são semelhantes. O Centro Social é uma IPSS desde 1989. Começou por ser uma instituição de apoio aos tempos livres das crianças, iniciativa de uma "fidalga da terra" com preocupações sociais. Com o 25 de Abril de 1974, esta instituição foi obrigada a encerrar, voltando depois em 1989 a reiniciar a actividade, desta vez inserida no Centro sob a forma jurídica de IPSS. Nessa altura ainda só tinha o infantário como única valência, mas em 1990 já dava apoio a 200 crianças. Foi também em 1990 que esta instituição inaugurou um lar para a terceira idade. Actualmente tem um centro de dia para 15 idosos, um lar para 20 e fornece apoio domiciliário a 10 idosos. Em lista de espera tem cerca de 200 candidatos para o lar. As mensalidades pagas são calculadas por capitação, ou seja, dependem dos rendimentos dos idosos. Os critérios para admissão têm origem em dois critérios fundamentais: o grau de dependência do idoso e a lista de espera.

Caso 5 – Infantário “Os Metralhinhas”

Um outro exemplo de uma instituição de apoio a crianças mas tendo como prestador um estabelecimento privado com fins lucrativos, é o infantário "Os Metralhinhas" sediado em Cascais. Foi inaugurado em 1997 com crianças dos 3 aos 5 anos. Tem capacidade para 35 crianças mas actualmente conta apenas com 16. Segundo a directora, apesar da escassez destes equipamentos no concelho, o prestígio que um infantário alcança é fundamental para o seu sucesso. Este infantário ocupou as mesmas instalações de um anterior que foi obrigado a encerrar por deficiente gestão. O mau prestígio deixado por esse infantário influencia, na opinião da directora, o sucesso de "Os Metralhinhas". Também será este aspecto que influenciará as mensalidades pagas neste infantário – Esc. 22 mil, com direito a almoço e lanche –, pouco representativas da média das mensalidades pagas por criança noutros infantários privados do concelho.

EF/00/120/PT